

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE JORNALISMO**

**JOÃO FELIPE TREVISAN BRUM**

***ADVOCACY JOURNALISM:*  
UMA ANÁLISE DE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**

Porto Alegre  
2009

JOÃO FELIPE TREVISAN BRUM

***ADVOCACY JOURNALISM:***

**UMA ANÁLISE DE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Orientador: Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

Porto Alegre

2009

JOÃO FELIPE TREVISAN BRUM

***ADVOCACY JOURNALISM:***

**UMA ANÁLISE DE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Comunicação Social (Famecos) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt (Famecos – PUCRS)

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Beatriz Dornelles (Famecos – PUCRS)

\_\_\_\_\_  
Prof. Esp. Celso Schröder (Famecos – PUCRS)

## RESUMO

Em diversos momentos da História, o *advocacy journalism* se manifestou nas páginas de jornais e revistas. É a concepção de um jornalista trabalhando como um advogado, disposto a defender os interesses de um grupo desprivilegiado, que não tem espaço na mídia tradicional. O estilo teve nomenclaturas e características diferentes em cada local e período, mas manteve sua essência: o engajamento.

Para entender o desenvolvimento do modelo de *advocacy*, foi necessário buscar as raízes do jornalismo moderno, no século XVII, quando a imprensa adquiriu periodicidade e, por consequência, relevância na sociedade. Na época, a prática já dominava as páginas dos jornais da Europa, cuja atenção era totalmente voltada aos fatos políticos. No Brasil, os folhetos incendiários conhecidos como pasquins ganharam as ruas durante o período da Regência. Nos Estados Unidos do século XX, destacou-se o jornalismo calcado no aspecto investigativo, produzido pelos chamados *muckrakers*.

Atualmente, Le Monde diplomatique é considerado um dos seguidores do modelo. Desde 2007, o jornal francês tem uma edição brasileira – Le Monde diplomatique Brasil. O presente estudo se propõe a analisar essa publicação à luz das características do *advocacy journalism*, com o objetivo de verificar se a versão nacional também segue o estilo engajado, defensor de uma ou mais causas.

Palavras-chave: *advocacy journalism*. história do jornalismo. teoria do jornalismo. engajamento. Le Monde diplomatique Brasil.

## ABSTRACT

Many times in history, *advocacy journalism* was expressed in the pages of newspapers and magazines. It is the idea of a journalist working as a lawyer, willing to defend the interests of an underprivileged group, which has no space in traditional media. This style had different nomenclatures and characteristics in each location and period, but retained its essence: engagement.

In order to understand the development of the advocacy model, it was necessary to find the roots of modern journalism, in the seventeenth century, when the press acquired periodicity and, therefore, relevance in society. At the time, the practice had already dominated the newspaper pages in Europe, whose attention was entirely focused on political events. In Brazil, inflammatory pamphlets known as *pasquins* hit the streets during the Regency period. In the United States in the twentieth century, journalism founded on the investigative aspect became prominent, produced by the so-called *muckrakers*.

Today, Le Monde diplomatique is considered one of the followers of the model. Since 2007, the French newspaper has a Brazilian edition – Le Monde diplomatique Brasil. This study aims to examine this publication in light of the characteristics of *advocacy journalism*, so as to verify whether the national version also follows the engagement style, an advocate of one or more causes.

Keywords: *advocacy journalism*. theory of journalism. history of journalism. Engagement. Le Monde diplomatique Brasil.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2 RESGATE HISTÓRICO</b> .....	<b>11</b>
2.1 PRIMEIROS PASSOS .....	11
2.2 PARTIDOS POLÍTICOS NA INGLATERRA.....	13
2.3 REVOLUÇÃO FRANCESA.....	17
2.4 BRASIL DOS PASQUINS .....	20
<b>3 MANIFESTAÇÕES NO SÉCULO XX</b> .....	<b>27</b>
3.1 <i>MUCKRAKERS</i> .....	27
3.2 IMPRENSA <i>UNDERGROUND</i> .....	32
3.3 CASO WATERGATE .....	34
<b>4 ADVOCACY E JORNALISMO</b> .....	<b>40</b>
3.1 O TERMO <i>ADVOCACY</i> .....	40
4.2 <i>ADVOCACY JOURNALISM</i> .....	43
4.3 LE MONDE DIPLOMATIQUE .....	49
<b>5 O CASO DE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL</b> .....	<b>54</b>
5.1 DESCRIÇÃO DO JORNAL .....	54
5.2 ARTIGOS SELECIONADOS .....	57
5.3 ANÁLISE.....	60
5.3.1 Engajamento.....	61
5.3.2 Pluralismo de opiniões .....	65
5.3.3 Aprofundamento .....	67
5.3.4 Crítica à visão dominante.....	71
5.3.5 Apresentação de soluções.....	76
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>84</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao pesquisar na internet, o autor deste trabalho se deparou com uma expressão até então nunca vista: *advocacy journalism*. Ela vinha associada à imagem de uma importante publicação francesa, Le Monde diplomatique que, desde 2007, tem uma edição brasileira. Pensou-se: por que não se enveredar por caminhos desconhecidos?

Segundo Silvio Waisbord (2009), o *advocacy journalism* toma posição e apóia abertamente determinadas causas. É um tipo de jornalismo que fala em nome de grupos sem espaço na mídia tradicional, guiado por um desejo de promover ideais que não estão representados nos meios de comunicação de massa. Ou seja, um jornalismo engajado em fazer a diferença no mundo.

O autor afirma que o estilo sempre esteve presente nos periódicos interessados em defender fortemente uma opinião, independente de qual ela seja. Pelo menos desde o século XVII, quando os jornais passaram a adquirir maior notoriedade, existem seguidores dessa linha. Para compor este trabalho, buscou-se apontar diversas manifestações jornalísticas, espalhadas no tempo e no espaço, que tivessem semelhança com o modelo de *advocacy*. Elas apresentam características próprias, de acordo com cada contexto histórico, mas mantêm vivo o sentimento principal: engajamento.

A Inglaterra do publicismo, a França dos revolucionários, o Brasil dos pasquins, os Estados Unidos dos *muckrakers*, do *underground* e do trabalho investigativo, foram os escolhidos para exemplificar as maneiras como o *advocacy journalism* (mesmo com nomenclaturas diferentes) pode aparecer na mídia. Procurou-se mostrar como se deu o desenvolvimento de cada uma dessas manifestações, com ênfase nos problemas das sociedades locais, nas mais relevantes publicações e nos personagens envolvidos.

O uso do termo *advocacy journalism* é recente. Portanto, ainda não há tradução definida para o português. A expressão, aliás, é pouco utilizada na produção bibliográfica brasileira. Recorreu-se então a autores estrangeiros, como Morris Janowitz (1975) e Silvio Waisbord (2009). Mesmo assim, não foram encontradas muitas obras sobre o assunto, o que indica um campo a ser amplamente explorado.

Depois de dissecado o conceito, passou-se para o objeto de estudo. Le Monde diplomatique Brasil, apelidado de Diplo Brasil, está nas bancas desde 2007. O *slogan* do jornal é sugestivo: *Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil*. Uma publicação recente, com uma proposta supostamente inovadora merece atenção. Considera-se o original francês um seguidor da prática de *advocacy*, em função de seu posicionamento contrário à ideologia neoliberal e de seu alinhamento com os interesses dos países de Terceiro Mundo. A preocupação com os problemas dos desprivilegiados está presente no periódico. Mas pode-se dizer o mesmo da edição brasileira?

O objetivo deste trabalho é identificar a presença ou não do *advocacy journalism* nas páginas do Diplo Brasil. Para tanto, selecionou-se 14 artigos que estavam na chamada principal de capa de seis edições consecutivas, de janeiro a junho de 2009. A análise dos textos se baseia em cinco características observadas no *advocacy* – engajamento, pluralismo de opiniões, aprofundamento, crítica à visão dominante e apresentação de soluções.

O presente estudo se trata de uma pesquisa exploratória, desenvolvida mediante as técnicas de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental. De acordo com Antonio Carlos Gil (1999, p. 43), a pesquisa exploratória tem como objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. O autor afirma ainda que o estudo gera uma “visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Para Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2009), a pesquisa bibliográfica é um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre esse tema.

Para os mesmos autores, a pesquisa documental tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero, dos diferentes domínios da atividade humana. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de

materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Outro procedimento metodológico que contribuirá para o trabalho será o estudo de caso. Robert Yin (2001, p. 32) afirma que a técnica "é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos". Para completar, o autor diz que o estudo de caso se baseia em várias fontes de evidências e se beneficia do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir à coleta e à análise dos dados. Neste trabalho, a partir da escolha de uma publicação, foi realizada uma análise textual dos seus artigos, a fim de identificar certas características previamente estabelecidas.

O trabalho é dividido em quatro capítulos, partindo de uma retomada histórica até chegar ao estudo de caso. No primeiro capítulo, aborda-se o *advocacy journalism* desenvolvido pelos jornais da Inglaterra, da França e do Brasil, em momentos distintos, mas sucessivos.

Mesmo com o surgimento dos primeiros periódicos, o século XVII foi complicado para a imprensa, devido ao rígido controle exercido pelos governos. Na Inglaterra, o fim do *licensing act*, que autorizava a censura e prejudicava a liberdade de expressão, quase no século XVIII, possibilitou a ascensão de jornais fortemente ligados aos dois principais partidos políticos da época: os liberais (*whigs*) e os conservadores (*tories*), afirmam Pierre Albert e Fernand Terrou (1990). A política ocupava o centro das atenções, e os veículos de comunicação tomavam posição nos acalorados debates.

A imprensa viveu um momento de glória no país da Revolução Francesa. Durante o Antigo Regime, segundo Robert Darnton e Daniel Roche (1996), a Coroa havia imposto um cerceamento total, autorizando a circulação de poucas publicações. Insatisfeitos, os jornalistas incentivaram o deflagramento da revolta, em 1789. Em meio ao caos, as discussões políticas dominavam as páginas diárias.

No Brasil, a vinda de D. João e da corte portuguesa, em 1808, determinou o aparecimento dos primeiros jornais, conforme Juarez Bahia (1972) – a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense. Mas a imprensa só ganharia destaque a partir do processo de Independência, com o ápice na Regência, na figura dos pasquins, as folhas incendiárias que priorizavam o aspecto doutrinário em detrimento do factual, de acordo com Mariana Monteiro e Marcos Morel (2003).

No segundo capítulo, apontam-se as manifestações jornalísticas do século XX, nos Estados Unidos, focadas na luta pela justiça social. Na década de 1910, surgiram os *muckrakers*, que remexiam no lamaçal onde se encontravam as instituições norte-americanas. Por meio do jornalismo investigativo, os *escarafunchadores* revelaram grandes casos de corrupção, segundo John Tebbel (1974), como a história de John Rockefeller e o monopólio da Standard Oil Company.

Na década de 1960, eclodiu o movimento de contracultura, que levou os Estados Unidos a discutir temas até então considerados tabu, como sexo, drogas, questão racial e homossexualismo, relatam Robert Burbage, Jean Cazemajou e André Caspi (1973). A imprensa *underground* impulsionava o debate dos assuntos polêmicos.

Os repórteres Carl Bernstein e Bob Woodward, do The Washington Post, deram continuidade ao trabalho investigativo dos *muckrakers*, ao correr atrás dos políticos norte-americanos envolvidos no caso Watergate, no início da década de 1970. Eles foram responsáveis por provocar uma devassa na Casa Branca, incluindo a renúncia do presidente Richard Nixon, em 1974.

No terceiro capítulo, procura-se explorar o significado de dois conceitos recentes – *advocacy* e *advocacy journalism* –, além de apresentar um histórico do jornal francês Le Monde diplomatique Brasil. Em relação à prática da *advocacy*, é possível constatar que se trata do desenvolvimento de estratégias para incentivar a criação de políticas públicas favoráveis aos grupos sociais excluídos, realizado principalmente por empresas e por organizações não governamentais (ONGs) junto a agentes públicos, conforme Sofia Sprechmann e Emily Peltron (2001).

O *advocacy journalism*, feito atualmente, está conectado à defesa de determinadas causas que não ganham espaço nos meios de comunicação de massa que, segundo Morris Janowitz (1975), ainda seguem a noção de objetividade. No estilo *advocate*, o mais importante é batalhar pelos interesses dos desprivilegiados, engajar-se na busca por uma vida melhor.

Com os conceitos estabelecidos, parte-se para o histórico das publicações francesas que originaram Le Monde diplomatique Brasil. Em 1944, na França, Hubert Beuve-Méry fundou Le Monde, um jornal de tendências esquerdistas, de acordo com Matías Molina (2007). Em 1954, era lançado Le Monde diplomatique, periódico voltado para as relações internacionais, que logo passou a dar atenção

aos problemas dos países do Terceiro Mundo. A ideologia neoliberal recebeu fortes críticas da publicação, afirma Ignacio Ramonet (2004). Finalmente, em 2007, surgiu Le Monde diplomatique Brasil, iniciativa conjunta do Instituto Paulo Freire (*site*) e do Instituto Pólis (impresso).

No quarto capítulo, é feito o estudo do Diplo Brasil, com o objetivo de identificar a presença ou não do *advocacy journalism* nos textos. Realiza-se uma apresentação do jornal em si (capa, divisões internas, linguagem, utilização de ilustrações), indica-se os artigos e as características selecionadas e, finalmente, parte-se para a análise.

A pergunta que fica: Le Monde diplomatique Brasil é exemplo de jornalismo engajado e defensor dos excluídos?

## 2 RESGATE HISTÓRICO

Para melhor compreender a presença do *advocacy journalism* nos dias atuais, é necessário fazer um resgate histórico do jornalismo em si, a fim de identificar as principais manifestações, em diferentes períodos, lugares e contextos, que foram importantes ao desenvolvimento desse modelo. Esta viagem no tempo tem início com as formas de se fazer jornalismo ainda no século XV, estimuladas pelos avanços técnicos, que não tardaram a ter suas asas decepadas pelo furioso controle dos Estados. A influência da imprensa sobre a opinião pública não passou ao largo dos gananciosos governantes. No entanto, a rédea curta terminou por inflamar os jornalistas, insatisfeitos com a censura e a perseguição. Sentindo-se injustiçados, partiram para o ataque, derrubando quem estivesse no caminho.

Com os períodos revolucionários, a imprensa adquiriu progressivamente um caráter político. Inglaterra e França são os melhores exemplos de um jornalismo engajado, doutrinário, partidário, que reinou praticamente sozinho até o século XIX. No Brasil, em especial no período da Regência, os debates incendiários ganharam vez nos pasquins.

### 2.1 PRIMEIROS PASSOS

Silvio Waisbord (2009) acredita que o surgimento do estilo *advocate* esteja intimamente ligado ao desejo do homem de disseminar seus pensamentos através de uma publicação. Ao descobrir um meio físico de mostrar às outras pessoas sua opinião sobre determinado tema, o indivíduo percebe o verdadeiro poder que tem em mãos e, partir desse momento, não o soltará nunca mais.

Mas nem sempre foi simples a divulgação de ideias. Além do rígido controle das autoridades sobre a veiculação de qualquer documento escrito, especialmente livros e panfletos, existia mais um impedimento crucial: a dificuldade técnica de se reproduzir um texto. A solução viria em meados do século XV, na Alemanha, quando Johannes Gutenberg inventava a tipografia que, segundo Pierre Albert e Fernand Terrou (1990, p.4), “permitiu a reprodução rápida de um mesmo texto e ofereceu à

linguagem escrita as possibilidades de uma difusão que o manuscrito não tinha”. A facilidade de impressão contribuiu para tornar a informação mais difundida.

Os mesmos autores afirmam que a novidade não significou o florescimento imediato de uma imprensa periódica na Europa. Outros escritos, que não eram publicados com regularidade, serviram como forma de comunicação, entre os séculos XV e XVI. Destacam-se três folhas volantes impressas: as *gazetas*, baseadas em notícias sobre acontecimentos relevantes (batalhas, cerimônias fúnebres, festas, eventos relacionados aos reis); os *pasquins*, chamados por Carlos Barrera (2004) de *canards*, que relatavam fatos sobrenaturais, extraordinários; e os *libelos*, que davam ênfase às discussões religiosas e políticas. Estes últimos foram os grandes responsáveis pelo recrudescimento da legislação e da censura sobre a imprensa, pois os Estados perceberam o quão ameaçadora a expressão de opinião a respeito de assuntos fundamentais na vida dos indivíduos poderia ser.

Foi no início do século XVII que, conforme Jose Acosta Montoro (1973), o jornalismo adquiriu as duas armas essenciais para sua ascensão: a periodicidade e a continuidade. Surgido nos Países Baixos, em 1605, o Nieuwe Tijdingen (Últimas Notícias) é considerado o primeiro periódico regular. Semanário, era utilizado pelos governantes como forma de neutralizar os constantes ataques da campanha rebelde encabeçada por Maurício de Nassau. Montoro (1973, p. 174) garante que

(...) o surgimento do jornalismo regular está condicionado à manipulação da opinião pública. Tratava-se de informar – o descobrimento da América, as guerras na Europa – mas, sobretudo, tratava-se de influenciar o leitor. A dupla vertente do jornalismo aparece em sua origem. Comunicar é dar notícias e também comentar, opinar, criticar e induzir o leitor a ter determinados pensamentos. O sucesso fundamental que possibilitou o aparecimento do primeiro periódico regular foram as guerras de religião, a Reforma protestante. O periódico, desde o princípio, foi uma arma de combate, ativa e direta, de acordo com as mãos que o controlavam\*.

Ao perceber o grau de alcance que um jornal poderia ter dentro da sociedade, devido a sua natureza persuasiva, o Estado abriu os olhos e passou a fazer funcionar a seu favor essa influência. “Observando a força com que a imprensa se instalava e o poder que detinha, os governantes começaram a controlar as publicações periódicas, adotando um sistema de concessão de licenças a pessoas de sua inteira confiança”, diz Jorge Pedro Sousa (2006, p. 84).

---

\* A partir desta página, os asteriscos indicam tradução feita pelo autor deste trabalho.

O jornalismo moderno ganharia impulso em 1631, na França, nas mãos de um homem empreendedor: Théophraste Renaudot, criador da Gazette, a primeira gazeta semanal autorizada no país, segundo Barrera (2004). A publicação se dedicava principalmente a notícias políticas e militares, com uma circulação inicial de cerca de 1,2 mil exemplares, chegando a 4,5 mil em 1670 e 7,5 mil em 1749. As mais altas autoridades estavam por trás da história. O cardeal Richelieu, um dos homens mais poderosos da corte e fortemente interessado em dominar a opinião pública, convenceu o rei Luís XIII a outorgar a Renaudot o privilégio de publicar as informações relevantes sobre o reino e o exterior (MONTORO, 1973).

Mas a vida de Renaudot não seria assim tão fácil. Montoro (1973) conta que, após a morte de Richelieu, o francês passou a sofrer perseguição daqueles que odiavam o antigo cardeal. O sucessor, cardeal Mazarino, também se declararia seu inimigo em um primeiro momento, mas logo perceberia a importância da Gazette no cenário local. Assim, ela se tornou o “principal periódico da monarquia francesa durante quase dois séculos”\* (BARRERA, 2004, p. 59).

## 2.2 PARTIDOS POLÍTICOS NA INGLATERRA

Albert e Terrou (1990, p. 12) definem como agitado o estágio inicial vivido pelo jornalismo na Inglaterra:

A vida da imprensa inglesa até o final do século XVIII foi tumultuosa, em contraste com a estabilidade da imprensa continental. Engajada na luta política desde o século XVII, ela mereceu ser chamada por Burke, em 1787, de *o quarto poder*. Estimulados pela concorrência e por um clima de relativa liberdade, seus jornais foram mais variados e mais ricos de conteúdo do que os da França. Eram sustentados pelo interesse muito vivo que, durante esses períodos conturbados, seus leitores tinham pelas notícias políticas e debates parlamentares.

O primeiro semanário inglês apareceu em 1622, chamado de A Current of General Newes, conforme Barrera (2004). Dessa época até 1662, a imprensa inglesa viveu sob um regime de monopólio, em que havia a necessidade de uma autorização prévia concedida pelos governantes a poucos jornais (ALBERT e TERROU, 1990). Mas isso não significa a inexistência de manifestações contrárias a este rígido controle. Em 1644, o escritor inglês John Milton publicava a célebre

**Areopagítica – Discurso pela liberdade de imprensa ao Parlamento da Inglaterra**, na qual condenava veementemente o sistema de censura vigente e defendia a liberdade de expressão. “Milton se apoiava na *Petição de Direitos* – aprovada em 1628 pelo Parlamento, invocando as liberdades inglesas da Carta Magna de 1215”\*, relata Barrera (2004, p.63).

O autor explica que o período revolucionário, que se iniciaria com a guerra civil, entre 1641 e 1643, seguido pela execução do rei, em 1649, a proclamação da república e a ditadura de Oliver Cromwell, proporcionou ao jornalismo um sentimento mais forte de liberdade, com o fim da censura. A vitória, entretanto, não era definitiva: em 1660, o *licensing act* estabelecia um novo revés, ao retomar todos os antigos métodos de controle do jornalismo. Neste ano, também era criada a London Gazette, o periódico oficial.

Em 1688, a ascensão ao trono inglês por Guilherme de Orange, no episódio conhecido como Revolução Gloriosa, resultaria na supressão do *licensing act*, medida que seria ratificada pela Câmara dos Lordes somente em 1695. A volta da monarquia absolutista permitiu o fortalecimento de um jornalismo livre no país, mesmo que a liberdade de imprensa só fosse concretizada em 1771, quando o Parlamento decidiu suspender a proibição de publicar notícias sobre suas atividades, segundo Barrera (2004).

Albert e Terrou (1999, p. 13) comentam o fim do *licensing act*:

Durante um século a imprensa inglesa iria gozar de uma liberdade relativa e desempenhar um papel determinante na luta entre os *whigs* e os *tories*. A independência dos jornais, no entanto, era limitada: eles permaneciam sujeitos a processos muito numerosos e a corrupção foi frequentemente empregada pelos governos.

Barrera (2004, p. 64) diz que passou a existir um forte “jogo de partidos”: “Os primeiros anos foram marcados pela presença de panfletos e folhas políticas, a cujo serviço trabalharam escritores como Daniel Defoe e Jonathan Swift, sem que se consolidassem os jornais de longa duração”\*. O autor destaca o nascimento do primeiro diário inglês, o Daily Courant, em 1702, editado por Samuel Buckley, que buscou traçar uma fronteira entre informação e opinião, uma grande novidade em uma imprensa banhada por discursos político-partidários.

A vida política inglesa se dividia entre liberais (*whigs*) e conservadores (*tories*). Nessa disputa pelo poder, os dois partidos se engalfinharam através da imprensa, “com casos frequentes de corrupção, perseguição e encarceramento de

redatores”\* (BARRERA, 2004, p. 64). Montoro (1973) define o período como a era do jornalismo doutrinário, responsável pela formação de uma nova opinião pública. O número de leitores e de periódicos aumentava na Inglaterra, a leitura se tornava uma necessidade vital e o jornalismo penetrava profundamente na sociedade. Dessa forma, os escritores, homens políticos vindos das universidades, incorporavam-se ao jornalismo com seus ensaios. Para os partidos, que buscavam obter o apoio da população, era fundamental contar com os textos destes indivíduos.

Montoro (1973) faz uma breve descrição de dois dos principais escritores da Inglaterra no começo do século XVIII:

- Nascido em Londres, em 1661, Daniel Defoe era um jornalista-panfletista político, seguidor dos *whigs*. Otimista, proclamava uma filosofia puritano-burguesa, baseada na fé em Deus e no mundo. Escreveu a famosa obra **Robinson Crusóé** (1719), baseada na história real do marinheiro escocês Alexander Selkirk. Curiosamente, vários capítulos do livro foram publicados no periódico The Mercator, patrocinado por um mecenas *tory*. “Mesmo que Defoe tenha sido um *whig* por convicção e em suas obras se perceba a doutrina otimista de quem crê no progresso da humanidade (...), em sua carreira jornalística (...) virou a casaca algumas vezes, talvez por questões econômicas”\* (1973, p. 186).

- Jonathan Swift, natural de Dublin (1667), tinha características opostas a Defoe: pessimista, sarcástico, desiludido, dono de um tom depreciativo, demonstrava ódio e desprezo pela humanidade, além de apoiar os *tories*. Autor de **As viagens de Gulliver**, tornou-se um grande jornalista, devido ao seu talento e originalidade. Famoso por se envolver em polêmicas, causou escândalos e recebeu processos. Foi o fundador da publicação The Examiner (1710).

No início do século XVIII, dois periódicos se destacaram no cenário inglês, de acordo com Ian Watt (2007): The Tatler (1709) e The Spectator (1711). Faziam sucesso por conterem em suas páginas temas de interesse geral, que acabaram por aproximar o público leigo e inculto.

Segundo Montoro (1973), Richard Steele era parceiro de Swift em The Tatler, mas divergências políticas extinguiram a sociedade. Ao lado de Joseph Addison, ambos *whigs*, Steele tentou outras publicações, como The Guardian (1713) e The Englishman (1715). Terminou gastando tudo o que tinha e morrendo, em 1729.

Em 1731, Edward Cave criou o Gentleman’s Magazine, que não se restringia ao jornalismo político e apostava em “um variado cardápio literário”, apresentando

“uma miscelânea de assuntos”, conforme Watt (2007, p. 47). O periódico conseguia atender ao gosto da classe média.

Esta primeira fase de desenvolvimento do jornalismo inglês, desde o século XVII até o início do século XIX, evidencia a onipresença de uma figura conhecida como o *publicista*. Para Honoré de Balzac (1999, p. 21), “publicista, este nome outrora atribuído aos grandes escritores (...), tornou-se o de todos os escrevinhadores que *fazem* política”. Nilson Lage (2001, p. 10) acredita que esta seja a imagem mais antiga associada ao jornalista:

Por muitas décadas, o jornalista foi essencialmente um publicista, de quem se esperavam orientações e interpretação política. Os jornais publicavam, então, fatos de interesse comercial e político, como chegadas e partidas de navios, tempestades, atos de pirataria, de guerra ou revolução; mas isso era visto como atração secundária, já que o que importava mesmo era o artigo de fundo, geralmente editorial, isto é, escrito pelo editor – homem que fazia o jornal praticamente sozinho.

O autor explica que a “pretensão de orientar e interpretar estava sem dúvida ligada ao estilo, que era parecido com o dos discursos e proclamações” (2001, p. 10). A narrativa aparecia poucas vezes, e “a linguagem dominante ficava entre a fala parlamentar, a análise erudita e o sermão religioso” (2001, p. 11).

Ciro Marcondes Filho (2000, p. 11) considera este o “primeiro jornalismo”, em uma “época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as idéias”. E completa: “Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz” (2000, p. 12).

Segundo Sousa (2006, p. 86), a política ditava os rumos da imprensa:

(...) a imprensa dominante era a imprensa opinativa ou ideológica (de ideias), também designada *party press*, ou imprensa de partido ou ainda imprensa política ou político-noticiosa. Vários fatores podem ter contribuído para essa situação. Jesús Timoteo Álvarez (1992) chama a atenção para a escassez de matéria-prima informativa, para a alfabetização reduzida e para a falta de recursos econômicos da maioria da população, que circunscrevia a aquisição de jornais a uma elite burguesa ansiosa por participar do processo decisório. A proliferação de movimentos político-ideológicos também terá contribuído para a politização da audiência e, por consequência, para a expansão do jornalismo opinativo, que tinha surgido no Reino Unido, na transição do século XVII para o XVIII. O artigo tornou-se o gênero jornalístico predominante.

O jornalismo inglês, assim como o do resto da Europa, vivia um período de debate de ideias, concentrado no cenário político. Aqueles que detinham o poder faziam questão de usar a imprensa a seu favor, disseminando um conteúdo parcial, opinativo, tendencioso, de acordo com seus objetivos. Não existia neutralidade, uma vez que o primordial era defender um determinado pensamento.

### 2.3 REVOLUÇÃO FRANCESA

Robert Darnton e Daniel Roche (1996, p. 21) constroem um panorama da situação na qual se encontrava a imprensa na França durante o Antigo Regime:

(...) não é fácil crer que do século XVI até a Revolução, a censura do que se declarava e escrevia era a política oficial da França; que a existência de uma *polícia do pensamento* era o estado normal das coisas. Não havia liberdade de imprensa sob o Antigo Regime, porque desde os primeiros dias de seu poder a Coroa estabeleceu a vigilância sobre impressores e livreiros e um mecanismo de controle de disseminação das idéias. Diferentes instrumentos eram empregados para este fim, numa política que se justificava com uma multiplicidade de argumentos em que o econômico e o ideológico sempre se equilibravam perfeitamente: os direitos dos editores privilegiados de Paris e os valores invioláveis de uma sociedade desigual tinham que ser defendidos.

Para os autores, este cerceamento mostra como a palavra escrita desempenhava uma função relevante na sociedade, na visão do poder absolutista. Era “o principal veículo do conhecimento e do pensamento, o meio transmissor de toda discussão política e religiosa, o instrumento de expressão tanto da crítica subversiva quanto da obediência e aquiescência intelectual” (1996, p. 22).

Por meio do regime de autorização prévia, as autoridades desenvolveram uma regulamentação minuciosa que não dava brechas para o jornalismo se desviar dos rumos estabelecidos, afirmam Albert e Terrou (1990). Eles alertam que a censura nunca foi plenamente eficaz, mas mesmo assim limitava o trabalho dos jornalistas, pois os impedia de abordar o tema que mais gerava controvérsia na época: a política. Esta função era delegada apenas às folhas oficiais, sincronizadas com o poder absolutista. “Por isso, em comparação com as folhas inglesas, os jornais franceses foram geralmente muito mais literários: levavam menos notícias aos seus leitores” (1990, p. 16).

Com Luís XIV, a imprensa francesa se viu diante do monopólio do Rei Sol. Montoro (1973) relata que o monarca concedeu o privilégio de publicação a somente três periódicos: a Gazette, fundada por Renaudot, que, em 1762, mudou de nome para Gazette de France e continha informações gerais e novidades políticas, tanto do reino quanto do exterior; o Journal des Savants, surgido em 1665, que era dedicado às ciências, artes e críticas; e o Mercure Galant, lançado em 1672, mais tarde chamado de Mercure de France, um jornal essencialmente literário.

Os sucessores do Rei Sol tentaram a todo custo manter a imprensa como sua serva fiel. Mas, conforme Montoro (1973), logo tornou-se impossível conter o desejo por informação do povo. Aos poucos, novas publicações foram autorizadas, assim como a entrada de folhas estrangeiras. A decisão se mostrou um grave erro político. Emigrantes e exilados passaram a editar periódicos que atacavam furiosamente os governantes. Até mesmo dentro do território francês apareciam jornais rebeldes. O fim do monopólio escancarou a porta da informação.

Para a imprensa, a Revolução Francesa de 1789 representou o ápice da insatisfação com a concentração de poder do Estado, que se via no direito pleno de autorizar ou não publicações e ainda de exercer a prática da censura, a qual sempre causou indignação a quem defendia o direito de se expressar. Era a hora de agir e incitar o povo a tomar atitudes drásticas.

Albert e Terrou (1990) destacam que o período revolucionário revelou a força política da imprensa em um país onde, até então, os jornais haviam representado um papel meramente secundário. O acontecimento “colocou em prática por algum tempo os grandes princípios da liberdade de imprensa que iriam, durante todo o século XIX, servir como programa para as reivindicações dos jornalistas de todo o mundo” (1990, p. 21).

A revolução deu um grande impulso à imprensa, uma vez que os acontecimentos extraordinários do verão de 1789 suscitaram uma imensa curiosidade em toda a população e um apaixonado debate político. Foram publicados periódicos das mais variadas formas e tendências: desde panfletos de aparição irregular a cargo de apenas uma pessoa até o autêntico jornal de informação redigido por uma equipe numerosa e com diversas seções\* (BARRERA, 2004, p. 61).

A supressão das corporações de ofício, que controlavam as atividades econômicas e profissionais, representou mais um obstáculo superado pelos jornalistas. “Sob o pluralismo absoluto, havia uma concorrência impiedosa e uma

linguagem que podia alcançar uma extremada violência política”\* (BARRERA, 2004, p. 61).

Montoro (1973) afirma que Jacques Pierre Brissot foi um dos principais nomes do jornalismo revolucionário. Em 1789, fundou o primeiro periódico dos revoltosos: Le Patriote Français. Depois de Brissot, mais 1,3 mil jornais tomaram as ruas de Paris durante apenas cinco anos. A grande maioria morria rapidamente, “como para acalmar uma ânsia feroz de expressividade”\* (1973, p. 195).

Em meio ao calor das discussões políticas e na onda do lançamento de diversas publicações, surgiram dois importantes jornais diários, de acordo com Barrera (2004): o Journal des Débats et Décrets e o Moniteur Universel, ambos de 1789, baseados inicialmente nas informações sobre os debates na Assembleia Constituinte.

A partir da descrição de Albert e Terrou (1990), é possível esquematizar uma cronologia de fatos durante a Revolução Francesa e o governo de Napoleão Bonaparte:

- 1788-1789 – Convocação dos Estados Gerais – aparecimento de libelos e brochuras – autoridades se vêem forçadas a liberar a publicação dessas folhas – o sistema de controle do Antigo Regime sobre a imprensa desaba;
- 1789-1792 – Surgem diversos tipos de publicações: imprensa cotidiana de informação, folhas revolucionárias e folhas contrárias à revolução;
- 1792-1794 – Período do Terror - governo revolucionário suspende a liberdade de expressão, pois o futuro da revolução estava ameaçado;
- 1794-1799 – Imprensa perseguida incansavelmente por medidas arbitrárias de supressão, censura e instauração do selo – multiplicam-se os processos contra jornalistas, que mesmo assim se mantêm ativos;
- 1799-1800 – Golpe do 18 Brumário – ascensão de Napoleão Bonaparte, que não perde tempo em subjugar a imprensa - decreto suprime grande parte dos jornais, sobrando apenas 13 – restabelecido o sistema de autorização prévia;
- 1800-1814 – Napoleão cala os opositores e utiliza os jornais a serviço de sua propaganda na França e no exterior – Le Moniteur era a principal peça do sistema;
- 1814-1815 – Volta dos Bourbon garante recuperação de uma certa liberdade – Governo dos Cem Dias de Napoleão estabelece um período quase anárquico - após Waterloo, imprensa perde autonomia – situação segue até 1881.

A influência desse período conturbado atinge em cheio o conteúdo dos textos jornalísticos. Segundo Marcelo Bulhões (2007, p. 30), “a imprensa francesa pautou-se no início do século XIX pela doutrinação e pela opinião”. Atrelada ao turbilhão político que havia se formado, ela se torna dependente dos partidos.

Darnton e Roche (1996, p. 199) afirmam que, mesmo impossibilitado de chegar a todos os setores da sociedade, o papel do jornalismo na revolução é inegável:

A variada e colorida sucessão de jornais criados pelos jornalistas revolucionários nunca chegou a se tornar um meio genuíno de comunicação de massas. Limitações sociais, como o nível de alfabetização, e tecnológicas, como a permanente dependência de prensas manuais de madeira, impossibilitaram tal alcance. Ainda assim, os jornais se tornaram a principal forma impressa na qual a luta revolucionária pela legitimidade política se articulou. Junto com as assembleias legislativas, nas quais os líderes revolucionários competiam para serem reconhecidos como a voz do povo, e com os clubes nos quais todo cidadão podia participar pessoalmente do debate político, a imprensa revolucionária foi uma das principais instituições que ajudaram a estruturar o novo mundo da cultura política francesa.

Aos poucos, com o arrefecer dos ânimos, o jornalismo político de teor inflamatório foi perdendo espaço, não só na França, como no resto da Europa. Os jornais político-partidários já haviam desempenhado seu papel de incentivar as mudanças. Barrera (2004, p. 86) defende que esta “enorme politização dos jornais provocou um grande cansaço no público. Assim, desenvolveu-se uma outra fórmula jornalística, baseada nos aspectos informativos e noticiosos”\*. As notícias passaram a ganhar maior destaque, suplantando, no decorrer das primeiras décadas do século XIX, o antigo modelo publicista.

## 2.4 BRASIL DOS PASQUINS

Assim como na Europa, a primeira fase do jornalismo no Brasil é marcada por debates intensos, geralmente descambando para os desaforos e insultos. A política, mais uma vez, está no centro das atenções. Também se faz presente a constante vigilância dos governantes, preocupados em não deixar a imprensa levantar voos demasiado altos. Foi uma época conturbada – entre a vinda de D. João para o país, em 1808, e o *golpe* da Maioridade, que eleva D. Pedro II a imperador, em 1840. As discussões acaloradas em torno das disputas pelo poder tiveram grande

repercussão nos jornais, que serviam de tribuna para importantes figuras da sociedade. Em especial, no período da Regência, de 1831 a 1840, floresceram os pasquins, publicações de poucas páginas, com conteúdo puramente opinativo e responsável por incendiar os ânimos através de suas injúrias e difamações.

Enquanto o Brasil permaneceu como colônia de Portugal, não houve espaço para a livre expressão por meio da palavra impressa, segundo Juarez Bahia (1972). Não existiam prelos ou tipografias, o que impossibilitava a difusão de informações. Com a fuga de D. João da corte portuguesa e a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, o país passou a ser a sede do governo metropolitano. Na bagagem do príncipe regente, estava incluído material tipográfico encomendado da Inglaterra e que se destinava a uma repartição em Lisboa.

“Essa tipografia deu origem à Impressão Régia, instituída para a divulgação das leis e dos papéis diplomáticos”, afirma o autor (1972, p. 13). D. João dava grande importância ao aspecto cultural, tendo inaugurado o Liceu de Artes, a Academia de Marinha, a Biblioteca Real e o jornal Gazeta do Rio de Janeiro, primeira publicação editada no Brasil e órgão oficial da corte, que começou a circular em 10 de setembro de 1808.

Pouco antes, em junho do mesmo ano, Hipólito José da Costa lançara, desde Londres, o Correio Braziliense, o qual, conforme Bahia (1972, p. 13), “era manifestação de jornalismo brasileiro fora de nossas fronteiras, ainda que refletindo da primeira à última página assuntos e temas do interesse nacional”. Cláudia Lago e Richard Romancini (2007) dizem que o Correio, por não estar submetido a uma censura prévia, teve um papel mais relevante, do ponto de vista da opinião pública, do que a Gazeta.

Bahia (1972, p. 15) apresenta uma descrição do jornal da corte:

Na sua primeira fase a Gazeta publicava edições extras para cobrir acontecimentos do Paço. Não era um órgão de variedades, com seções atraentes e comentários doutrinários. Entretanto, podia refletir, de algum modo, a sociedade da época, através dos comunicados oficiais, da propaganda de oferta e procura, dos editais, das notícias breves sobre sucessos reais. Pioneira da publicidade, aos poucos os avisos comerciais e outros que eram lidos pelos padres, pendurados à porta das igrejas ou transmitidos oralmente pelos vendedores de folhinhas, tomavam as páginas graciosas da Gazeta.

Para Lago e Romancini (2007), a Gazeta foi o primeiro representante nacional do jornalismo áulico, próximo do poder, conhecido como *chapa branca*, por cobrir apenas as novidades relacionadas às ações governistas.

Por outro lado, os mesmos autores apontam o Correio como a publicação verdadeiramente pioneira no país. Importado inicialmente por vias normais, logo se viu proibido pelo governo, em 1809, decisão que não impediu sua circulação de modo clandestino, inclusive pelas províncias.

Era um jornal feito, praticamente, por um homem só. Hipólito pesquisava, escrevia, fazia traduções e editava o material que inseria no Correio, bem como as colaborações de leitores. O Correio dividia-se nas seguintes seções: Política, na qual eram reproduzidos documentos oficiais; Comércio e Artes, com informações sobre o comércio; Literatura e Ciências, que apresentava notícias e críticas sobre obras científicas; Miscelânea, com matérias diversas, notícias do Brasil e Portugal, polêmicas e comentários sobre acontecimentos brasileiros e portugueses, e, por vezes, Correspondência e Apêndice. O *jornalismo de ensaio*, ou seja, de reflexão sobre aspectos, temas e questões da época (...) caracteriza o Correio (...) (LAGO e ROMANCINI, 2007, p. 25-26).

As reflexões de Hipólito da Costa indicavam uma posição favorável “aos princípios liberais, ao fim do trabalho escravo, à monarquia constitucional, à liberdade de opinião, ou seja, reformas modernizadoras, que, aos olhos absolutistas, pareciam revolucionárias”, de acordo com Lago e Romancini (2007, p. 26). Eles afirmam que a defesa de tais ideias provocou um sério desconforto nas autoridades portuguesas, que procuraram calar o periódico várias vezes, através de “suborno, pressões diplomáticas para expulsar Hipólito da Inglaterra, processos criminais” (2007, p. 26), sem sucesso. O Correio continuaria sendo publicado até 1822.

Lago e Romancini (2007) atestam que, tanto a Gazeta, com seu modelo oficialesco, quanto o Correio e seu jornalismo crítico, contribuíram para a formação de uma imprensa opinativa, que buscava retratar os principais acontecimentos, na qual o artigo era o gênero predominante.

Conforme os autores, enquanto D. João permaneceu no Brasil, ficou evidente o projeto recolonizador da corte portuguesa, que não tinha a menor intenção de dar autonomia ao povo local. Aos poucos, germinou, nas páginas impressas, a ideia da emancipação, incentivada por uma sociedade insatisfeita com a atitude retrógada do governo. O clima de agitação ganhava voz. Logo, a independência se tornaria uma questão consensual.

Nelson Sodré (1999) conta que, pouco antes de voltar a Portugal, em 1821, D. João firmou uma lei que estabelecia a prática da censura. Mais um motivo para aprofundar o sentimento de ódio entre aqueles que redigiam seus jornais. Isabel Lustosa (2000, p. 29) relata que “os jornais surgidos no Brasil entre 1821 e 1823,

período de intenso debate político, de radical transformação das instituições, com mais razão ainda nasciam impulsionados por esse espírito”. Bahia (1972, p. 21) destaca o papel desempenhado pelo jornalismo político na época:

O jornalismo político exercitado religiosamente na nossa primeira imprensa, no Rio de Janeiro, de onde se irradiava, ou no Pará, ou na Bahia, ou no Maranhão, ou em Pernambuco, ou no Rio Grande do Sul – onde quer que fosse – tinha a função de *tribuna ampliada*, como o definiu Benjamin Constant, aberta às pregações da soberania política, da unidade nacional, do progresso econômico e das liberdades públicas.

“Na agitação do processo de independência proliferou, como veículo típico, o pasquim”, afirmam Mariana Monteiro e Marcos Morel (2003, p. 48). Para Sodré (1999), os pasquins eram um reflexo fiel do ambiente convulsionado e do período entre a emancipação e a Maioridade, de 1822 a 1840. A fisionomia desse tipo de publicação estava traduzida “na violência como norma e na injúria como moeda corrente” (1999, p. 156). E nenhum dos lados escapava: governo e oposição compartilhavam os mesmos aspectos. “Operavam com igual fúria, com a torpeza elevada ao nível de norma, com a falsidade utilizada como instrumento de luta, com o insulto estabelecido como meio de ação”, garante o autor (1999, p. 156).

Sodré (1999) enumera as características fundamentais do pasquim: quatro páginas, com preço de venda avulsa de 40 réis, chegando a 80 réis se dobrasse o número de páginas; não havia venda nas ruas, disponibilizava-se nas tipografias; não trazia o nome do redator; um só artigo ocupava todo o espaço; era obrigatório mencionar em que oficina tinha sido impresso; utilizava-se de epígrafes curiosas; não tinha periodicidade certa; anunciava-se o lançamento para quando houvesse verba disponível; a maior parte não passou do primeiro número; não era usado para o sustento do redator.

O jornalismo estava situado muito mais no campo doutrinário do que no informativo, cada publicação ligada a uma facção política, de acordo com Monteiro e Morel (2003, p. 49):

Outra característica da primeira geração da imprensa brasileira era a veemência da linguagem. Havia, é certo, órgãos mais bem-comportados, que se pretendiam apenas noticiosos, geralmente no campo econômico ou literário. Mas a imprensa como instrumento político, de convencimento, revelando as paixões e conflitos, preponderava – fosse conservadora ou contestadora, exaltada ou moderada. O estilo panfletário, pasquineiro, dava a tônica, independentemente da coloração política. Por tudo isso, a imprensa da primeira metade do século XIX no Brasil privilegiava o *doutrinário*, o propagandístico, em detrimento do *factual* e descritivo.

Lustosa (2000, p. 427) lembra ainda da utilização do humor nas folhas impressas: “Para demolir o adversário valia a sátira, a ironia e a descrição de aspectos físicos. (...) (O humor) era uma de suas armas, ao lado da agressão verbal pura e simples”. Sodré (1999) explica que o debate de ideias predominante exigia um tom mais agressivo, pois as condições da época não permitiam discussões em um nível estritamente acadêmico. As paixões transbordavam para as páginas, nas quais “o que se pretendia, além da prova da excelência do que se pregava, era o esmagamento do adversário, a destruição do oponente. Buscava-se o poder, a exercício da função pública (...)” (1999, p. 168). Os pasquins representavam um retrato da fase histórica pela qual passava o Brasil.

A partir da proclamação da Independência, houve um período de avanço da frente conservadora (SODRÉ, 1999), que temia o aprofundamento das transformações políticas e sociais. A imprensa logo viu sua liberdade cerceada. O temor à sublevação levou a um rígido controle por parte do governo de D. Pedro I. Mesmo assim, tal atitude não impediu o aparecimento de focos de resistência, em especial nas províncias onde havia jornais.

Cipriano Barata foi um dos maiores representantes desse jornalismo revolucionário, conta Bahia (1972). Autor das Sentinelas da Liberdade, editadas em diversos locais, como na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, era considerado um agitador popular, um líder das massas. De 1823 a 1835, publicou pasquins, sempre dedicado à oposição. Jornalista panfletário, tinha uma orientação fortemente antilusitana.

Outro grande nome na luta contra o absolutismo foi Frei Caneca. Sodré (1999) diz que, em 1823, saía às ruas o Tífis Pernambucano, o qual pregava a defesa da independência e da liberdade de expressão. Lago e Romancini (2007) afirmam que o frei se tornou um dos principais ideólogos do movimento da Confederação do Equador, surgido do descontentamento em relação ao autoritarismo de D. Pedro I. Em seu jornal, incitaria o povo à revolta, resultando na repressão das autoridades e em seu fuzilamento.

Do lado governista, também se fazia presente o jornalismo político, segundo Lago e Romancini (2007). No Conciliador do Reino Unido, de 1821, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, defendia a união entre Brasil e Portugal por meio da monarquia. Já O Espelho era adepto da linguagem agressiva e cheia de insultos, com violentos artigos do imperador, sempre assinados com pseudônimos.

Nesse momento, as polêmicas entre os jornalistas, que com frequência descem ao insulto, ocupam boa parte do espaço dos periódicos – pois, de qualquer forma, os jornalistas de então eram ao mesmo tempo atores e platéia de um espetáculo decisivo: a formação do país. Com efeito, ao mostrarem e defenderem as posições de diferentes grupos, estabelecendo um debate público de opiniões, os jornais criaram uma atmosfera que amadureceu os ideais de autonomia (LAGO e ROMANCINI, 2007, p. 40).

Os autores afirmam que a crescente impopularidade de D. Pedro I, devido às crises financeiras, guerras e à intenção de restabelecer o vínculo com a coroa portuguesa, levaram a constantes críticas e pedidos de abdicação por parte da imprensa, engajada nos rumos do país.

Com o retorno do imperador a Portugal, em 1831, iniciou-se a Regência, marcada pela ascensão liberal e pela proliferação de pasquins, de acordo com Sodré (1999). Essas publicações eram um retrato das paixões políticas que impregnavam o ambiente. “A fase da Regência foi, realmente, um dos grandes momentos da história da imprensa brasileira, quando desempenhou papel de extraordinário relevo e influiu profundamente nos acontecimentos”, diz o autor (1999, p. 120). Lago e Romancini (2007, p. 48) explicam que “um dos aspectos mais importantes do pasquim e dos jornais da Regência é que em algumas das várias revoltas ocorridas neste período, sobretudo as mais ideológicas, esta imprensa prepara o ambiente, com uma pregação insuflada”.

A fase dos regentes é lembrada pelos movimentos revoltosos em vários pontos do país. Segundo Lago e Romancini (2007), eles têm algumas causas em comum, como as dificuldades de vida da população e a descentralização política inicial da Regência, que gerou disputas pelo poder.

Tanto Sodré (1999) quanto Lago e Romancini (2007) descrevem o desempenho da imprensa nos principais focos de sublevação:

- Guerra dos Cabanos (1832-1835, em Pernambuco) – Pouca influência dos jornais na luta de setores marginalizados pela religião e pela volta do imperador;
- Cabanagem (1835-1840, no Pará) – Imprensa tem papel destacado na preparação para a luta armada, mas durante as batalhas quase não existiu – o conservador O Correio Oficial Paraense e o liberal Sentinela Maranhense na Guarita do Pará;
- Sabinada (1837-1838, na Bahia) – Incentivo das ideias republicanas e federalistas por meio de debates na imprensa – Francisco Sabino Vieira publica o Novo Diário da Bahia, que se torna o mais importante órgão da revolta;

- Balaiada (1838-1840, no Maranhão) – Influência remota das publicações escritas nos acontecimentos, pois era um movimento plebeu;
- Guerra dos Farrapos (1835-1845, no Rio Grande do Sul) – Imprensa responsável por insuflar os revoltosos – órgãos dos farroupilhas: O Povo e O Americano, O Mensageiro e Estrela do Sul.

O *golpe* da Maioridade, em 1840, significou o retorno avassalador do conservadorismo, conforme Sodré (1999). O reduto liberal remanescente seria Pernambuco, o que permitiu a expansão da imprensa na região. Por essa razão, deflagrou-se ali a última revolta ligada aos vestígios do período regencial: a Praieira, de 1848 a 1850. O panfletário Antônio Borges da Fonseca foi um dos nomes mais destacados, tendo editado inúmeros jornais incendiários.

Sodré (1999, p. 163) indica que o apogeu dos pasquins ocorreu entre 1830 e 1833, multiplicando-se incontrolavelmente, “quando se misturavam a violência da linguagem impressa e a violência física dos atentados pessoais”. Muitos jornalistas foram presos ou mortos. Existia a necessidade de defender determinados interesses, claramente identificados com os fatos políticos.

A ascensão ao trono de D. Pedro II anunciou o enfraquecimento da imprensa pasquineira. Lago e Romancini (2007) afirmam que, a partir do Segundo Reinado, houve uma modernização decorrente dos avanços técnicos, a chegada dos folhetins, a profissionalização e a visão do jornalismo como uma empresa.

### 3 MANIFESTAÇÕES NO SÉCULO XX

Desde os primeiros anos do século XX, o jornalismo teve manifestações de caráter engajado, determinadas a lutar por questões de justiça social, a descobrir e revelar as verdades muitas vezes escondidas da maioria da população. Nos Estados Unidos, a década de 1900 foi fértil no campo das denúncias, por meio dos *muckrakers*, jornalistas dispostos a desvendar casos de fraudes e corrupção em diversos setores do país. Era a fase do jornalismo que mais tarde seria chamado de *investigativo*. Algumas décadas mais tarde, o movimento *underground* ou de contracultura ganhava as páginas de diversas publicações engajadas na política de sexo, drogas e *rock'n'roll*. Ainda na terra do Tio Sam, explodiria o escândalo de Watergate, na década de 1970, outra oportunidade para a imprensa pular na garganta dos políticos envolvidos em irregularidades.

#### 3.1 MUCKRAKERS

Na virada do século XX, os Estados Unidos vinham em uma trajetória de ascensão econômica excepcional, conta Daneet Steffens (2006). Era o momento do *boom* da economia, que impulsionava os negócios, em especial a carne, o aço e o petróleo, tornando o país um gigante do mercado.

Esta aceleração, no entanto, teve uma consequência trágica e desesperadora para uma parte da população – as pessoas comuns de classe média, que sofriam em condições de trabalho degradantes. Steffens (2006) afirma que os “operários de indústrias estavam em condições de risco. Imigrantes procuravam por empregos, mas acabavam presos em favelas superlotadas. Enquanto isso, os 10% dos americanos mais ricos tinham 90% da riqueza do país”\*.

John Tebbel (1974, p. 330-331) caracteriza o indivíduo americano mais afetado pela situação:

Naquela época da inocência americana, a maioria dos cidadãos não tinha consciência dos males da sociedade industrial que se acumulavam às suas

vistas. Tratando-se de pessoas que se concentravam predominantemente nas zonas rurais e nas pequenas cidades, sem a comunicação instantânea do rádio ou da televisão, sabiam que a grande cidade era perniciosa (a *cidade grande, perversa* era um chavão), mas, na sua maioria, sabiam por ouvir dizer. Isoladas das realidades dos grandes negócios, ignoravam o monstro incontrolável que a industrialização havia criado. Educadas nos simples artigos da fé, muitos deles inteiramente míticos, acreditavam estar vivendo numa ordem natural e disciplinada das coisas, na qual o sistema de vida americano era uma das supremas bênçãos do universo.

Segundo Steffens (2006), entre o final do século XIX e o início do século XX, um pequeno grupo de americanos começou a pregar mudanças e a incentivar reformas que pudessem melhorar a situação dessas classes desprivilegiada. Mas, acima de tudo, eles estavam interessados em abrir os olhos dos cidadãos para o conjunto de práticas irregulares altamente disseminadas em setores do governo e da economia. Era um basta à corrupção que corroía as bases onde tentavam inutilmente se sustentar os pilares da sociedade.

C. C. Regier (1932) aponta que uma verdadeira paixão por transformações invadiu os Estados Unidos. Os indivíduos foram subitamente arrancados de suas existências pacatas para prestar atenção aos diversos problemas que impregnavam a sociedade. Os jornalistas desempenhavam o papel de porta-vozes do chamado Movimento Progressista, vendo-se na obrigação de examinar minuciosamente as instituições americanas, ao mesmo tempo em que percebiam estarem elas longe da perfeição. Era preciso cavar fundo, remexer na imundície, procurar a verdade no meio da podridão. Surgiam os *muckrakers*.

Literalmente, a palavra significa *o escarafunchador de lama*, aquele que fica revolvendo a sujeira. O responsável por tal designação (de gosto um tanto duvidoso), de acordo com Edwin Emery (1965), foi o presidente americano Theodore Roosevelt, ocupante do cargo de 1901 a 1909. Ele se referia às revistas populares que desenvolviam uma política de denúncias e acusações, sem poupar ninguém. A expressão era usada em um tom pejorativo, comparando os jornalistas a um personagem do romance **O peregrino** (1678), de John Bunyan, o qual não quis nem olhar a coroa celestial que lhe havia sido oferecida por suas denúncias, apenas continuava a cavocar na imundície. “Os reformadores, entretanto, aceitavam o apelido como insígnia de honra, e na história das revistas americanas, o período é conhecido como *a era dos muckrakers*” (EMERY, 1965, p. 510).

Até 1890, segundo Robert Burbage, Jean Cazemajou e André Kaspi (1973), as revistas custavam caro, em torno de 35 centavos o exemplar. Seu público-alvo

era a pequena elite, à qual ofereciam informações literárias, ensaios e reflexões sobre temas variados. Mas foi o aparecimento das revistas de dez centavos, em 1893, que marcou a arrancada de uma nova poderosa força social, explica Tebbel (1974). A fundação da McClure's, em junho daquele ano, obrigou as rivais – Munsey's e Cosmopolitan – a também diminuir seus preços. O mercado para as revistas mensais se abria: em 1885, havia apenas quatro dessas publicações, com uma tiragem de 100 mil exemplares; duas décadas depois, o número aumentava para vinte, com uma circulação de 5,5 milhões de exemplares:

A base da atração popular da revista de dez centavos era sua vivacidade e variedade, suas muitas e bem impressas ilustrações, sua cobertura dos acontecimentos mundiais e do progresso no país, e, mais do que tudo, sua confrontação direta com os problemas sociais contemporâneos (TEBBEL, 1974, p. 324-325).

Conforme Tebbel (1974), Samuel Sidney McClure, mais conhecido como S. S. McClure, foi o responsável, ao lado de John Sanburn Phillips, pela fundação da revista mais representativa do período, a McClure's. Os dois selecionaram uma equipe de talentosos escritores para fazer a seção não-ficcional do periódico, listados por Emery (1965): Ida M. Tarbell, cuja especialidade eram as biografias e as pesquisas aprofundadas; Lincoln Steffens, ex-repórter do Saturday Evening Post, que viria a se tornar um dos mais famosos liberais do país; e Ray Stannard Baker, repórter do Chicago Record, que mais tarde seria o biógrafo do presidente Woodrow Wilson.

Ainda na década de 1890, Miss Tarbell, como era chamada, teve suas primeiras séries de artigos bem-sucedidas, sobre Napoleão Bonaparte e Abraham Lincoln, que impulsionaram as vendas da McClure's, de acordo com Tebbel (1974). Entretanto, a entrada da revista no campo das denúncias se deu em 1902, quando finalmente adquiriu proeminência. Começava a busca pela justiça social e a batalha contra a corrupção.

Emery (1965) adverte que a iniciativa da McClure's não foi inteiramente inédita. Outras revistas mais antigas, de qualidade, como Harper's, Scribner's, Century e Atlantic Monthly, já haviam abordado assuntos correntes, embora apresentassem uma essência literária. Para Regier (1932), a década final do século XIX tinha produzido somente uma publicação realmente de protesto: a Arena, de Benjamin O. Flower, que liderou a campanha pelas reformas econômica e sociopolítica. Ainda assim, as críticas eram feitas por meio de termos genéricos, pois

raramente se especificava os nomes das pessoas e das corporações atacadas. “Essas revistas e outras estavam dispensando atenção ao aparecimento de trustes comerciais, às espoliações e às máquinas políticas, mas foi a McClure's que fez o primeiro assalto frontal de real magnitude” (EMERY, 1965, p. 511).

Tebbel (1974, p. 332) garante que “a lista dos males sociais denunciados pelas revistas é bastante impressionante (...) e muitas vezes também deprimente”. Na McClure's, o primeiro artigo do jornalismo investigativo praticado pelos *muckrakers* foi “O mundo do suborno” (*The world of graft*), de Josiah Flynt, publicado em 1901. Emery (1965) conta que, em 1904, Miss Tarbell lançava “A história da Standard Oil Company” (*The history of the Standard Oil Company*), na qual detalhava as práticas injustas de John Davison Rockefeller para tirar seus concorrentes do jogo e assumir o controle do petróleo nos Estados Unidos. Tebbel (1974, p. 332) diz que este foi “o primeiro passo para a dissolução, nove anos depois, desse primeiro gigantesco monopólio, pela Suprema Corte”. Steffens escreveu “A vergonha das cidades” (*The shame of the cities*), série de reportagens que revelou casos de corrupção nos governos de St. Louis, Minneapolis, Pittsburgh, Filadélfia, Chicago, Nova York, entre outras cidades. Baker assinou matérias sobre os problemas dos operários nas indústrias, incluindo o trabalho infantil e a condição econômica dos negros.

A Cosmopolitan, segundo Emery (1965), viria a se juntar aos *muckrakers* apenas em 1905, quando o magnata da imprensa americana William Randolph Hearst a adquiriu. Em 1906, David Graham Phillips publicava a série “A traição do Senado” (*The treason of the Senate*), com denúncias contra inúmeros senadores, tanto republicanos quanto democratas, chamando-os de porta-vozes dos grandes grupos econômicos. Alfred Henry Lewis atacou a International Harvester Company, analisando as carreiras de influentes milionários americanos.

A partir de 1905, a Collier's, de Robert J. Collier, assumiria o comando da operação limpeza, afirma Emery (1965). Os artigos de Samuel Hopkins Adams sobre o comércio de medicamentos registrados, intitulados “A grande fraude americana” (*The great american fraud*), alarmaram a população, ao mostrar que certos remédios continham ingredientes venenosos não identificados nas bulas.

Steffens (2006) destaca a importância de Upton Sinclair no movimento dos *muckrakers*. Em 1904, ele foi enviado pela publicação Appeal to Reason para investigar a indústria de condicionamento de carnes em Chicago. Dessa experiência,

nasceu o livro **A selva** (*The jungle*), com descrições estarrecedoras sobre as condições insalubres dos locais. A indignação das pessoas com tais práticas levou o Congresso a reagir, em 1906, com o Pure Food and Drug Act, a primeira lei americana de controle sobre a produção de alimentos e remédios.

Os *muckrakers* cavaram fundo no solo putrefato que sustentava a economia, a política e a sociedade americanas. Jornalistas desvendaram fraudes no mercado de ações e os perigos das minas de carvão (STEFFENS, 2006). Outros relataram a adição de tinturas químicas e artificiais nos alimentos (EMERY, 1965). Não ficaram de fora os escândalos nos correios, as campanhas contra os trustes, os males das companhias de seguros, os ataques às finanças de certas igrejas, as guerras raciais no Norte (TEBBEL, 1974). “Foi o apogeu da era das denúncias”, segundo Tebbel (1974, p. 333).

O autor diz que, naturalmente, a reação dos setores conservadores (que estavam sendo atacados) foi de indignação contra os profissionais da imprensa. Comparavam o estilo *muckraker* ao jornalismo sensacionalista. Logo, as retaliações não tardaram. Em janeiro de 1911, David Graham Phillips era assassinado em Nova York. Nessa época, já existia um movimento contrário à prática de denúncias, mesmo por parte da população, cansada de ler somente escândalos.

Mesmo com a repressão, a partir da década de 1910, os *muckrakers* já tinham alcançado importantes vitórias com suas campanhas, de acordo com Tebbel (1974). A dissolução da Standard Oil, a lei de controle de alimentos e remédios, a regulamentação das companhias de seguros, o indiciamento dos dirigentes dos trustes da carne, foram resultado do engajamento desses jornalistas, obstinados em fazer justiça social.

Regier (1932, p. 20) faz a seguinte definição: “Os *muckrakers* não se contentavam com pouco; tropejavam suas denúncias com letras maiúsculas, em negrito, em itálico. Eles evitavam generalidades, davam nomes e datas”\*. Ninguém escapava da mira dos *jornalistas-atiradores*, especialmente os empresários ricos e os políticos poderosos.

Alguns faziam sensacionalismo puro, mas muito disso foi resultado da paixão verdadeira por justiça social e por um desejo honesto de revelar a verdade às pessoas. Os líderes *muckrakers* não eram jornalistas baratos especializados em utilizar uma linguagem abusiva; eram homens e mulheres inteligentes, educados e honestos. Mas estavam nauseados com o espetáculo de ilegalidades e subornos que ocorria nos Estados Unidos. E estavam envergonhados e enojados pela complacência da maioria dos cidadãos, que se mantinha totalmente indiferente\* (REGIER, 1932, p. 20).

Martin Conboy (2002, p. 60-61) afirma que a prática do *muckraking* foi “uma das mais notáveis tendências da história da cultura popular impressa”, que mostrou “a influência do conteúdo das revistas”\* e se configurou como “uma forma de moralidade conduzida mais intensamente”\*.

Para Tebbel (1974, p. 335), “as denúncias tornaram as revistas, temporariamente, os meios mais importantes do país”. A publicidade ganhava espaço nas publicações, impedindo muitas delas de desempenhar seu papel ativista. As empresas passavam a ser importantes patrocinadoras das revistas que, ao lado de seus jornalistas, foram deixando o engajamento de lado e partindo para novas empreitadas. Mas a oposição ao governo federal causou incômodos, pois as autoridades não estavam dispostas a ver seus castelos ruírem sem mover um dedo. Até mesmo a censura acabou utilizada em casos mais severos.

O vigor do movimento progressista e dos *muckrakers* diminuiu consideravelmente na década de 1910, contam Burbage, Cazemajou e Kaspi (1973). Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a participação dos Estados Unidos nela, a partir de 1917, a sociedade foi tomada por outras preocupações, mais urgentes. “Mas os *muckrakers* haviam colocado seu selo no país. Seu trabalho inspirou gerações de escritores engajados e reformistas, e ajudou a melhorar as condições de inúmeros americanos”\*, estabelece Steffens (2006).

### 3.2 IMPRENSA UNDERGROUND

Algumas décadas mais tarde, a atmosfera agitada que envolvia a sociedade norte-americana propiciou o advento de mais um tipo de jornalismo contestador disposto a quebrar paradigmas: a imprensa *underground*. Criado a partir do movimento de contracultura, que mexeu com os valores e as crenças de um país inteiro (além de ter-se espalhado pelo mundo), em especial nos anos 1960, ele foi o responsável por trazer à tona assuntos considerados tabu nos Estados Unidos, na época, como sexo, drogas, guerra do Vietnã, questão racial, homossexualidade e *rock'n'roll* (BURBAGE, CAZEMAJOU e KASPI, 1973).

Segundo Ken Goffman e Dan Joy (2007), o desejo por transformações, que invadia a juventude e determinava novos modos de pensar e agir, era o resultado de

tempos de repressão ao não-convencional, nos quais a figura do chamado *burocrata* dominava o imaginário. Ainda na década de 1950, qualquer um que não andasse todo engomado e não fizesse parte da homogeneidade do mundo industrializado estava completamente fora dos padrões, passando a ser considerado um indivíduo suspeito, um pária. Naturalmente, os jovens se sentiram impelidos a dar um basta a esta situação, influenciados por muitos intelectuais engajados na causa. Carlos Alberto Messeder Pereira (1983) afirma que o espírito libertador da contracultura já se anunciava com a *beat generation*, imortalizada pela poema **Howl**, de Allan Ginsberg, de 1956, e pelo livro **On the road**, de Jack Kerouac, de 1957. O *rock'n'roll*, que teve seu auge entre 1956 e 1968, unia música e comportamento em uma expressão de rebeldia, sintetizada na figura de Elvis Presley. Os filmes de James Dean retratavam os *rebeldes sem causa*, a juventude transviada com suas gangues, motocicletas e revoltas.

“É, no entanto, nos anos 60, que essa explosão político-cultural ganha potência máxima”, de acordo com Pereira (1983, p. 10). Os jovens seguiam a filosofia utópica do *drop out*, ou seja, desejavam *cair fora* do sistema vigente, um repressor da individualidade, a fim de criar um mundo alternativo, *underground*. Estavam dispostos a romper com todos os hábitos já estabelecidos pela cultura dominante, os quais abominavam.

Os novos caminhos a serem seguidos se espalharam nos mais diversos campos. Na música, houve o sucesso estrondoso dos Beatles, dos Rolling Stones, de Bob Dylan, e dos festivais, como o de Monterey (1967), o de Woodstock (1969) e o de Altamont (1969). Surgiu um novo partido, o Youth International Party (Partido Internacional da Juventude), em 1967. Ocorreu a radicalização do movimento estudantil. A popularidade das drogas, como maconha, heroína e LSD, nunca foi tão alta. As minorias exigiam espaço e reconhecimento – *flower power*, *gay power*, *women's lib*, *black power*. Era a década inesquecível do movimento *hippie*, com seus cabelos compridos e sua pregação de paz e amor.

A imprensa não poderia ficar indiferente a esta efervescência. Enquanto os jornais de grande circulação tratavam de demonizar as manifestações de contracultura, começavam a pipocar publicações alinhadas ao pensamento *underground*, definidas por Burbage, Cazemajou e Kaspi (1973, p. 125):

A *underground press* vai mais longe, dado que rejeita a forma atual da sociedade, a estrutura do *Establishment*. Em consequência, rejeita

igualmente a imprensa desta sociedade estabelecida a que censura por estar inteiramente fechada para as minorias – ruidosas ou silenciosas – que não compartilha da opinião oficial; por nunca permitir a elas exprimir-se livremente, porquanto filtra as notícias de maneira a consolidar a sociedade tal como existe no momento; por apresentar aos seus leitores as manifestações destas minorias como outros tantos acontecimentos sensacionais, a fim de que o público zombe delas e delas desconfie; por não acreditar numa total liberdade de expressão. Em definitivo, por não haver evoluído com o passar dos tempos.

Conforme os autores, o estilo jornalístico teria sido inaugurado pelo Village Press, tablóide de Greenwich Village, em Nova York, lançado em 1955. O maior concorrente apareceria em 1964, chamado The East Village Other. Muitas outras publicações entraram na onda, como o Berkeley Barb, o Los Angeles Free Press e o Peninsula Observer. A objetividade era considerada um mito para a maioria, pois se acreditava que a verdade dependia da experiência pessoal do jornalista.

Mesmo criticada, é impossível negar a importância da imprensa *underground* “pela constante oposição às opiniões pré-fabricadas, pela luta por uma justiça social, uma justiça racial e uma justiça simplesmente” (BURBAGE, CAZEMAJOU e KASPI, 1973, p. 131).

### 3.3 CASO WATERGATE

O trabalho de remexer na podridão desenvolvido pelos *muckrakers*, com o objetivo de descobrir grandes (e sujas) histórias, seria retomado, nos Estados Unidos, especialmente na década de 1970, em função de um dos maiores escândalos da política norte-americana: Watergate. O caso envolveu diretamente a imprensa, que não hesitou em dissecar todos os aspectos e os personagens envolvidos.

De acordo com José Renato Salatiel (2008), “as reportagens de Watergate são consideradas um marco do jornalismo investigativo e firmaram definitivamente o papel da imprensa na fiscalização dos poderes nas modernas sociedades democráticas”. Era o jornalismo comprometido com a verdade, disposto a ir às últimas consequências para tornar público os pontos obscuros (e havia muitos) de um fato mal contado.

Por parte da imprensa, os dois mais famosos homens de Watergate foram Carl Bernstein e Bob Woodward, repórteres do jornal The Washington Post. Eles ficaram responsáveis pela maior parcela da investigação jornalística da publicação acerca do caso, ganhando, inclusive, um Prêmio Pulitzer (atribuído por contribuições relevantes nos campos do jornalismo, da música e da literatura) pelo trabalho, em 1973. Em 1974, quando finalmente veio tudo à tona e o presidente Richard Nixon se viu forçado a renunciar para não sofrer um *impeachment*, a dupla lançou o livro **Todos os homens do Presidente**, no qual narram a cobertura do escândalo. Dois anos depois, a obra seria adaptada para o cinema, no filme homônimo, com a participação de Dustin Hoffmann e Robert Redford na pele dos jornalistas.

A história tem início na noite de 17 de junho de 1972, no edifício Watergate, um complexo comercial-residencial-hoteleiro no centro da cidade de Washington. Cinco homens foram presos às 2h30min enquanto arrombavam a sede do Comitê Nacional do Partido Democrático, situada no prédio. Vestiam ternos completos, usavam luvas cirúrgicas de borracha e carregavam milhares de dólares. A polícia apreendeu um *walkie-talkie*, rolos de filme virgem, duas câmeras fotográficas, armas de gás lacrimogêneo e instrumentos transmissores capazes de interceptar tanto conversas telefônicas quanto aquelas que ocorressem no recinto.

Os suspeitos eram Bernard Barker, Frank Sturgis, Virgilio Gonzalez, Eugenio Martinez e James McCord, sendo esse último o coordenador de segurança do Comitê para a Reeleição do Presidente (CRP), órgão responsável por garantir a permanência de Nixon no poder, nas eleições daquele ano. Acendia a luz amarela na cabeça dos repórteres do Post – algo estava errado e necessitava de profunda investigação.

A desconfiança fez Bernstein e Woodward começarem uma caça às bruxas. As ligações com o Partido Republicano não demoraram a aparecer. Os nomes de diversos “homens do presidente” acabaram associados ao escândalo – entre eles, Howard Hunt, consultor da Casa Branca; Charles Colson, conselheiro extraordinário do presidente; Gordon Liddy, conselheiro financeiro do CRP; Jeb Magruder, vice-diretor de campanha do CRP; John Mitchell, diretor de campanha do CRP; Maurice Stans, diretor financeiro do CRP; John Dean, conselheiro do presidente; John Ehrlichman, assistente do presidente para Assuntos Internos; Bob Haldeman, chefe da equipe da Casa Branca. A lista era muito extensa e indicava que a corrupção chegara ao mais alto escalão da presidência.

O método de trabalho dos jornalistas consistia em estabelecer uma gigantesca rede de informantes que os auxiliasse na árdua tarefa de descobrir, aos poucos, a verdadeira história por trás do arrombamento. O mais famoso foi o Garganta Profunda (*Deep Throat*), fonte de Woodward que não queria ter seu nome revelado e que recebeu o apelido na redação do Post, em alusão a um filme pornográfico norte-americano de 1972. O repórter concordou com o sigilo em razão de o indivíduo ocupar um importante cargo dentro do próprio governo, o que poderia lhe causar sérios problemas.

Woodward e Garganta Profunda se encontravam sempre às duas da madrugada na escuridão de uma garagem de um estacionamento público, pois o telefone não podia ser considerado totalmente seguro devido aos grampos. Para combinarem um encontro, os dois tinham um código: se o repórter quisesse falar com o amigo, deveria mudar a posição de um vaso de plantas com uma bandeirinha na sacada de seu apartamento; se fosse o inverso, Garganta Profunda tinha que dar um jeito de circular o número da página 20 do jornal The New York Times, entregue todas as manhãs na casa de Woodward, e ainda desenhar um mostrador de relógio no canto inferior com os ponteiros indicando o horário desejado do encontro. Incrivelmente, a tática dava certo, e apenas uma vez o informante faltou ao compromisso.

O acordo entre os dois estabelecia que Garganta Profunda serviria apenas para confirmar informações obtidas de outra fonte e para dar uma maior perspectiva sobre os fatos. Ele sempre evitava soltar uma bomba inesperada no colo dos repórteres, em um código de ética um tanto duvidoso. No entanto, mesmo quando a investigação carecia de novidades, a principal fonte apontava o local em que a sujeira ainda podia ser melhor esfregada. Com o prolongamento do caso, o informante se mostrava cada vez mais nervoso, atormentado com a ideia de acabar descoberto, o que o levou a diminuir a frequência dos encontros.

A identidade do Garganta Profunda só seria revelada décadas depois, após muita especulação sobre o tema. Em um artigo da revista norte-americana Vanity Fair, de julho de 2005, o advogado John O'Connor trazia a seguinte afirmação de um cliente: “Eu sou o cara que eles chamavam de Garganta Profunda”. Seu nome era Mark Felt, o ex-segundo homem em comando do Federal Bureau of Investigation (FBI), a polícia federal dos Estados Unidos. Ele morreu em dezembro de 2008, aos 95 anos, na Califórnia.

O trabalho de Bernstein e Woodward foi cansativo e exigiu uma dedicação excepcional durante pouco mais de dois anos. Ao longo da cobertura, um fato acabava por puxar outro, em um exercício de montar um quebra-cabeça com um número muito maior de peças do que se poderia esperar – entre elas, homens próximos do presidente, enormes quantias de dinheiro sujo, corrupção, fraudes, ilegalidades diversas. O esquema se baseava em uma *caixinha*, um espécie de cofre de recursos financeiros supostamente destinados à campanha de reeleição de Nixon, que, na verdade, eram utilizados pelo CRP, com o consenso da alta hierarquia, para atividades de espionagem e sabotagem, em especial contra democratas. Mas as práticas também foram destinadas a veículos de comunicação e a qualquer indivíduo que representasse perigo. A investigação levou, por exemplo, até o advogado Donald Segretti, contratado para prestar serviços como causar tumultos durante convenções democratas.

Em novembro de 1972, apesar das denúncias, Nixon foi reeleito presidente do país, com 61% dos votos, uma esmagadora vantagem sobre o candidato democrata, George McGovern. Ninguém havia conseguido ligá-lo diretamente ao escândalo. Além de Nixon frequentemente negar qualquer envolvimento, seus homens também faziam questão de afastar essa possibilidade, criando uma forte blindagem em torno de sua figura.

A proteção, no entanto, acabaria por, gradualmente, desmoronar aos olhos do governo, dos jornalistas e da sociedade. O rompimento da represa se deu quando alguns seguidores começaram a se sentir prejudicados. Ainda em 1972, o caso havia sido julgado por um grande júri, que condenou à prisão uma pequena parcela dos implicados (os cinco arrombadores e dois conselheiros), deixando de lado aspectos importantes, como a prática de espionagem e sabotagem. No início de 1973, uma comissão do Senado tomaria a responsabilidade de se aprofundar na história.

Os descontentes começaram a abrir a boca, pois se viam abandonados à própria sorte e não queriam afundar sozinhos. James McCord, um dos arrombadores, confessava ter cometido perjúrio durante o julgamento: tinha sido forçado a admitir a culpa e a ficar calado. Jeb Magruder, vice-diretor de campanha do CRP, acusou outros companheiros de terem planejado os transmissores clandestinos e o esquema de pagamentos da *caixinha*. James Dean, conselheiro do presidente, atestou o prévio conhecimento de Nixon sobre Watergate.

Salatiel (2008) conta que foi então revelada a existência de fitas com conversas comprometedoras na Casa Branca das quais o presidente participava. Em julho de 1974, a Suprema Corte dos Estados Unidos ordenava a entrega dos áudios à Justiça. Mesmo parcialmente apagado, o material confirmava o papel de Nixon de tentar impedir investigações mais aprofundadas. Com a iminência de uma votação de *impeachment*, ele renunciou ao cargo, em 8 de agosto de 1974. O vice Gerald Ford tomou posse no dia seguinte, acabando com a crise. Um mês depois, concedeu perdão ao ex-presidente por seus crimes, evitando um julgamento. Richard Nixon morreu em 1994, aos 81 anos.

Os jornalistas Lewis Chester, Cal McCristal, Stephen Aris e William Shawcross (1973), do The Sunday Times, de Londres, fizeram a seguinte avaliação do contexto no qual estava inserido Watergate:

A loucura da invasão da sede do Partido Democrata em Watergate não foi mais do que um fração mínima da atividade clandestina daquele ano. A descoberta dos invasores atraiu a maior parte da publicidade, mas de certa forma isso tende a desviar a atenção da corrupção profunda de toda a campanha e do fato de que muitas das figuras mais destacadas do Governo não tinham qualquer constrangimento em recorrer contra seus próprios cidadãos a certos métodos que até mesmo a Agência Central de Inteligência (CIA) hesitaria em usar na mais obscura das repúblicas de banana.

Jack Anderson e George Clifford (1974) sustentam, inclusive, que as táticas do grupo de Nixon para se safar das acusações de Watergate já vinham sendo aplicadas anteriormente, em outros episódios – uma política suja, mas utilizada sem remorsos.

Em uma análise do trabalho jornalístico dos repórteres do Post, Michael Shudson (1978) afirma que a nova expansão da tradição do *muckraking* teve um impacto direto nas *hard news*, as notícias do dia, que exigiam uma apuração rápida dos jornalistas e, geralmente, acabavam não sendo aprofundadas. O caso Watergate, entretanto, fez com que Bernstein e Woodward praticassem a reportagem investigativa diária, pois as novidades pipocavam e não restava alternativa senão correr atrás de uma fonte que as confirmasse. Muitas vezes, era necessário ligar para dezenas de pessoas até encontrar alguém disposto a colaborar.

O autor conta que os repórteres não consideravam ter feito algo distinto ou excepcional, haviam apenas feito seu trabalho. Para eles, reportagem investigativa nada mais era do que fazer uma boa reportagem. Segundo Schudson (1978, p.

189), a objetividade das coberturas jornalísticas seria colocada em xeque, mesmo que a mudança não fosse tão substancial: “Não é um jornalismo personalizado ou de *advocacy*; se existe algum elemento pessoal, não é opinião ou convicção, mas energia. (...) A tradição investigativa se distingue pela agressividade, contra a passividade da cobertura objetiva”\*.

## 4 ADVOCACY E JORNALISMO

Desde pelos menos o século XVII, existiu, em diferentes países, um jornalismo engajado, disposto a defender abertamente uma causa, atendendo à premissa básica do *advocacy journalism*. O conceito em si, entretanto, é considerado recente. Poucos teóricos, a maioria norte-americanos, esforçaram-se em debater-lo profundamente. Ainda não há tradução para a língua portuguesa.

A prática da *advocacy* vem sendo executada ao redor do mundo, nos últimos tempos, por organizações preocupadas em implantar políticas públicas favoráveis aos desprivilegiados da sociedade, e nem sempre elas estão associadas a grupos de mídia. A imprensa pode ser utilizada, na verdade, como um meio de se chegar a uma parcela maior da população.

Dentro do campo do jornalismo, o modelo constrói a figura do profissional como um advogado, que luta pelos direitos dos excluídos e combate a visão de mundo dominante. A publicação francesa Le Monde diplomatique é um exemplo desse modo de produção.

### 3.1 O TERMO *ADVOCACY*

Para compreender o *advocacy journalism*, é fundamental discutir o significado da primeira parte da expressão. Apesar de ser um termo de uso relativamente recente, a prática da *advocacy* já está difundida entre algumas organizações e veículos de comunicação. São grupos ou empresas mais engajados em determinados temas, preocupados em buscar justiça social. O objetivo geral consiste em criar condições para o desenvolvimento de uma sociedade melhor àqueles que acabam em situação desprivilegiada.

Segundo Jorge Duarte e Luciara Veras (2006, p. 7), “a palavra *advocacy* pertence à mesma família de advogar e está vinculada à defesa de políticas públicas de grande impacto social”. No Brasil, o termo é pouco conhecido e usado, além de não existir uma palavra equivalente na língua portuguesa. A expressão *advocacia*

*política* tem sido empregada na tradução, ainda não definitiva. No idioma espanhol, utiliza-se *incidencia política*, que quer dizer *pressão política*.

Na publicação Advocacy tools and guidelines: Promoting policy changes, escrita por Sofia Sprechmann e Emily Peltron (2001, p. ii), da organização não governamental americana CARE – Cooperative For Assistance and Relief Everywhere (que tem uma filial no Brasil, desde 2003, chamada CARE Brasil), *advocacy* pode ser definida como “uma estratégia para influenciar os responsáveis pelas políticas públicas, no momento em que eles elaboram leis e regulamentações, distribuem recursos e tomam decisões que afetam a vida das pessoas”\*. As principais metas são criar, reformar e assegurar a implementação de políticas públicas. Nos Estados Unidos, o campo já foi mais explorado, ligado ao serviço social e à defesa dos direitos humanos. Logo, a maior parte da pesquisa sobre o assunto vem daquele país. A prática está vinculada a ações de ONGs, lideranças comunitárias, grupos de cidadãos e representantes de populações em risco.

De acordo com Duarte e Veras (2006), existem poucas fontes de referência quando se fala em *advocacy*, porque a maioria das atividades exercidas ainda ganha o rótulo de *lobby*. Eles defendem, no entanto, uma diferenciação entre os termos. Na definição de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (2000, 563-564), *lobby* “é o processo por meio do qual os representantes de grupos de interesses, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos *decision-makers* os desejos dos seus grupos”. Portanto, seu campo de atuação fica mais restrito às casas legislativas e aos órgãos dos governos. Por outro lado, a *advocacy* tem um círculo de interesses e influências maior, pois “inclui desde o trabalho com os indivíduos, dentro das comunidades, até a mobilização e atuação junto aos governantes, instituições poderosas (igrejas e empresas, por exemplo), e organismos internacionais” (DUARTE e VERAS, 2006, p. 9). O *lobby* pode ser, então, uma das ferramentas aplicadas pela *advocacy* a fim de se obter resultados positivos.

Os autores acreditam que a informação pública e a comunicação representam a estratégia central dessa prática.

Os resultados mais visíveis das estratégias de *advocacy* são: obtenção de apoio dentro das instituições públicas (e privadas), formação de um capital de credibilidade e agendamento das ações e da política em causa na mídia, em decorrência de uma comunicação eficiente (DUARTE e VERAS, 2006, p. 9).

No Brasil, o tema ainda não adquiriu grande repercussão, mas já é possível observar sua presença em determinadas organizações e em pesquisas. A doutora em sociologia Almira Rodrigues (1999), do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, explica o conceito: “A noção de *advocacy* aponta para uma ação coletiva, política, pública e embasada em valores e racionalidades”. Essa atividade tem como alvo o Estado, responsável pela consolidação da justiça e do bem estar social. Entretanto, ela não deve se restringir aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – precisa se dirigir também aos partidos políticos e às organizações da sociedade civil. Constitui-se em uma estratégia que aposta nas mudanças em relação à legislação, às políticas públicas, às próprias instituições e às práticas sociais.

Do Estado, o objetivo é conseguir ações concretas e benéficas à população. Dentro da sociedade civil, busca-se a ampliação de alianças através de um método de convencimento. Para a autora, os elementos indispensáveis na realização de *advocacy* são: fundamentação argumentativa, embasada em valores e princípios; base propositiva; articulação e negociação.

O exercício da *advocacy* demanda a delimitação clara: a) de objetivos, valores e estratégias; b) de metas específicas, identificação de prazos e de recursos necessários; c) de atores políticos e situações envolvidas - alianças, apoios, constrangimentos, resistências e enfrentamentos; d) de formas de comunicação política e de socialização das informações e iniciativas; e) de planejamento, acompanhamento, fiscalização e avaliação de políticas públicas e de ações governamentais (RODRIGUES, 1999).

A Ágere – Cooperação em Advocacy estabelece a *advocacy* como uma forma de assessoria que busca “agir de modo a influenciar a formulação e execução de políticas públicas equitativas e democráticas” (ÁGERE – COOPERAÇÃO EM ADVOCACY, s/d). Sua atuação segue quatro eixos principais: mobilização da sociedade civil, influência no Executivo, acompanhamento do processo legislativo e litigância, com o apoio de órgãos internacionais de fiscalização. A organização se dedica principalmente à ações no Legislativo, a fim de garantir decisões favoráveis à causa dos direitos humanos. “A equipe de assessoria da Ágere atua incisivamente no Congresso Nacional, sensibilizando parlamentares, mapeando e acompanhando proposições e realizando eventos que promovam o debate de questões sociais” (ÁGERE – COOPERAÇÃO EM ADVOCACY, s/d).

Além disso, trabalha no fortalecimento da sociedade civil, por meio de participação em redes de articulação; colaboração e organização de eventos e

manifestações; elaboração de material informativo, como boletins que analisam e divulgam a atuação do governo em relação às políticas públicas e realizam cursos de capacitação em *advocacy* e direitos humanos.

Maria Amélia Azevedo (2003, p. 2) afirma que “o termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa”. A ênfase recai sobre a promoção e a defesa de direitos, para evitar a violação dos mesmos e chegar a novas conquistas. É fundamental a proteção à qualidade de vida das pessoas em condição de vulnerabilidade social, em especial crianças e adolescentes, portadores de doenças mentais, deficientes físicos, consumidores lesados e indivíduos em situação de risco.

O campo de atuação da *advocacy*, conforme a autora, ainda se estende ao ativismo, à militância, ao *empowerment* e à ação afirmativa. “Toda essa terminologia permite entender que o conceito de *advocacy* traz em si a idéia de luta (...). Por isso trata-se de um conceito combativo” (AZEVEDO, 2003, p. 3).

De modo geral, é possível observar uma concordância em torno do aspecto primordial da *advocacy*: desenvolver uma atuação junto ao Estado e à sociedade em prol de determinada causa. Deve-se buscar a consolidação de políticas públicas que beneficiem tanto a população em geral quanto grupos que, em certos contextos, estejam abandonados, esquecidos ou prejudicados. Aqueles que estiverem dispostos a praticar a *advocacy* devem ter bem claro que existe a necessidade de se envolver com todas as etapas do processo, desde identificar possíveis áreas de interesse, elaborar projetos, agir junto aos órgãos competentes, trabalhar para a conscientização acerca do tema, ajudar na implementação e discutir formas de constante melhoramento. Engajar-se é a palavra-chave.

#### 4.2 ADVOCACY JOURNALISM

A partir do significado de *advocacy*, é possível tirar conclusões do tipo de jornalismo que a prática envolve – apoiador aberto de alguma causa, defensor daqueles que não têm voz na grande mídia, disposto a lutar por igualdade e justiça. O maior objetivo do *advocacy journalism* seria mostrar temas e grupos sociais

normalmente excluídos do universo de assuntos dos meios de comunicação de massa, que não atendem aos interesses de toda a população.

Morris Janowitz (1975, p. 619) afirma que, na concepção da tendência *advocacy*,

o papel do jornalista é assegurar que todas as perspectivas sejam representadas na mídia, uma vez que a solução para os conflitos sociais depende da representação efetiva de definições alternativas da realidade. O jornalista deve *participar* do processo advocativo. Ele deve ser um advogado para aqueles que não possuem um porta-voz e deve apontar as consequências do desequilíbrio contemporâneo do poder\*.

Ou seja, o jornalista precisa atuar em favor dos desprivilegiados, combatendo a visão de mundo dominante. Para iniciar a abordagem da questão, o autor apresenta dois modelos alternativos presentes no jornalismo contemporâneo, em especial no cenário norte-americano: o *gatekeeper* e o *advocate*. O primeiro se desenvolveu após a I Guerra Mundial, quando passou a haver um esforço para estabelecer a prática jornalística dentro de um campo profissional, de acordo com certas técnicas. A ênfase recaía sobre “a busca pela objetividade e a clara separação entre reportar um fato e disseminar uma opinião”\* (JANOWITZ, 1975, p. 618). A obrigação do jornalista era, a partir de um amplo leque de opções, selecionar aquilo que, no seu julgamento, poderia virar notícia. Ele deveria ter a habilidade de detectar, enfatizar e disseminar o mais importante dentro do mar de informações.

Por trás do *gatekeeper*, no entanto, existiam sérios conflitos. O repórter encarava pressões institucionais e limitações pessoais que transformavam a objetividade em utopia. Chefes de redação e editores sempre exerceram influência nas coberturas dos subordinados, assim como a própria empresa empregadora. Além disso, todo profissional tem crenças que acabam refletindo em seu trabalho.

Na década de 1960, segundo Janowitz (1975), esse modelo começou a ser questionado. Nos meios intelectuais, duvidava-se da possibilidade de se conseguir total objetividade. A busca pela realidade objetiva era vista como uma omissão quanto à responsabilidade pessoal e política. Recomendava-se substituir o método do *gatekeeper* por uma concepção do jornalista como crítico e intérprete, cuja missão seria representar o ponto de vista e os interesses dos excluídos.

Nos Estados Unidos, o melhor exemplo de seguidores do estilo *advocate* são os jovens jornalistas que frequentaram prestigiadas escolas de arte liberais e universidades públicas. “Eles foram apresentados ao movimento estudantil, a

estudos acadêmicos e a professores profundamente críticos em relação à sociedade contemporânea”\* (JANOWITZ, 1975, p. 622). Esses estudantes contribuíram para melhorar a visão crítica dos veículos de comunicação e também lideraram reivindicações por um maior ativismo entre os profissionais da área. Outra característica observável é a aparente concentração dos *advocates* na esquerda do espectro político. A maioria se sente motivado a entrar nesse campo por um impulso reformista, um desejo de proporcionar mudanças, que não significa uma necessidade em ter controle sobre o poder. Existe apenas a vontade de dar voz aos mais diversos grupos.

A concepção de jornalismo profissional do *advocate* destaca as barreiras que impedem uma mudança sociopolítica na sociedade contemporânea e as dificuldades que certos segmentos da sociedade têm para alcançar seus próprios interesses. Para esses grupos atingirem seus objetivos, é necessária a intervenção da mídia de massa e de outras instituições importantes, como os sistemas educacional e judiciário. (...) É responsabilidade profissional do jornalista *advocate* falar em nome desses grupos. Ele quer se relacionar com seus clientes no papel de um advogado, mas no cenário da grande mídia\* (JANOWITZ, 1975, p. 620-621).

O autor diz que o *advocacy journalism* tem uma longa tradição na imprensa norte-americana, com origens no período colonial e na Guerra da Independência, no final do século XVIII, quando os jornais eram partidários e promoviam polêmicas. A corrente teria seguimento com os *muckrakers*, no início do século XX, através da busca incessante por histórias de corrupção no interior das instituições políticas do país. “É como se existisse uma linha de continuidade entre o *muckraker* e o *advocate*”\* (JANOWITZ, 1975, p. 623).

Silvio Waisbord (2009) acredita que, até a ascendência dos ideais de objetividade e de profissionalismo, a prática jornalística estava impregnada de *advocacy*, pois os periódicos funcionavam como um meio de propaganda para os partidos políticos, uma plataforma para empresários ambiciosos, um caminho aos interessados no ativismo.

Historicamente, a evolução desse modelo seguiu diferentes cursos dos dois lados do Atlântico, conforme o autor. Na Europa, esteve associado às publicações que apoiavam abertamente posições políticas. Com a gigantesca influência partidária, tornava-se impossível omitir opiniões e crenças nas reportagens. A própria sociedade se identificava com as correntes políticas, e assumia preferências. Então, nada mais natural do que a imprensa ser um reflexo desse modo de vida.

Nas décadas recentes, entretanto, as forças do mercado econômico estenderam seus tentáculos sobre a mídia, culminando no enfraquecimento da identidade partidária dentro dos meios de comunicação. Mesmo com intensidades variadas em cada região europeia, esse processo já está consolidado na maior parte dos veículos.

Waisbord (2009) ressalta que, nos Estados Unidos, a trajetória foi bem diferente. A adoção da objetividade como norma ideal de reportagem deslocou o *advocacy* para as periferias do sistema. Não existia uma forte ligação entre os partidos políticos e a imprensa. O modelo aparecia associado aos movimentos do século XIX, que promoviam o voto feminino, o abolicionismo e os direitos dos trabalhadores. Na virada do século, destacou-se a figura dos *muckrakers*, na busca pela verdade escondida na imundície das instituições norte-americanas. “O *advocacy journalism* permaneceu em situação marginal durante o século XX, enquanto que as grandes organizações de mídia abraçavam a noção de objetividade, sem manter relações nem mesmo com os maiores partidos políticos”\* (WAISBORD, 2009, p. 372). O posicionamento em relação a determinado tema ficava restrito aos editoriais, nos quais quem se manifesta são os próprios donos da empresa. A bandeira de *advocacy* era carregada por publicações alternativas, defensoras dos movimentos anti-guerra, feminista, *gay*, ambiental, de direitos étnicos, particularmente nos anos 1960 e 70.

Enquanto nos Estados Unidos o ideal de objetividade se tornou referência, na Europa não se estabeleceu um consenso em torno de normas jornalísticas, o que explica os diferentes rumos tomados pela vertente *advocate* nos dois locais. Apesar da polêmica sobre o assunto, até mesmo a grande mídia norte-americana tem dado espaço ao *advocacy journalism*, com uma visão claramente direitista, segundo Waisbord (2009). As publicações alternativas permanecem identificadas com esse modelo.

O autor afirma que, no Hemisfério Sul, a presença do estilo pode ser observada nos veículos alinhados com partidos políticos e naqueles em que os proprietários ou os próprios jornalistas possuem interesses definidos. Ele ocorreu também durante a ditadura de 1964, no caso brasileiro. Em diversos países, as finanças dos grupos de mídia dependem de fundos governamentais e/ou pessoais.

Waisbord (2008) defende um distanciamento entre imprensa e Estado/mercado, que a influenciam negativamente e erguem obstáculos para a

existência de uma mídia plural e diversificada. Muitos governos provêm recursos financeiros aos meios de comunicação. Grandes empresas também são responsáveis por anúncios que constituem fonte vital de sustento. Isso gera uma relação complicada, que pode comprometer a independência editorial.

O aspecto mais criticado pelo autor é a dificuldade em se dar uma atenção balanceada à gama de questões relevantes à sociedade. O foco das notícias se volta para um público específico – a elite urbana. Assuntos como pobreza, fome, desnutrição, saúde e educação recebem pouco espaço. Waisbord (2008) propõe uma maior presença de vozes e tópicos civis nas páginas dos jornais, a fim de fortalecer a democracia.

Em um painel durante uma conferência anual da Associação Canadense de Jornalistas (CAJ), Sue Careless (2000) expôs sua visão sobre o tema. Para a jornalista, os seguidores da tendência *advocacy* “têm um viés declarado, um ponto de vista editorial conhecido”\*. Por outro lado, os meios de comunicação de massa procuram manter sua opinião implícita ou escondida. Como eles supostamente refletem os valores da maioria das pessoas, ninguém se preocupa em fazer uma análise mais profunda daquela mensagem. Toda causa ou comunidade merece um meio de representação, uma mídia própria, principalmente quando o *mainstream* ignora, trivializa ou distorce os assuntos relacionados a elas. Informações incorretas ou estereotipização não podem ser aceitas.

“Ser um jornalista *advocate* não é o mesmo que ser um ativista. Não importa o quanto uma causa seja importante para alguém, existem linhas que nunca devem ser ultrapassadas por um profissional”\*, diz Careless (2000). Ela condena quem apenas vocifera ou dissemina *slogans* e clichês. Um polemicista nunca conseguirá educar ou persuadir outro indivíduo, pois não utiliza argumentos concretos para defender sua tese, está mais interessado em provocar os adversários. O *advocate* precisa articular questões complexas de maneira clara e cuidadosa, a fim de instruir a sociedade sobre temas importantes e incentivar o engajamento em um debate efetivo na vida pública.

Careless (2000) garante que a prática do *advocacy journalism* não exige habilidades diferenciadas. Assim como qualquer outro, o profissional não pode fabricar ou falsificar um fato, ou estará arruinado. Também não modifica ou suprime dados vitais nem apresenta histórias pela metade. Não tira a informação do contexto, checa a sua veracidade, utiliza diversas fontes. “Um bom jornalista deve

ser seu próprio advogado do diabo”\* (CARELESS, 2000), ou seja, é necessário argumentar contra convicções pré-estabelecidas. Em uma entrevista, o repórter não está ali para bancar o relações públicas do interlocutor, mesmo se for alguém relevante para a causa. As matérias precisam terminantemente evitar um tom glamourizado ou romântico, que destrua a credibilidade da cobertura. Mesmo casos desagradáveis ou negativos, envolvendo a comunidade, precisam ser expostos, o que confere um atestado de trabalho sério e preocupado em fazer a diferença.

“O *advocacy journalism* geralmente não dá o mesmo espaço ao oponente, mas a grande mídia também não”\*, destaca Careless (2000). No entanto, o jornalista deve ouvir o outro lado, dar oportunidade às explicações, uma vez que o objetivo maior é chegar a um ponto de acordo, a uma solução para os problemas, a um benefício geral.

Entre as causas defendidas pelos *advocates*, destacam-se o aborto, a deficiência física, a religião, a homossexualidade, o ambientalismo e o feminismo. Como essa vertente não tenta abranger todos os interesses da sociedade, consegue ir mais fundo, atender a reivindicações específicas, revelar histórias obscuras, mostrar olhares diferenciados, corresponder às expectativas de um grupo seletivo. Ela defende a leitura tanto dos veículos tradicionais quanto dos *advocates* para uma pessoa formar uma opinião contundente sobre determinado assunto.

Dave Berman (2004) afirma que os princípios clássicos do jornalismo são a *objetividade* e a *neutralidade* – ambos já ultrapassados, pois o *advocacy journalism* e o seu engajamento constituem uma das mais importantes armas para se chegar às esperadas mudanças na sociedade.

Nem todos são a favor da prática da *advocacy*. Dennis Campbell (2003) diz que, por trás do argumento *objetividade não existe*, está o desejo de ser um advogado, e não um jornalista. Para ele, o conceito jornalismo no qual o autor ou a publicação expressa uma visão subjetiva ou promove uma certa causa não passa de opinião disfarçada de notícia. Acredita que a persuasão deve aparecer apenas nas páginas dos editoriais, e não mascarada na forma de reportagens.

### 4.3 LE MONDE DIPLOMATIQUE

Entre as publicações atuais alinhadas com o *advocacy journalism*, escolheu-se trabalhar com Le Monde diplomatique Brasil. Para tanto, é necessário construir um histórico da edição original francesa, a fim de se entender a evolução, apontar as características e identificar a relação do jornal com o modelo.

Em maio de 2004, por ocasião dos 50 anos do Le Monde diplomatique, conhecido entre os leitores como Le Diplo, Ignacio Ramonet (2002), então diretor de redação, escreveu o artigo “Meio século de independência”, no qual faz um relato de como se deu a fundação e o desenvolvimento do periódico ao longo das décadas.

Hubert Beuve-Méry foi o responsável por este capítulo da imprensa na França. Nascido em Paris, em 1902, ele era um jornalista que dava aulas no Instituto Francês, em Praga, em 1926. Na época, tornou-se correspondente do Le Temps de Paris, jornal criado em 1861. Segundo Ramonet (2004), ele “perdera sua independência havia muito tempo e suspeitava-se que recebia verbas secretas do governo com o objetivo de refletir as opiniões do Ministério das Relações Exteriores francês”. Em 1938, Beuve-Méry pedia demissão.

Em 1944, quando a II Guerra Mundial já se aproximava de um desfecho, Beuve-Méry foi procurado para cumprir uma missão proposta pelo general Charles De Gaulle – criar “um jornal diário de qualidade, que expressasse a riqueza e a influência da cultura e da política francesas” (RAMONET, 2004). Apesar de reticente, acabou aceitando. Surgia então, em 11 de dezembro de 1944, Le Monde, que logo iria adquirir grande expressão no cenário francês, dotado de uma independência radical, leitura obrigatória de intelectuais, políticos e empresários.

Vespertino, o jornal sempre circulou com a data do dia seguinte. De acordo com Matías Molina (2007), nos anos 40 e 50, sua tendência era neutralista e anticolonialista. Nas duas décadas seguintes, adotaria posições de esquerda.

Le Monde ocupa um lugar especial na história da imprensa. Desde sua fundação é o mais influente jornal da França, o principal formador de opinião e da agenda nacional; leitura indispensável da elite dirigente e alimento diário dos intelectuais. Sua influência no exterior é considerável, com presença obrigatória nas chancelarias, nas bibliotecas das universidades e nas redações das principais publicações mundiais. Nenhum jornal francês teve tanta importância. Foi o modelo que inspirou jornais como El País de Madri e La Repubblica de Roma. Recebeu dos conservadores o rótulo de *jornal de esquerda*. Um observador suíço

escreveu que Le Monde não é nem de direita nem de esquerda, mas tem uma evidente menor simpatia pela direita (MOLINA, 2007, p. 31).

Embora Beuve-Méry defendesse a ideia de uma publicação enxuta, com um número de páginas limitado para que o leitor o conseguisse ler do início ao fim, os acontecimentos da década de 1950 forçaram o aparecimento de novas editorias, conforme Ramonet (2004). Mas o diretor acreditava que o noticiário internacional merecia um maior destaque. Apaixonado pelos assuntos de geopolítica, sonhava com o projeto do amigo e jornalista húngaro François Honti, que estava exilado em Paris – criar um jornal mensal totalmente voltado para a política externa. A redação seria constituída por apenas duas pessoas – o editor, Honti, e uma redatora, Micheline Paunet. Haveria ainda uma rede de correspondentes estrangeiros – Claude Julien, André Fontaine, Eric Rouleau, Pierre Drouin, Jean Planchais – e textos escritos por personalidades da vida política internacional.

A única dúvida era o título. Beuve-Méry pensou em Le Monde International, sugestão logo descartada por ser um pleonasmo (a tradução de Le Monde é *O Mundo*). Depois, cogitou a utilização do termo *diplomacia*, cuja raiz grega significa *dobrado ao meio*, como um jornal. Estava definido. Em 2 de maio de 1954, chegava às bancas Le Monde diplomatique.

No *site* da edição francesa, também é possível encontrar informações sobre esta história. Chamado de “órgão dos círculos diplomáticos e das organizações internacionais”, o Diplo tinha oito páginas e uma tiragem inicial de cinco mil exemplares. Abordava assuntos como o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), a Conferência de Genebra sobre a Indochina, o começo da Guerra da Argélia, a retirada das tropas do Canal de Suez, a Guerra Fria, o rearmamento da Alemanha, entre outros.

Honti se dedicava a temas polêmicos, como o nascimento do Movimento dos Países Não-Alinhados, durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955. Interessava-se pelos problemas dos países do Terceiro Mundo, os povos da África, Ásia e América Latina, matérias a que, em geral, a imprensa europeia dava pouca atenção. Por isso, a linha editorial do periódico acabou mais identificada com a posição de esquerda.

De acordo com Ramonet (2004), primeiramente

o jornal compartilhava com fidelidade absoluta a linha editorial de Le Monde. Isso só começou a mudar em 1973, quando Claude Julien assumiu a

direção do jornal mensal. Especialista em matéria de Estados Unidos e excelente conhecedor dos países do hemisfério Sul, ele resolveu ampliar o universo a que o jornal era dirigido (num primeiro momento, quase exclusivamente o das embaixadas), criando editorias sobre economia, sociedade, cultura, idéias, etc. Contratou colaboradores de fora, criou uma autonomia da redação e aperfeiçoou a linha editorial, afastando-a daquela do diário. A circulação aumentou de maneira considerável.

De acordo com dados do *site* oficial (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 1, s/d), de uma circulação inicial de cinco mil exemplares, chegaria a 50 mil, em 1973, e a 120 mil, em menos de 20 anos de existência. Um marco importante para um jornal que não tinha como público-alvo as massas.

Com Julien no comando da redação, Le Monde diplomatique ampliou o seu universo de assuntos, concentrando-se em questões econômicas e monetárias internacionais, relações estratégicas, conflitos no Oriente Médio. Ainda assim, não renunciava ao seu relevante papel junto aos problemas dos países de Terceiro Mundo. A partir de um olhar independente, criticou a ideologia neoliberal e as políticas da década de 1980, representadas pelos governos de Margareth Thatcher (ING) e Ronald Reagan (EUA).

Após o fim da Guerra Fria, com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a Guerra do Golfo, entre 1990 e 1991, o jornal assumiu uma nova posição, contrária à chamada *cruzada americana*. Também dedicava atenção a choques étnicos – guerras na Iugoslávia, genocídio em Ruanda, conflitos na região do Cáucaso – e às grandes transformações proporcionadas pela tecnologia da informação e da comunicação.

Ignacio Ramonet foi eleito diretor em janeiro de 1991. Um de seus mais famosos editoriais data de janeiro de 1995, quando cunhou o termo *penseé unique*, ou *pensamento único*, para descrever a supremacia da ideologia neoliberal. Em 1998, a partir de uma proposta de Ramonet, apresentada em um editorial no ano anterior, foi criada a Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l'Aide aux Citoyens (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos), a ATTAC. A organização internacional se propõe a lutar por um movimento de justiça global (ATTAC, s/d). Seu objetivo inicial era introduzir a *Tobin Tax* (imposto Tobin), uma taxa sobre movimentações financeiras internacionais destinada a financiar projetos de desenvolvimento ecológico e social. Posteriormente, aumentou seu campo de interesses, abrangendo todos os aspectos ligados à globalização.

Em 2001, o jornal contribuiu para a organização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Depois dos ataques às Torres Gêmeas, no 11 de setembro do mesmo ano, e da II Guerra do Golfo, que começou em 2003, manteve sua opinião crítica em relação à intervenção violenta dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Conforme Ramonet (2004), desde a década de 1970, com Claude Julien como editor, um aspecto incomodava os jornalistas do Diplo: “Le Monde diplomatique permanecia sob o controle do Le Monde, do qual era apenas um serviço a mais. O responsável pelo jornal tinha apenas o título de editor, pois o diretor da publicação era o do diário”. Após incidentes, o diretor Jacques Fauvet concretizaria a separação dos poderes. Assim, a empresa Le Monde S/A passou a contar com dois periódicos.

A autonomia administrativa seria conquistada, na década de 1980, com a criação do Conselho de Orientação, “perante o qual o diretor do Le Monde diplomatique comparecia a cada trimestre para prestar contas de sua gestão” (RAMONET, 2004).

Faltava apenas ter controle sobre a empresa. Jean-Marie Colombani, diretor-presidente da Le Monde S/A, cumpriu sua promessa, após as eleições de 1994, de ceder até 49% do capital de sua nova filiada – Le Monde Diplomatique S/A – a dois outros acionistas: a Association Günter Holzmann (que representa os membros da redação do Diplo) e a entidade Amis du Monde Diplomatique. “Juntas, as duas possuem uma ampla margem de bloqueio que impede a adoção de qualquer decisão que possa atentar contra a independência do jornal”, afirma Ramonet (2004).

No estatuto da empresa está previsto que o diretor do Diplo só pode ser eleito pelo Conselho de Orientação através de uma proposta da Association Günter Holzmann. Na prática, sempre quem escolhe o novo chefe é a própria redação. Desde março de 2008, quem ocupa o cargo é Serge Halimi.

De acordo com o *site* da publicação francesa (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2, s/d), em fevereiro de 2009 existiam 72 edições internacionais em 25 línguas: 46 impressas, com uma tiragem total de 2,4 milhões de exemplares, e 26 eletrônicas.

Le Monde diplomatique Brasil surgiu em julho de 2007, em uma iniciativa conjunta do Instituto Paulo Freire (responsável pelo *site*) e do Instituto Pólis (encarregado do material impresso). O diretor de redação é Silvio Caccia Bava, sociólogo e coordenador executivo do Instituto Pólis, e o editor, o jornalista José

Tadeu Arantes. A versão nacional, com uma tiragem de 40 mil exemplares, mostra o slogan *Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil*, sugerindo uma abordagem diferenciada das principais questões que envolvem o país e o mundo.

No endereço eletrônico (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, s/d), está disponível um acervo com mais de 1,7 mil textos publicados desde 2001. Os artigos foram catalogados e associados a palavras-chave, podendo ser encontrados nas fichas temáticas da biblioteca virtual. Além disso, na seção “Primeira Página”, foram montados dossiês especiais sobre acontecimentos relevantes.

## 5 O CASO DE LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL

O presente estudo é uma pesquisa exploratória (GIL, 1999), realizada a partir de um tema pouco trabalhado no país, que busca desenvolver e esclarecer o conceito de *advocacy journalism*. Recorreu-se às pesquisas bibliográfica e documental, para se obter subsídios históricos e teóricos (LAKATOS e MARCONI, 2009). A partir desse esclarecimento, utilizou-se outro procedimento metodológico, o estudo de caso (YIN, 2001), aplicável na investigação de um fenômeno atual dentro do seu contexto. Passou-se então para a análise do Le Monde diplomatique Brasil, concretizada neste capítulo.

O objetivo deste trabalho é identificar a presença ou não do *advocacy journalism* no jornal Le Monde diplomatique Brasil. Na versão francesa, percebe-se a atenção dada a temas polêmicos, envolvendo situações adversas de países de Terceiro Mundo, além da crítica severa ao neoliberalismo e a vontade de propor alternativas.

Para fazer a análise, foram selecionadas seis edições consecutivas do periódico, de janeiro a junho de 2009, a fim de se ter uma noção ampla do tipo de jornalismo presente em suas páginas. Publicações recém criadas, às vezes, demoram certo tempo para encontrar um estilo próprio, pois se baseiam muito em projetos bem-sucedidos. Por isso optou-se por edições que saíram às ruas a partir de um ano e meio após o lançamento de Diplo Brasil.

### 5.1 DESCRIÇÃO DO JORNAL

Le Monde diplomatique Brasil procura manter a essência do original francês, discutindo questões relevantes no cenário local e mundial. O conteúdo se espalha por um total de 40 páginas, todas coloridas.

Desde o lançamento, já foram manchete, entre outros, temas como as eleições norte-americanas de 2008 e Barack Obama; a crise econômica global; o imperialismo brasileiro na América Latina; a legalização de drogas e o narcotráfico; o ambiente e as mudanças climáticas; os hábitos de consumo; a polícia e a segurança

pública; as estratégias de defesa nacional; o Tribunal de Contas da União e as encruzilhadas do desenvolvimento no Brasil.

A capa apresenta sempre a mesma disposição de elementos, em uma diagramação invariável. O fundo é todo branco, assim como no resto do jornal. No topo, à esquerda, estão colocados o ano, o número da edição e a data da publicação, com mês e ano (por exemplo, “Ano 2, Número 21, Abril 2009”). À direita, fica o preço unitário, de R\$ 8,90.

Logo abaixo, ocupando toda a faixa, aparecem três chamadas de artigos, cada uma com a presença de cartola de assunto (por exemplo, “Internet”, “Gripe suína”, “Mercosul”), título (“Limites da Wikipédia”, “Pandemias produzidas”, “Integração das moedas”), autor (Mathieu O’Neil, Ignaccio Ramonet, Carlos Eduardo Carvalho) e página (32, 18, 10). Além disso, as chamadas têm ilustrações, que podem ser fotos ou desenhos.

Em seguida, vem o logotipo da publicação, com o nome Le Monde diplomatique Brasil (*diplomatique* sublinhado e *Brasil* em verde, o toque tupiniquim) e o slogan, *Um novo olhar sobre o mundo. Um novo olhar sobre o Brasil* (menor, embaixo).

Depois, surge o principal destaque, uma área especial que ocupa o maior pedaço da capa, a chamada para a matéria (que pode ser um só artigo ou um conjunto) mais importante da edição. Esse espaço é todo coberto por uma ilustração (fotografia ou desenho), acompanhada de elementos variados. No exemplo mais completo, observa-se uma cartola (“Segurança pública”), um título (“A polícia na mira”), uma linha de apoio (“Combater a política de extermínio e criar uma nova corporação”) e o autor (por Luiz Eduardo Soares). Em uma versão simplificada, constata-se a presença de uma cartola (“Tribunal de Contas da União”), de um título (“Quem controla o dinheiro público”) e os autores (por Rubem Naves e João da Silva). Várias combinações entre esses elementos são aplicadas.

Na parte inferior da ilustração, dentro de uma faixa colorida, está a chamada de outro tema relevante do número, com título e autor(es). No rodapé da página, mais três pequenas chamadas, com página, cartola, título e autor, sem ilustração.

No total, a capa conta com oito tentativas de atrair o leitor, as principais reportagens do mês, os assuntos que têm maior probabilidade de agradar o público.

Na página 2 (a menos que seja de publicidade), aparecem o expediente, o sumário e as cartas dos leitores. Na página 3, o diretor Caccia Bava expressa a

opinião do periódico no editorial, acompanhado de uma ilustração referente ao tema. Em seguida, a partir da quarta página, começa a abordagem do assunto principal de capa, geralmente entre dois e quatro artigos. Depois, seguem-se os demais textos da edição, discorrendo sobre diversas questões, tanto nacionais quanto internacionais. Na página 39, está a seção “Livros”, com quatro resenhas. A última página é sempre ocupada por anúncio. Para aprofundar ainda mais determinadas temáticas, por vezes, o jornal vem acompanhado de um encarte, como os “Cadernos da América Latina”, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), com uma pequena chamada na capa.

Apesar do nome, o espaço do Diplo Brasil não é exclusividade de autores nascidos no país. Boa parte dos artigos são escritos por estrangeiros, principalmente jornalistas franceses – diferente dos textos dos brasileiros, que, em geral, não têm formação em jornalismo. Políticos, sociólogos, economistas, pesquisadores, advogados, professores, escritores estão entre os responsáveis pelas matérias.

Le Monde diplomatique Brasil se autodenomina um jornal mensal. No entanto, certas características permitem associá-lo a um padrão de revista. A capa é dominada por uma ilustração de tamanho grande, ocupando cerca de dois terços do espaço. Não há textos, nem mesmo resumos das reportagens. Os títulos não apresentam verbos, são menos informativos do que interpretativos. Não se utiliza o tradicional papel-jornal, e, sim, folhas mais grossas e menos ásperas.

Outra semelhança: nenhuma página aborda mais de um assunto. Todos os artigos são longos, entre uma e duas páginas (algumas tomadas totalmente por textos). A maioria tem ilustrações (fotos ou desenhos), que podem ser grandes ou pequenas, mas somente uma por matéria. Encontram-se poucos gráficos ou outros recursos visuais, como quadros explicativos ou frases destacadas.

Um fator que aproxima o Diplo Brasil de um jornal é o seu formato, considerado um tablóide (40 cm por 27 cm), enquanto a revista Veja, por exemplo, tem 27 cm por 20 cm. Pode ser facilmente dobrado ao meio, como um jornal.

A maior aposta da publicação está nos textos. Longos, com poucos intertítulos, o que forma uma verdadeira massa compacta e torna a página pouco atrativa visualmente. A leitura, dependendo do assunto, pode ficar cansativa, pois a linguagem não é simples nem direta. Uma frase apenas chega a ocupar diversas linhas. Os autores se aprofundam, vão ao âmago da questão, não se contentam com superficialidades. Conta-se a história de maneira completa, desde o início,

terminando em possíveis soluções. Os títulos dos artigos, por outro lado, não tentam complicar – o assunto fica claro.

Diplo Brasil pode ser considerado um jornal-arrevistado, direcionado a um público do meio intelectual, interessado em temas que merecem discussões francas e aprofundadas, que dificilmente se chega a um consenso, que são complexos e polêmicos. Abordam-se sérios problemas nacionais e internacionais, que afetam milhões de pessoas e precisam de soluções. Uma leitura nem sempre prazerosa, mas necessária.

## 5.2 ARTIGOS SELECIONADOS

Na definição do objeto de estudo, foram escolhidas seis edições consecutivas do Le Monde diplomatique Brasil, de janeiro a junho de 2009. Para focar ainda mais o trabalho, ficou estabelecida a análise do artigo (ou o conjunto destes) que ocupa a área especial da capa, representando o tema central de cada edição, localizado no espaço mais nobre, com maior destaque. Portanto, acredita-se que as principais características do jornal sejam observáveis nestes textos. Se existe engajamento, deve estar presente no assunto de maior interesse.

A matéria da área especial de capa é sempre a primeira da edição, colocada a partir da página 4 ou da página 6, após o editorial. Na verdade, pode ser um ou mais artigos (até quatro, geralmente), preenchendo entre uma e meia e oito páginas (cada texto tem, na maioria das vezes, duas páginas). Apresentam ilustrações, divididas entre fotos de tamanho médio (três colunas de largura e 10 cm de altura) e desenhos grandes, chegando a ocupar a metade de duas páginas conjuntas. Não há limitação geográfica aos temas, que podem ser nacionais, assinados por brasileiros, ou internacionais, de autores estrangeiros, mas todos preservam relevância e dizem respeito à população em geral.

Na edição de janeiro de 2009, a capa abordou a segurança pública no Brasil, em apenas um artigo, de página e meia. Sob o título “Refundar as polícias”, um dos autores do livro **Elite da tropa**, Luiz Eduardo Soares, discute a necessidade de se mudarem os laços existentes entre Polícia Civil e Polícia Militar, que hoje não desenvolvem um trabalho de cooperação entre si, pois são totalmente

independentes, o que contribui para o baixo grau de satisfação da sociedade em relação a ambas. O secretário municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu (RJ) e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) se concentra na situação do Rio de Janeiro, onde a escalada da violência gerou um cenário calamitoso e uma sociedade aterrorizada, que exige soluções. Ele estende o problema para todo o país e propõe como alternativa a unificação das duas polícias. Uma foto de dois agentes de corporações distintas em uma aparente discussão funciona como atrativo visual.

Em fevereiro, o tema extrapolou as fronteiras nacionais. Na verdade, o Brasil continuou o centro das atenções, a partir do viés do imperialismo brasileiro. Em cinco páginas, três artigos procuram destrinchar os motivos que levaram o país a se tornar uma potência na América do Sul. Em “Soja: a expansão dos negócios”, a professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Maria Aparecida de Moraes Silva, e a doutoranda em Sociologia, Beatriz Medeiros de Melo, discorrem (em duas páginas, com duas fotos, de um trator e de camponeses) sobre as empresas privadas e os latifundiários brasileiros que vão ao Paraguai e à Bolívia atrás de terras férteis e baratas. Decididos a aumentar sua renda fundiária, não dão importância à destruição ambiental e ao prejuízo a indígenas e camponeses que tal prática acarreta.

Em uma página e meia, o jornalista Gustavo Torres González mostra a força do contingente militar brasileiro, o maior da região, que chega a atemorizar vizinhos, como o Paraguai. Ilustrada por uma foto de exercícios do exército, o artigo “Pressão pela força” indica que o sucesso se deve ao investimento permanente do governo na área. Em seguida, em mais uma página e meia, o jornalista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Carlos Tautz, explica como funciona a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA), criada em 2000 com o objetivo de desenvolver grandes projetos transnacionais nas áreas de transporte, energia e comunicações. Usou-se o título “Da Alca à IIRSA” e a foto de uma estrutura erguida na Floresta Amazônica que protege das chuvas uma futura rodovia.

No mês de março, o olhar se voltou para a habitação, com foco nas moradias populares, através de dois artigos, em quatro páginas. No primeiro, “As armadilhas do pacote habitacional”, os arquitetos urbanistas Raquel Rolnik e Kazuo Nakano discutem, em meio ao caos da crise econômica, o pacote do governo que pretende

construir um milhão de novas casas, sem avaliar os riscos de tamanha produção, principalmente envolvendo as zonas urbanas. Um desenho de pessoas pobres sendo mandadas para longe da metrópole preenche meia página. O texto seguinte é uma entrevista exclusiva da equipe do Diplo Brasil com o geógrafo inglês David Harvey, com o título “Wall Street e o direito à cidade”, feita em sua passagem pelo país, durante o Fórum Social Mundial de 2009, realizado em Belém (PA). Ele comenta o impacto da crise global sobre as cidades e aponta saídas para as adversidades. No aspecto visual, observa-se a presença de uma foto de Wall Street, com seus prédios enormes e *outdoors* cheios de cores, e outra de Harvey, além de duas frases destacadas da conversa.

Em abril, optou-se pelo tema “A força das ruas”, presente em dois artigos em um total de quatro páginas. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Giuseppe Cocco, aborda o papel das mobilizações sociais, em todo o mundo, para enfrentar a crise, em “A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos”. O autor destaca as diversas formas de luta desses indivíduos, representados por um desenho grande de uma multidão disposta a marchar por direitos. Em “Caminhar olhando para trás”, o membro do Grupo Comuna, Oscar Vega Camacho, apresenta a construção de novas propostas na Bolívia, incentivadas pelos povos originários locais. O objetivo é chegar a mudanças estruturais profundas. Caricaturas de indígenas servem de ilustração.

As perspectivas vislumbradas após o fim da crise econômica mundial foi o assunto de maio, concentradas em quatro artigos e oito páginas. Em “Quo vadis capitalismus”, o professor emérito da Universidade de São Paulo (USP), Francisco de Oliveira, aponta as reformas que o sistema monetário e financeiro internacional terá de encarar. Um desenho de duas meias páginas mostra um executivo perdido, próximo a uma placa com setas para todos os lados, à entrada de um labirinto. A retomada econômica está no texto “Hora de redirecionar os recursos”. O professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Ladislau Dowbor, enfatiza a necessidade de redirecionar o dinheiro para os desafios reais do planeta, o meio ambiente e a desigualdade. Três gráficos revelam vários indicadores, como o de distribuição de renda.

No mesmo mês, o artigo “FMI: mais forte e impositivo”, do secretário-geral do Centro Nacional de Cooperação ao Desenvolvimento (Bélgica), Arnaud Zacharie, diz que o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve dar continuidade às suas políticas

exigentes de concessão de créditos, reforçando-as depois da crise. Aparecem uma foto grande de um encontro da organização e uma frase destacada. Por último, retrata-se a questão da sustentabilidade, em “Economias *verdes* e crescimento zero”. O pesquisador do International Institute for Asian Studies (IIAS), Peter Custers, defende um rompimento radical com o neoliberalismo, a fim de trazer maiores benefícios ao meio ambiente. Um foto de trabalhadores instalando painéis solares na Alemanha, uma frase destacada e um quadro explicativo com foto do presidente norte-americano Barack Obama ajudam a compor o visual.

Em junho, centrou-se na questão dos gastos públicos, na figura do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de dois artigos em três páginas. Em “TCU: quem controla o controlador”, o professor licenciado do Departamento de Teoria Geral do Direito, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Rubens Naves, enfatiza a responsabilidade do tribunal em fiscalizar as ações do poder Executivo. Para ilustrar, o desenho de um detetive fumando um cachimbo, no estilo Sherlock Holmes. Em “TCU: entre decisão técnica e política”, um anônimo (o jornal decidiu preservar a confidencialidade do nome a pedido do autor) expõe o sistema de indicações à instituição, baseada em interesses partidários e privados, o que acaba em resultados pífios. Nota-se o desenho de uma lupa sobre a sigla *TCU*.

### 5.3 ANÁLISE

A análise desses 14 textos será feita a partir de critérios de avaliação, estabelecidos de acordo com os pontos observados nas definições de *advocacy journalism*. São características que permeiam o trabalho de quem pretende colocar em prática esse tipo de jornalismo. Portanto, se Le Monde diplomatique Brasil realmente seguir a linha de *advocacy*, seus artigos devem apresentar os seguintes aspectos:

- Engajamento – defender causas positivas para a população em geral ou para comunidades específicas e deixar claro o posicionamento sobre determinado tema;
- Pluralismo de opiniões – não defender cegamente uma causa, ouvir o outro lado, ter várias fontes;

- Aprofundamento no assunto – investigar, mostrar fatos, interpretar, afastar-se do jornalismo meramente opinativo, sem embasamento;
- Crítica à visão de mundo dominante – buscar alternativas ao sistema excludente;
- Apresentação de soluções – não só mostrar problemas, e, sim, sugerir maneiras de contorná-los.

### 5.3.1 Engajamento

As causas defendidas por um jornal de *advocacy* devem ser de grande relevância para toda a sociedade ou, então, focadas em uma reivindicação de uma comunidade específica, geralmente excluída da mídia tradicional. Os negros, os pobres, os homossexuais, as mulheres, entre outros, podem estar entre os grupos beneficiados por esse engajamento.

Na edição de maio, é possível visualizar a articulação em torno de uma causa. Em “Hora de redirecionar os recursos”, existe forte preocupação com dois temas centrais, descritos pelo autor, o professor de economia Ladislau Dowbor, logo no primeiro parágrafo: “Em poucas palavras: trata-se de aproveitar a crise financeira global para redirecionar as capacidades financeiras em função dos desafios reais do planeta, que são o drama ambiental e a desigualdade” (LMDB\*, maio de 2009, p. 6). Estes pontos são definidos como “as duas principais tragédias estruturais” que a sociedade deve enfrentar.

A concentração de renda é absolutamente escandalosa, e nos obriga a encarar de frente tanto o problema ético, da injustiça e do drama de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como contribuindo de forma mais ampla com a sua capacidade produtiva (LMDB, maio de 2009, p. 6).

Na mesma edição, no artigo “Economias *verdes* e crescimento zero”, a preocupação com a causa ambiental é reforçada, assim como o pano de fundo da crise. O pesquisador Peter Custers tenta definir o termo *New Deal verde*, uma

---

\* A partir desta página, nas referências bibliográficas das citações diretas tiradas de artigos de Le Monde diplomatique Brasil, será utilizada a sigla LMDB.

reformulação da prática econômica do ex-presidente norte-americano Franklin Roosevelt. O plano

se propõe a enfrentar as consequências mais nefastas da crise atual, como por exemplo o aumento brutal da taxa de desemprego. E deve traduzir uma reorientação geral da política para uma economia mais preocupada com o meio ambiente, que implica especialmente a transição para uma economia independente das energias fósseis (LMDB, maio de 2009, p. 10).

O autor exige uma “contribuição concreta para a preservação da vida e da biodiversidade na Terra” (LMDB, maio de 2009, p. 11), por meio de novas políticas públicas e investimentos civis. Ele acredita que seja necessário um grande traumatismo, como o vivido em uma crise, para o mundo abrir os olhos e mudar de atitude. O capitalismo sempre pregou a expansão sem limites do consumo de energia, mas é hora de abandonar tal ideia, segundo Custers, e enveredar para o campo das energias limpas (solar, eólica, geotérmica). Todo investimento que financiar tentativas de prejudicar a vida no planeta deve ser deixado de lado. Por isso, o pesquisador insiste na renúncia à produção excessiva de armamentos e no abandono do fortalecimento bélico.

Nos outros dois artigos de maio, não está presente um verdadeiro engajamento em nenhuma causa. No geral da edição, busca-se apontar perspectivas, o que vem por aí depois da crise. Em “Quo vadis capitalismus?”, o professor Francisco de Oliveira tenta desvendar o cenário futuro, apostando em uma mudança estrutural do sistema capitalista, embora restrita a reformas parciais. Ele se autodenomina socialista, já na primeira linha, mas não faz uma defesa radical do posicionamento de esquerda. Não há defesa de uma alternativa clara. Em “FMI: mais forte e impositivo”, percebe-se um olhar negativo sobre o Fundo Monetário Internacional. Para salvar sistemas bancários à beira da falência, relata Arnaud Zacharie, a instituição exige medidas absurdas por parte dos governos, que recaem diretamente sobre a população local. O texto, no entanto, resume-se ao tom crítico, sem levantar a bandeira de uma causa.

A preocupação do artigo “Refundar as polícias”, da edição de janeiro, está voltada para a questão da segurança pública. O autor, Luiz Eduardo Soares, defende uma mudança drástica na forma de atuação das polícias Militar e Civil, com o objetivo de melhorar o cenário brasileiro, dominado pela violência. Ele se engaja na refundação das polícias, incentivado pelo alto nível de insatisfação com as corporações. A sociedade não aguenta mais viver com medo.

As polícias brasileiras são reativas, inerciais, avessas à avaliação e ao controle externo, além de não disporem de mecanismos institucionais que tornem possível sua gestão racional. Some-se a tudo isso a cultura das corporações, tantas vezes desfavorável aos direitos humanos (LMDB, janeiro de 2009, p. 7).

Para Giuseppe Cocco, autor de “A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos”, de abril, a crise financeira global coloca em evidência a figura do *pobre* e suas formas de luta. Ele defende a causa dos movimentos sociais: “Se houvesse um momento mais importante que outros para pensar politicamente as dinâmicas, impactos e importância dos movimentos sociais, o ano de 2009 não poderia ser mais adequado” (LMDB, abril de 2009, p. 4). Dentro do estereótipo do *pobre*, aparecem os grupos excluídos, como “informais, precários, desempregados, imigrantes estrangeiros, ilegais, índios, negros, mulheres” (LMDB, abril de 2009, p. 4-5). Entre as maneiras de contestação, cita “greves, manifestações, piquetes nas estradas, levantes quase insurrecionais e redes de produção” (LMDB, abril de 2009, p. 5).

Na mesma edição, Oscar Vega Camacho apresenta o *novo projeto de país* que está sendo adotado na Bolívia, no artigo “Caminhar olhando para trás”. Ele se coloca ao lado da causa indígena, que alcançou o poder com o presidente Evo Morales, através de uma crescente dinâmica de rupturas. O caso é definido como uma oportunidade de repensar e reconstruir a vida em sociedade, com características singulares, avançadas e profundas.

O processo boliviano, desde o surgimento e o protagonismo dos movimentos sociais e indígenas, a partir de 2000, quebrou definitivamente o ciclo das lutas de resistência e iniciativas antiestatais, abrindo um novo ciclo de disputa pela transformação do Estado, modificando a construção de suas demandas e a capacidade de seus repertórios de ação. De uma luta antiestatal, começou-se a pensar nas formas de governo e autodeterminação social através de um processo constituinte da sociedade e um novo projeto de país, isto é, a partir da explosão da subversão indígena (LMDB, abril de 2009, p. 6).

Na edição de março, os arquitetos Raquel Rolnik e Kazuo Nakano se mostram reticentes em relação ao pacote habitacional anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defendendo uma proposta que priorize um planejamento urbano inteligente e não gere um amontoado de casas em periferias isoladas.

Há algumas armadilhas e falácias nesse pacote habitacional que, pelo menos no que foi aventado publicamente até agora, tem sido alicerçado sobre uma política de ampliação do acesso ao crédito associada a distintas formas de desoneração da indústria da construção, sem conexão com qualquer estratégia urbanística ou fundiária, confundindo política

habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção (LMDB, março de 2009, p. 4).

No artigo “As armadilhas do pacote habitacional”, eles afirmam que, no Brasil, as cidades são dominadas por profundas desigualdades e exclusões. Por isso, é necessário pensar a produção de moradias populares, de modo que os desfavorecidos realmente tenham acesso ao bem-estar e ao desenvolvimento.

Na sequência, vem a entrevista com David Harvey, crítico severo do neoliberalismo. O geógrafo inglês defende o chamado *direito à cidade*, “um direito de participar da construção e da reconstrução do tecido urbano, de formas mais condizentes com as necessidades da massa da população” (LMDB, março de 2009, p. 7). Seria o direito a criar um novo modelo urbano, que favorecesse as pessoas pobres e excluídas. Esse contingente não encontra mais espaço nas grandes metrópoles dos Estados Unidos.

Em fevereiro, o engajamento perde sua força no primeiro artigo. Em “Soja: a expansão dos negócios”, há uma crítica ao desmatamento, à desigualdade de renda e à expropriação de terras (aspectos relacionados ao desenvolvimento do agronegócio), mas não se percebe um verdadeiro envolvimento com as causas. As autoras Maria Aparecida de Moraes Silva e Beatriz Medeiros de Melo contentam-se em apresentar fatos, como a busca de terras por brasileiros no Paraguai, e o contexto histórico no qual se inserem. O objetivo do artigo é colocar em discussão um tema controverso, sem tomar uma posição clara. Na matéria do jornalista Gustavo Torres González, “Pressão pela força”, existe uma disposição em defender o Paraguai, incomodado com as demonstrações de poderio militar brasileiras. O autor está claramente inclinado ao governo de Fernando Lugo.

No último texto de fevereiro, “Da Alca à IIRSA”, o jornalista Carlos Tautz dispara farpas em todas as direções. Contrário à Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA), ele cita diversos motivos para o Brasil se manter longe do plano, a fim de pensar melhor em uma forma de beneficiar toda a população.

As estratégias econômicas que o país adotou nas últimas décadas – quando vicejaram os conceitos de abertura comercial e desregulamentação financeira, associadas à exploração intensiva da natureza – trouxeram poucos benefícios sociais para o Brasil. Temos exportado minério, grãos, madeiras, álcool, papel e celulose e produtos minerais não-metálicos em crescentes quantidades, sem que isso se traduza em bem-estar para a maioria da sociedade (LMDB, fevereiro de 2009, p. 8).

Nos dois artigos da edição de junho, o foco se volta para o Tribunal de Contas da União e o controle dos gastos públicos. Aponta-se um desempenho negativo do órgão, cujo trabalho é afetado por articulações políticas (quando deveria tomar decisões técnicas). Os autores cobram por transparência nas políticas públicas, pelo fim da impunidade e por um maior controle sobre o dinheiro do povo. Em “TCU: entre decisão política e técnica”, o autor anônimo afirma: “No que diz respeito à efetividade das decisões do TCU, apenas 1% das solicitações de devolução de recursos e multas aplicadas pelo órgão retornam aos cofres públicos” (LMDB, junho de 2009, p. 8).

### 5.3.2 Pluralismo de opiniões

Como afirma Sue Careless (2000), o *advocacy journalism* não pode ignorar as visões de mundo que contrariem seus ideais. É necessário ouvir fontes que talvez não sejam agradáveis para determinada causa, mas tal medida garante o pluralismo de opiniões, essencial para uma melhor compreensão do tema. Se o leitor identifica a presença de uma gama de opções, ele não se sente manipulado e consegue tomar suas próprias decisões. Obviamente, não se dá o mesmo espaço para o *adversário*, mas deve-se, ao menos, ouvi-lo.

Esta característica não parece ser o forte do Diplo Brasil. A maioria dos textos se concentra em somente um lado da história, apostando nas críticas negativas. Não há interesse em buscar outros aspectos ou fontes capazes de discordar da ideia central. Em fevereiro, no artigo “Pressão pela força”, o jornalista González, ao tratar do estremecimento das relações Brasil-Paraguai, traz citações exclusivamente de fontes paraguaias, *esquecendo-se* de ouvir autoridades brasileiras.

“O tratado de Itaipu pode ser considerado nulo por ter sido assinado sob as ditaduras militares do Brasil e do Paraguai, em 1973. Caso chegássemos à Corte Internacional de Haia, teríamos muitas vantagens”, destaca o advogado Martín Almada. Almada acrescenta que, caso fosse permitido revisar os arquivos da guerra da Tríplice Aliança, localizados no Rio de Janeiro, poder-se-ia lançar uma luz sobre os 623 quilômetros que o Brasil arrematou do Paraguai, o que comprovaria que Itaipu está inteiramente dentro do território paraguaio (LMDB, fevereiro de 2009, p. 7).

Mesmo com sérias acusações, González não se utiliza de fontes brasileiras, que poderiam contestar e contribuir para o esclarecimento do caso. O jornal também não se preocupa em publicar outro artigo com um contraponto. Em “Da Alca à IIRSA”, assume-se a posição crítica sem dar espaço a outras opiniões. Já “Soja: a expansão dos negócios” se configura em um texto mais ameno, com apresentação de dados e pouco posicionamento em relação ao assunto.

Na edição de janeiro, Soares se concentra em uma teoria única, de refundação das polícias. Não há vozes destoantes no artigo, alguém que condene tal medida ou proponha uma solução alternativa para o problema da ineficácia das corporações policiais no país. Ele procura justificar sua ideia e não deixar dúvidas de que este é o melhor caminho a ser seguido.

Quanto ao TCU e os gastos públicos, os artigos de junho têm um ponto de vista idêntico, um consenso em torno da urgência de *controlar o controlador*. Relatam casos de atitudes suspeitas de ministros, mas não dão brechas para estes se defenderem ou explicarem o obscuro. Uma série de acusações é enfileirada, sem ninguém que possa esclarecê-las.

No mês de março, o artigo sobre as moradias populares mostra uma visão clara de que o pacote habitacional não foi bem estruturado, apresenta falhas e defende que o mesmo precisa de uma grande reformulação. Entretanto, nenhuma voz do governo ganha oportunidade de fazer um contraponto. Como a proposta ainda nem havia sido posta em prática, os autores apostaram em um trabalho de previsão para o futuro, lançando uma hipótese a ser analisada pelos órgãos governamentais competentes. A entrevista de David Harvey está fora deste item, pois um pingue-pongue só pode ter a opinião de uma única pessoa.

Em abril, “A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos” mantém a tática de defender a classe chamada de *pobre* e colocar toda a culpa nos *ricos*, especialmente no seu sistema econômico, o capitalismo. Não há vozes contrárias a esse viés. Mas o artigo “Caminhar olhando para trás” tem um aspecto diferente. O autor não concentra todo o seu empenho em condenar a visão de mundo dominante.

A resposta não está em sair do capitalismo, não há lugar fora do sistema dominante, mas em encontrar resquícios e pontenciais para transformá-lo globalmente. A interpelação é ao sistema em sua totalidade, e, portanto, a luta se dá em seu interior e explora seu potencial subversivo incubado (LMDB, abril de 2009, p. 7).

A intenção é investir em mudanças, mas sem radicalismo exacerbado. Camacho também admite que o governo de Morales ainda sofre com fragilidade e precariedade. Ele quer um projeto pluralista, que tenha lugar para todos. Apesar da ideia de conjunção, não foram ouvidas outras fontes.

Os textos de maio não acrescentam muito em relação ao pluralismo. As opiniões são totalmente autorais, particulares, focadas em campos específicos, dentro do tema geral da crise financeira. Segue-se um ponto de vista determinado até o fim. Na verdade, o Diplo Brasil é o próprio contraponto da mídia tradicional.

### 5.3.3 Aprofundamento

Mesmo que não haja um pluralismo de opiniões por meio de diversas fontes, o *advocacy journalism* ainda deve estar comprometido com um aprofundamento no assunto. É possível se basear no jornalismo investigativo, nascido com os *muckrakers* no início do século XX, que incentiva a procurar fundo, remexer na lama. Ou então se enveredar para o lado mais interpretativo, dissecando a história. De qualquer modo, não podem faltar fatos, números, contextualização, tudo que sirva para comprovar um ponto de vista. A maioria dos autores do Diplo Brasil se baseia em uma boa bibliografia (discriminada no final de cada artigo), com textos calcados em informações concretas e não apenas em uma opinião vazia.

Em janeiro, Soares abre o artigo com a afirmação de que ninguém se encontra satisfeito com o desempenho das polícias Civil e Militar no Rio de Janeiro, extendendo, em seguida, o problema para todo o país. Ele não se utiliza de nenhuma pesquisa para confirmá-la, mas a obviedade da constatação fica explícita para a sociedade. Depois, aponta o aumento da corrupção policial e das execuções. Para justificar, revela: “Entre 2003 e 2007, as polícias fluminenses mataram 5.669 pessoas. Um escândalo mundial. Apenas no ano passado foram 1.330 as vítimas letais de ações policiais e, em 2008, quebrou-se o recorde mais uma vez – segundo dados preliminares” (LMDB, janeiro de 2009, p. 6). No entanto, o autor não faz comparações com outros países e, mesmo com os números assustadores, fica difícil ter-se uma noção maior da gravidade do assunto. Soares explica brevemente como funcionam as duas polícias, informação importante para se analisar a proposta de

refundação. E apresenta um dado alarmante: “Segundo dados oficiais de dezembro de 2006, apenas 1,5% dos homicídios dolosos no estado do Rio de Janeiro foi investigado com êxito” (LMDB, janeiro de 2009, p. 7).

Para justificar as críticas ao TCU, Rubens Naves começa com a definição da responsabilidade do Estado sobre a coisa pública. Ele parte então para a análise do TCU em si. Mostra qual o papel do órgão e o seu procedimento de fiscalização. Também revela o relacionamento tenso com o Congresso, além da forma de escolha dos integrantes. Nesse último ponto, traz um estudo comparativo com outros países, como Bélgica, Portugal, Espanha e Estados Unidos, a fim de aperfeiçoar o sistema brasileiro. Serve como uma boa maneira de conhecer a fundo o tribunal. No outro artigo de junho, “TCU: entre decisão política e técnica”, o foco está mais no modo como os ministros são escolhidos, processo descrito em detalhes. Como o objetivo é criticar a atuação do órgão, chamado de ineficiente, o autor anônimo escreve um parágrafo capaz de indignar o brasileiro trabalhador:

(...) os ministros assumem o TCU com os seguintes benefícios: cargo vitalício; salário de R\$ 24 mil; carro com motorista; moradia; cota de passagens aéreas (igualzinha à dos parlamentares) e *ajuda* de custo de R\$ 70 mil para aqueles que não moram em Brasília. Eles trabalham nove meses ao ano, pois gozam de dois meses de férias e um mês de recesso, e têm direito ao ressarcimento integral das despesas médicas, independentemente do valor. Esses benefícios também são estendidos aos ministros-substitutos e procuradores (LMDB, junho de 2009, p. 8).

Os nomes (e a filiação) de todos os ministros são citados. Em seguida, inicia-se a descrição de diversos casos suspeitos envolvendo o TCU. Todos os integrantes do tribunal têm ligações com partidos e a política é considerada um jogo de favores, o que afeta diretamente certos julgamentos. Como exemplo, o autor aborda investigações da Polícia Federal sobre a empreiteira Camargo Corrêa, que por duas vezes esbarrou no TCU. Soube-se depois que os ministros responsáveis haviam intercedido em favor de parentes ou amigos.

Na edição de maio, o artigo “Quo vadis capitalismus?” fica no âmbito das teorias sobre o futuro pós-crise, buscando sustentação em John Keynes, Karl Marx, François Chesnais, Joseph Stiglitz, entre outros. Mas não passa muito disso. Por outro lado, “Hora de redirecionar os recursos” tenta convencer o leitor da urgência dos problemas por meio de dois gráficos que revelam a calamidade da situação. O primeiro mostra o avanço de tópicos como temperatura média, população, concentração de gás carbônico, desmatamento, uso de água, diminuição da camada

de ozônio, Produto Interno Bruto (PIB). Todos subiram vertiginosamente nos últimos séculos, em uma sinergia assustadora, deixando claro que “o planeta simplesmente não aguenta o atual vale-tudo econômico” (LMDB, maio de 2009, p. 6). O segundo gráfico representa a profunda desigualdade de renda existente no mundo. Os 20% mais ricos possuem 82,7% da renda, enquanto que os dois terços mais pobres não passam de 6% do montante. Dowbor fala também sobre as transformações sociais em andamento, chegando até a evolução tecnológica atual, que torna o conhecimento um bem público e estabelece uma sociedade em rede. Ou seja, ele expande o tema, conectando as mudanças ocorridas em várias áreas.

Zacharie, em “FMI: mais forte e impositivo”, faz um resgate da história do FMI, desde sua fundação, em julho de 1944, na Conferência de Bretton Woods, até o anúncio do programa de recursos US\$ 1,1 trilhão do G20, em abril de 2009, cujo principal beneficiário foi o fundo. Para provar que as reformas prometidas pelo órgão não passavam de falácia, o autor usa um estudo da rede internacional Third World Network, a respeito de empréstimos concedidos, que revela: “as condições orçamentárias e monetárias permanecem tão restritivas quanto no passado” (LMDB, maio de 2009, p. 9).

No último artigo de maio, “Economias verdes e crescimento zero”, Custers mostra como seria a adoção de um verdadeiro *New Deal verde*, a partir das características do antigo New Deal de Roosevelt. Apresenta um exemplo concreto e bem-sucedido de tal prática, na Alemanha, que optou por uma política de subsídios para incentivar a utilização de energias renováveis. Comprova, portanto, que se o governo tem interesse em promover mudanças, isso está ao seu alcance.

Em “As armadilhas do pacote habitacional”, do mês de março, os autores lançam, no início, uma dúvida sobre os resultados do plano do governo. Para mostrar que a proposta não é a ideal, eles voltam ao período entre as décadas de 1960 e 1980, quando foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e, mesmo assim, a situação não melhorou.

Das 4,5 milhões de moradias erguidas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) entre 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos. Enfim, por não ser cidade. O crédito imobiliário naquele período jamais alcançou a faixa de renda familiar mensal entre 0 e 3 salários mínimos, que concentrava – continua concentrando –

90% do déficit habitacional. O resultado foi o aumento da favelização e da autoconstrução em loteamentos precários e irregulares país afora (LMDB, março de 2009, p. 4).

Apesar dos autores utilizarem muitos números e porcentagens para confirmar suas teses, não mencionam as fontes de onde obtiveram os dados. Algo que pode passar despercebido a um leitor apressado, mas diminui um pouco a credibilidade do texto. Na entrevista de David Harvey, o geógrafo traz, além de opinião, bastante informação sobre outras crises financeiras que já ocorreram pelo mundo e o desenvolvimento histórico do capitalismo.

Em “A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos”, de abril, o autor pretende abordar os movimentos sociais. Logo, recupera os acontecimentos de Maio de 1968, um marco das lutas populares. Trata também das alterações nas relações de trabalho, impulsionadas pelo neoliberalismo, chegando finalmente na figura do *pobre*. Ele aponta diversos movimentos contestadores que deram certo (guerra da água em Cochabamba, em 2002; organizações dos piqueteros argentinos; ocupações dos trabalhadores sem-terra no Brasil; reivindicações de indígenas e quilombolas), além de enfatizar a importância do Fórum Social Mundial e da América do Sul nesse contexto.

O artigo “Caminhar olhando para trás” indica que o *novo projeto de país* nasceu, praticamente, com a eleição de Morales na Bolívia, no final de 2005. Camacho enaltece essa ideia de grandes transformações ao longo de duas páginas, embora não diga quais problemas atingiam os movimentos agora ascendentes (sociais e indígenas), nem onde se chegará com as mudanças profundas. Resume-se a um fiel apoiador do governo.

Em fevereiro, o texto “Soja: a expansão dos negócios” explica a presença de brasileiros com latifúndios em terras paraguaias, com retorno a meados do século XX. A partir desse ponto, os fatos se sucedem cronologicamente: modernização da agricultura no Brasil, expropriação de milhões de pequenos produtores, êxodo rural e busca por novas terras no país vizinho. O artigo segue um passo-a-passo, mostrando onde estão os proprietários brasileiros, como chegaram lá, por que tomaram essa decisão, consequências de tal fenômeno migratório. Depois, apresenta, também com detalhes, o caso da Bolívia.

Em “Pressão pela força”, o título sugere uma abordagem sobre o poderio militar brasileiro, o qual, na verdade, não ocupa mais de dois parágrafos. O foco logo

se desloca para o tratado de Itaipu e a insatisfação paraguaia. O autor faz uma descrição sintética, mas completa, de como funciona o acordo:

A cada país cabe o volume de 50% da energia, mas o Paraguai consome somente o correspondente a 5% e cede o restante ao Brasil a preço de custo. O governo de Lugo pretende dispor do excedente para poder vendê-lo a outros países, comercializando-o a preço de mercado (LMDB, fevereiro de 2009, p. 7).

O artigo “Da Alca à IIRSA” começa com o surgimento da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-americana, explicando seus alvos prioritários. Em seguida, parte os pontos negativos, conectando negócios, organizações, empresas e corrupção. O autor se utiliza de muitos fatos e datas, o que ajuda o leitor a compreender a dimensão do caso.

#### 5.3.4 Crítica à visão dominante

Outra característica importante do *advocacy journalism* é a crítica à visão de mundo dominante, a contestação ao sistema vigente, principalmente em relação as suas falhas e omissões. As ideias presentes no trabalho dos jornalistas devem ir na contramão do hegemônico, considerado incompatível com o bem-estar generalizado da sociedade. Um jornal engajado não pode estar de acordo com práticas excludentes. Herdada do original francês, a persistente luta contra o neoliberalismo se destaca na maioria dos artigos analisados do Diplo Brasil.

Em abril, “A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos” exerce a crítica ao neoliberalismo logo no início, após contextualizar a revolução de Maio de 1968:

A ideologia neoliberal que se tornou hegemônica no final dos anos 1970 visava capturar e desviar exatamente os valores libertários que vinham do movimento de 1968. A crítica ao trabalho disciplinar de tipo fabril e à produção padronizada foi revertida, por um lado, na difusão social da produção, e pelo outro, na articulação da valorização dentro do próprio processo de circulação. O trabalho se tornou cada vez mais flexível (quer dizer, articulado para dentro e para fora das relações formais de emprego) e os trabalhadores precarizados: em uma produção sistematicamente terceirizada e deslocalizada (LMDB, abril de 2009, p. 4).

Cocco acredita que os pobres acabam incluídos no sistema de maneira precária. Ocorre “a transformação dos direitos (dos serviços públicos) em mercadorias às quais os pobres terão acesso por meio de crédito” (LMDB, abril de

2009, p. 4), ou seja, coloca-se um valor a ser pago por educação, saúde, moradia e transporte, o que prejudica o sujeito com poucas economias. Ele não consegue arcar com todas as despesas, por isso, contrai dívidas.

Estes tempos de crise e incerteza em todos os âmbitos da vida em sociedade terminaram derrubando os estados de euforia pós-modernista e os comportamentos cínicos que caracterizaram aquele tom triunfalista neoliberal que, globalmente, foi homogêneo nas últimas décadas (LMDB, abril de 2009, p.6).

Camacho abre o artigo “Caminhar olhando para trás” dessa forma, demonstrando uma certa amargura pela dominação neoliberal e uma satisfação plena pela aparente derrocada do modelo. O autor afirma que as mudanças em andamento na Bolívia foram impulsionadas pela mobilização social que conseguiu evidenciar os pontos fracos do sistema e revelar a profunda crise de Estado que havia se instalado. A ascensão de Morales ao poder fez piscar um alerta entre as elites, preocupadas em conservar seus privilégios, frutos da utilização do aparelho estatal. Mesmo assim, Camacho não defende uma saída súbita do capitalismo, mas tentar transformá-lo globalmente.

Em fevereiro, também se nota o tom de crítica. Em “Soja: a expansão dos negócios”, as autoras garantem que a expansão do capitalismo na região do Paraguai, onde os brasileiros se localizaram resulta de uma apropriação de território sem respeito às fronteiras políticas. “Tal como ocorrera em várias regiões do Brasil em diversos momentos de sua história, esse processo é caracterizado pelo desmatamento, destruição ambiental e pela expropriação das populações originárias”, o que aponta uma “movimentação de dupla destruição: da natureza e das unidades camponesas” (LMDB, fevereiro de 2009, p. 5). Elas também condenam o cultivo de soja na Bolívia, responsável por grandes desmatamentos, e a internacionalização da propriedade fundiária, o padrão de acumulação de capital das empresas transnacionais, que pouco se importam com o destino dos camponeses.

No artigo “Pressão pela força”, o autor está claramente do lado paraguaio. Sobre o Brasil, dispara: utiliza-se de práticas abusivas, em função do poderio militar superior ao do vizinho. Um exemplo seria a operação Fronteira Sul, realizada em outubro de 2008 pelas forças armadas brasileiras, no limite entre os dois países, um treinamento chamado de *provocação* pela administração Lugo. González se concentra em duas questões polêmicas: o Tratado de Itaipu, amplamente

contestado por autoridades paraguaias, por trazer mais benefícios ao lado brasileiro, e os *brasiguaios*, que expulsam os nativos das terras.

Desde a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), conflito que acabou com qualquer ambição hegemônica do Paraguai, o Brasil age de forma expansionista sobre o país vizinho. A relação de dependência geopolítica e econômica constituída então é hoje um dos maiores desafios de Lugo, que busca revertê-la com maior autonomia para poder negociar no Mercosul e projetar, no futuro, uma existência soberana dentro do bloco regional (LMDB, fevereiro de 2009, p. 7).

O artigo “Da Alca à IIRSA” destaca que, em 2000, o neoliberalismo parecia inevitável e imbatível. A hegemonia só viria a ser arranhada em 2005 e 2006, pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, que se mostrou um dos maiores críticos da linha de pensamento, ao ajudar a enterrar a Área de Livre Comércio das Américas e ao fazer um discurso veemente, durante a instalação da União das Nações do Sul (Unasur). O autor põe contra a parede instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por suas atuações dentro da IIRSA. Diz que a iniciativa esconde um *ovo de serpente* por trás de seus alvos prioritários, que a aproxima da mal-sucedida Alca. Sobra para o governo Lula, que optou por seguir esse projeto, iniciado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Tautz chama atenção também para a Operação Madeira, montada para facilitar a construção de usinas na fronteira com a Bolívia.

O BNDES diminuiu o custo do financiamento a projetos de geração e transmissão de energia, e uma tradicional dupla dinâmica do setor elétrico brasileiro, Furnas-Odebrecht, mesmo sem terem vencido qualquer licitação para construir as hidrelétricas, se apresentavam como as responsáveis pelo projeto (LMDB, fevereiro de 2009, p. 8).

Na edição de maio, Oliveira, um socialista, mostra-se descrente quanto ao futuro do capitalismo em “Quo vadis capitalismus?”. Acredita que os Estados Unidos já não têm poder suficiente para exercer uma hegemonia global – um novo eixo dominante, com a participação de China e Índia, está se formando. Sobra espaço até mesmo ao Brasil, que será o responsável por socorrer os países da América Latina. A crítica mais explícita aparece no final, ao mesmo tempo em que lamenta o fracasso do socialismo:

(...) se toda a história do capitalismo, muito ao contrário da lenda do *mercado livre*, é a história da formação do capital pela violência da moeda (...) e pela violência da usurpação *sans-ambages*, o Estado de Bem-Estar foi uma construção possível pela força dos sindicatos e dos partidos de

base operária, que reduziu a desigualdade aos níveis mais decentes que o capitalismo já experimentou. O ciclo neoliberal fez explodir novamente as desigualdades, e a força dos elementos *socialistas no útero* foi pro espaço (LMDB, maio de 2009, p. 5).

Quanto ao modelo vigente, Dowbor, no artigo “Hora de redirecionar os recursos”, deixa clara a sua opinião: “Não se trata de um bom sistema que por alguma razão entrou em crise. Era, e continua sendo, um sistema burro em termos de objetivos, que além do mais foi pessimamente gerido e entrou em crise” (LMDB, maio de 2009, p. 6). Ele também se refere negativamente à mídia, que gosta de falar mal do governo e nunca encontra problemas no setor privado, pois esse a sustenta com publicidade. No setor econômico, o autor condena veementemente as financiadoras, que cobram juros absurdos e drenam a poupança das pessoas. Define o mercado atual como um antro dominado pela cartelização, pela fraude e pela corrupção política.

Em “FMI: mais forte e impositivo”, Zacharie denuncia os critérios de concessão de empréstimo do FMI, que, mascarados por uma suposta reforma, permanecem restritivos. Mesmo com a crise, os países *em apuros* não conseguem obter crédito, pois as exigências extrapolam suas debilitadas condições financeiras. O autor afirma que a prática norte-americana de contrair pesados empréstimos junto a nações emergentes, como a China, com o objetivo de financiar seu *déficit*, é extremamente perigosa. A arquitetura monetária mundial está à beira do abismo: “Com isso, o sistema atual tende a se autodestruir, uma vez que a moeda de referência internacional (o dólar) é a de um país (os Estados Unidos) que vem se endividando cada vez mais” (LMDB, maio de 2009, p. 9).

Para Custers, “um verdadeiro *New Deal verde* exige uma ruptura radical com a política neoliberal” (LMDB, maio de 2009, p. 11). Ou seja, para implantar uma economia que respeite o meio ambiente, deve-se suplantar o sistema financeiro atual, cujo único objetivo é acumular o máximo em menor tempo, segundo o autor. A produção acelerada de armamentos também sofre críticas, por se constituir em uma ameaça à vida na Terra. A utilização de energias fósseis precisa ser abandonada o quanto antes, a fim de minimizar a emissão de gases que causam o efeito estufa. “A economia capitalista, enquanto sistema de acumulação de riquezas e desperdício de recursos, está fadada a desaparecer” (LMDB, maio de 2009, p. 11). Custers adverte que o presidente Barack Obama pretende continuar a investir em guerras, apesar de ter defendido, na campanha, uma redução drástica no orçamento de defesa.

Em março, Rolnik e Nakano evidenciam restrições em relação ao pacote habitacional do governo, por não estar ligado a um planejamento urbanístico adequado. Eles lembram que tentativas anteriores, no mesmo sentido, fracassaram, ao levar a população de baixa renda para as periferias urbanas, “em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básica e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos” (LMDB, março de 2009, p. 4). Essa produção de moradias populares fora dos limites da cidade tem consequências prejudiciais a todos, na opinião dos autores, que apontam diversos problemas, um encadeado ao outro: encarecimento da extensão de infraestrutura urbana, afastamento do local de trabalho, custo maior de deslocamento, congestionamentos, poluição do ar, aquecimento global, diminuição da qualidade de vida coletiva, etc.

Na entrevista de David Harvey, o geógrafo critica o modo como a crise nasceu nos Estados Unidos, a partir de financiadores que incentivavam os cidadãos a contrair dívidas junto às imobiliárias, mesmo com o arrocho salarial vivido no país. O sonho americano da nova moradia se tornou um pesadelo para o mundo. Aponta que entre 6 e 10 milhões de pessoas devem perder suas casas no país, até o fim da crise, concentradas em velhas cidades, como Cleveland, Baltimore e Detroit, e na população negra. Ele não entende o motivo de não se discutir essa questão no contexto da crise financeira, em especial nos meios de comunicação e acadêmicos.

Em “TCU: quem controla o controlador?”, de junho, Naves diz que a crítica “à atuação do TCU é extensiva aos demais órgãos de controle da Administração federal: o emperramento da máquina estatal e a prevalência de um ambiente de insegurança jurídica para a atuação dos gestores públicos” (LMDB, junho de 2009, p. 6). Exerce-se o controle sobre o cumprimento ou não dos procedimentos estabelecidos em lei, em vez de se analisar os resultados dos atos administrativos ou sua conexão com as políticas do Estado. O autor não concorda com a forma de escolha dos integrantes do tribunal, pois o cargo é vitalício, quando deveria haver renovação constante, e as indicações partem do Congresso e do presidente, reforçando o jogo político.

Para o autor anônimo de “TCU: entre decisão técnica e política”, a ineficiência do tribunal está diretamente ligada ao método de escolha dos juízes, que resulta em casos de corrupção ligados a interesses políticos.

(...) a corregedoria daquela Corte de Contas jamais investigou qualquer um de seus membros, mesmo quando houve indícios de fraude, como foi o episódio do então ministro Iran Saraiva, acusado de superfaturamento da obra do anexo do TCU, cuja empresa era a mesma que construía uma universidade de sua propriedade em Goiânia. Esse imbróglio teve um final feliz para o ex-ministro, pois o TCU garantiu sua aposentadoria sem qualquer averiguação dos fatos (LMDB, junho de 2009, p. 8).

Em janeiro, Soares faz uma crítica profunda ao funcionamento das polícias Civil e Militar no Brasil, incapazes de conter a onda de violência que assola as cidades. “Os baixos salários são o problema central e têm como consequência direta a necessidade de *bicos* para completar o orçamento familiar” (LMDB, janeiro de 2009, p. 6). Além disso, as duas polícias não cooperam entre si, seguem um cotidiano de rivalidade, o que reforça a ideia de refundar as instituições. O autor afirma que existe uma cadeia de omissões, formada por Justiça, Ministério Público, autoridades policiais, secretarias de segurança pública, poder Executivo, extendendo-se até a sociedade civil, que aceita, apática, a realidade.

### **5.3.5 Apresentação de soluções**

Apesar de ser um jornalismo crítico, o estilo de *advocacy* não pode se resumir a um esbravejamento irracional. É preciso estar empenhado em encontrar maneiras de solucionar os problemas apontados. As propostas devem ter viabilidade, com explicações de como aplicá-las. Somente assim haverá uma contribuição concreta para melhorar o mundo.

Na edição de junho, no artigo “TCU: quem controla o controlador?”, Naves propõe um sistema integrado que permita um controle efetivo sobre os gastos públicos. Segundo o autor, atualmente, existem diversos mecanismos de controle (como conselhos de administração, ouvidorias, prestação de contas, Ministério Público, Tribunal de Contas da União), mas eles não trabalham de forma articulada. Dentro desse processo, o TCU também deve passar por uma fiscalização constante, a fim de se identificar possíveis irregularidades. “Como órgão vinculado ao Congresso, o TCU deve se submeter ao controle social exercido pela sociedade em geral por meio de seus representantes eleitos, organizações da sociedade ou qualquer cidadão” (LMDB, junho de 2009, p.7).

Em “TCU: entre decisão técnica e política”, o autor (anônimo) não se concentra em apontar saídas aos problemas do órgão. No último parágrafo, encontra-se uma solução vaga, carente de detalhamento, que não ajuda a implantar mudanças concretas:

Como nos ensina Montesquieu, para que ninguém possa abusar do poder, *é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder*. Seria essa a melhor garantia de liberdade dos cidadãos e, ao mesmo tempo, da eficiência das instituições (LMDB, junho de 2009, p. 8).

Para Cocco, em “A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos”, do mês de abril, os movimentos sociais apresentam uma multiplicidade de sujeitos e de formas de luta, mas ainda falta uma maior organização, uma convergência entre os grupos que resulte em uma grande mobilização, responsável por reivindicar transformações no mundo. A política da multidão, ancorada na figura do *pobre*, “não poderá afirmar-se sem amadurecer em termos de um projeto capaz de se constituir, dentro da crise global do Biocapital, em uma alternativa radical” (LMDB, abril de 2009, p. 5), afirma o autor.

Camacho, em “Caminhar olhando para trás”, ressalta a importância da vigilância e da participação das organizações na criação de um novo projeto de país, fenômeno que se desenvolve na Bolívia. Somente assim desaparecerão as chances de fracasso. O autor explica que não se pode ignorar o passado ou dar as costas à memória acumulada, com o objetivo de não se repetir os mesmos erros e construir maneiras de melhorar o processo. “O potencial pluralista e coletivo do projeto de Estado plurinacional é a bússola para reconstruir a vida em sociedade e para cuidar da harmonia com a vida” (LMDB, abril de 2009, p. 7).

No artigo de janeiro, Soares apresenta uma proposta clara e completa de como seria realizada a refundação das polícias no país:

Dessa forma, postulo a alteração da Constituição Federal para que os estados sejam autorizados a promover mudanças profundas na estrutura organizacional das polícias (*a desconstitucionalização das polícias*), credenciando-se para manter o *status quo* institucional delas ou para unificá-las. Ou, ainda, para criar novas polícias, que poderiam ser, por exemplo, municipais em cidades acima de 1 milhão de habitantes. No quadro dessa mudança seria necessária uma legislação infraconstitucional, com as exigências mínimas que todas as novas polícias deveriam atender nas áreas de formação, informação, gestão, controle externo, articulação intersetorial e perícia – chamo esse conjunto normativo de Sistema Único de Segurança Pública (LMDB, janeiro de 2009, p. 7).

O autor alerta que as alterações na estrutura organizacional das polícias não serão suficientes se não estiverem acompanhadas de outras atitudes, como a participação da sociedade através de controle externo, modificações na Justiça e no sistema penitenciário, adoção de políticas preventivas, entre outras.

Em maio, no artigo “Quo vadis capitalismus?”, Oliveira, apesar de insatisfeito com os rumos do capitalismo, não aponta alternativas que poderiam *salvar* a população. Acaba sendo genérico: “É preciso inventar novas fórmulas mediante as quais a gigantesca dinheirama para salvar o sistema se converta, mesmo que parcialmente, no seu contrário: na diminuição do poder impune do dinheiro” (LMDB, maio de 2009, p. 5).

De acordo com Dowbor, em “Hora de redirecionar os recursos”, o governo deve ter consciência da necessidade de aplicar os recursos nas áreas mais problemáticas. Para tanto, o autor acredita que é preciso enfrentar quatro desafios básicos: assegurar o equilíbrio de renda no planeta, investir em tecnologias e medidas voltadas ao drama ambiental, criar condições de sobrevivência para as famílias e gerar sistemas descentralizados e participativos de gestão. “Os recursos que os bancos manejam são da população, e deve haver um mínimo de coerência no seu uso” (LMDB, maio de 2009, p. 7).

Um caminho pós-crise financeira, apontado por Zacharie, é a criação de um novo sistema de reserva internacional, baseado em moeda supranacional, e não no dólar ou no ouro, como funciona atualmente. O autor, entretanto, não tem certeza se a ideia seria colocada em prática: “A medida é politicamente impossível em curto prazo: ela implicaria que os Estados Unidos aceitem que o dólar perca seu estatuto. Mas as coisas poderiam evoluir no médio prazo, no caso de uma derrocada da moeda americana” (LMDB, maio de 2009, p. 9).

Custers afirma que o *New Deal verde* representaria “investimentos públicos maciços que incentivam a exploração de fontes de energia limpa ao mesmo tempo em que contribuem para a luta contra o desemprego em um contexto de crise” (LMDB, maio de 2009, p. 11). Ele garante que o fim da acumulação de riquezas e do desperdício de recursos exige uma economia estacionária, de crescimento zero, no qual se suspenderá a produção de armamentos e de energias fósseis.

Em março, no artigo “As armadilhas do pacote habitacional”, Rolnik e Nakanos explicam que a política de habitação brasileira precisa dar maior atenção às famílias de baixa renda, cujas necessidades ainda não são atendidas:

É preciso aproveitar melhor, nos imóveis públicos, a aplicação da concessão de uso especial para fins de moradia e avançar em outros regimes de propriedade imobiliária, como as propriedades cooperativas existentes no Uruguai. Além disso, é necessário aperfeiçoar as modalidades de programas de moradia e considerar a oferta de serviços, como o aluguel subsidiado, largamente utilizado em cidades americanas e países europeus (LMDB, março de 2009, p. 4).

Conforme os autores, “hoje é possível e viável lançar não um pacote imobiliário, mas um pacote de desenvolvimento urbano estruturado sobre uma verdadeira política habitacional”, amparada em lei.

Em entrevista, David Harvey defende o direito à cidade aos grupos sociais excluídos, o direito de remodelar os centros urbanos de maneira que todos se sintam em casa. E incentiva medidas drásticas:

Hoje, em Nova York, há um imponente edifício do Bank of America que está vazio. Sugiro, por exemplo, que se faça uma manifestação na porta desse prédio e se declare que aquilo é, de fato, propriedade pública, que deveria ser transformada num grande abrigo para os sem-teto da cidade (LMDB, março de 2009, p. 7).

Em fevereiro, não é possível perceber um empenho em buscar soluções aos vários problemas apontados. No artigo “Soja: a expansão dos negócios”, as autoras discutem questões como expropriação de terras, desmatamento, acumulação fundiária, sem apresentar saídas. Em “Pressão pela força”, Gonzáles alerta para o expansionismo do Brasil em relação aos países vizinhos, especialmente sobre o Paraguai. Entre as medidas possíveis ao governo Lugo, o autor cita a renegociação do Tratado de Itaipu. Em “Da Alca à IIRSA”, Tautz afirma que é o momento de o Brasil tomar uma posição concreta sobre a iniciativa, de preferência contrária a sua implantação.

## 6 CONCLUSÃO

O *advocacy journalism* encontrou espaço na imprensa em diversos momentos da História, por meio de publicações interessadas em defender certa causa. Na Inglaterra do início do século XVIII, havia um forte jogo entre os partidos políticos, que resultava em um jornalismo doutrinário. Durante a Revolução Francesa, os periódicos assumiram o tom incendiário da época, insuflando os revoltosos. No Brasil, os pasquins cumpriram papel semelhante na Independência e na Regência, períodos marcados por agitações. No século XX, os Estados Unidos presenciaram movimentos engajados. Os *muckrakers* exploraram a fundo a corrupção que envolvia as instituições norte-americanas, nos anos 1910. O *underground*, na década de 1960, levou para as páginas diárias temas polêmicos, como sexo, racismo e homossexualismo. O escândalo de Watergate, que eclodiu em 1972, mostrou a importância da investigação no jornalismo.

Em 1954, na França, surgia Le Monde diplomatique, publicação voltada a questões internacionais. Desde seu primeiro editor, François Honti, chamava a atenção para os problemas dos países pobres da África, Ásia e América Latina. Criticou duramente a ideologia neoliberal e a intervenção dos Estados Unidos no Oriente Médio. Preocupou-se em discutir os aspectos positivos e negativos da globalização. A imagem do Diplo pode ser associada ao conceito de *advocacy journalism* criado por Morris Janowitz (1975) e Silvio Waisbord (2009). Além de ser um advogado para certas causas, o jornal toma parte em reivindicações de grupos desprivilegiados, que geralmente não aparecem nos meios de comunicação.

Desde 2007, está em circulação a versão nacional, Le Monde diplomatique Brasil, com a proposta de apresentar um novo olhar sobre o país e o mundo. Mas será que o Diplo Brasil é seguidor do mesmo modelo jornalístico do original francês?

A análise dos artigos selecionados das seis edições foi feita a partir das cinco características observadas pelo autor nas definições teóricas de *advocacy journalism* – engajamento, pluralismo de opiniões, aprofundamento, crítica à visão de mundo dominante e apresentação de soluções. O alinhamento com o modelo depende da presença desses itens nos textos.

Quanto ao engajamento, Diplo Brasil se mostrou um defensor de determinadas causas, benéficas tanto para a sociedade em geral, quanto para

grupos específicos. Na edição de janeiro, o foco está voltado para a segurança pública, um dos maiores temores das pessoas, atualmente. Qualquer um que sai às ruas no Brasil tem medo de ser assaltado na primeira esquina, o que indica a relevância do assunto. Em fevereiro, mesmo que os textos não estejam claramente engajados, é possível perceber uma preocupação com diferentes problemas de países da América do Sul, como o desmatamento, a desigualdade de renda, a expropriação de terras, o poderio militar e os projetos de integração e desenvolvimento.

Em março, o tema é a habitação. No país, apesar do crescimento da economia, ainda existe um grande *déficit* habitacional, que castiga milhões de famílias. Por isso, a pertinência de se tratar de moradias populares e o direito à cidade. Em abril, surge a figura dos excluídos sociais – o pobre e o indígena. Os artigos destacam as formas de organização e os trunfos desses grupos, que também devem receber atenção da mídia. Em maio, o drama ambiental ganha espaço. Em tempos de catástrofes geradas por alterações climáticas, a pauta não poderia ser mais adequada. Também são abordados a desigualdade de renda e o salvamento dos bancos em meio à crise. Em junho, o olhar do jornal recai sobre o Tribunal de Contas da União (TCU) e o controle dos gastos públicos, algo que todo cidadão deveria cobrar das autoridades.

Portanto, o jornal se engaja em uma variedade de causas. Quando fala sobre os pobres, os indígenas e as moradias populares, procura defender os interesses dos desprivilegiados. Por outro lado, segurança pública, meio ambiente e controle de gastos envolvem toda a sociedade.

A segunda característica, pluralismo de opiniões, não é atendida. As páginas da publicação contêm somente artigos, a maioria assinada por profissionais sem formação em jornalismo. São professores, arquitetos, sociólogos, economistas, que desejam apenas expressar o seu ponto de vista sobre certo assunto. Obviamente, eles não iriam escutar outras fontes para escrever seus textos, muito menos alguém com opinião divergente. Mesmo os colaboradores jornalistas não se preocupam em ouvir o outro lado da história.

Para manter a credibilidade, o autor deve sustentar a sua opinião através de fatos, e não de suposições. O texto precisa ter aprofundamento, a terceira característica. Não basta apenas esbravejar, levantar polêmicas, fazer críticas. É preciso justificar o posicionamento. No geral, os artigos apresentam um bom

embasamento. A maioria faz uma extensa contextualização, recuperando um histórico de acontecimentos relacionados ao tema proposto. Ao falar dos brasiguaios, em “Soja: a expansão dos negócios”, de fevereiro, as autoras mostram como se deu essa busca por terras paraguaias, um processo com início em meados do século XX. Números também são utilizados em grande quantidade, como uma forma de convencer o leitor. Em “Hora de redirecionar os recursos”, de maio, há tabelas e gráficos com referências ao Produto Interno Bruto (PIB), à distribuição de renda e à população, entre outros itens. O funcionamento interno de órgãos e corporações públicas, algo que geralmente não chega ao público, é contado em detalhes, como na edição de janeiro sobre as polícias Civil e Militar e na de junho sobre o Tribunal de Contas da União (TCU). Portanto, existe um exercício de ir além do óbvio, da opinião sem argumentos.

Nenhuma característica está mais em evidência no Diplo Brasil do que a crítica à visão de mundo dominante. Todos os artigos exploram ao máximo o exercício de fazer críticas negativas àqueles que estão no poder, em um posicionamento claramente contra-hegemônico. O neoliberalismo é o alvo preferido, mesma atitude adotada pelo Le Monde diplomatique francês. Em abril, as páginas são recheadas de ataques à ideologia que teria formado um sistema precário e excludente. Em relação ao Brasil, o pacote habitacional do governo Lula enfrenta uma resistência, na edição de março, por não estar baseado em um planejamento urbanístico apropriado. Já em fevereiro, critica-se o imperialismo brasileiro na região do Mercosul. Em junho, aponta-se o TCU como um órgão de controle ineficiente, uma vez que somente 1% de suas decisões resulta em recursos devolvidos aos cofres públicos. Em janeiro, fala-se para as polícias, apontadas como incapazes de promover a segurança no país. O capitalismo acaba na mira, em maio, por ter entrado em colapso com a crise financeira. Os autores se valem de temas polêmicos, que geram controvérsias na sociedade, geralmente assumindo uma posição de denúncia.

Um diferencial nos artigos analisados é a busca por soluções para os problemas apresentados, ou seja, a quinta e última característica. Além de se ter argumentos para sustentar uma opinião, deve-se propor alternativas àquilo que está ruim. Somente assim haverá uma contribuição efetiva para mudar (e melhorar) o mundo. Para o TCU, uma ideia seria a fiscalização do próprio tribunal por meio de outros órgãos. As polícias precisariam passar por uma refundação, com alterações

profundas em suas estruturas. O pacote de habitação teria que atender às necessidades das famílias mais pobres, com um planejamento urbano melhor. O imperialismo brasileiro pode ser contido com atitudes práticas dos países que se sentem ameaçados, como o Paraguai, que deveria exigir a renegociação do tratado de Itaipu. O neoliberalismo e o capitalismo seriam submetidos a transformações profundas, com a ascensão de novos projetos mais preocupados com a desigualdade de renda, com o meio ambiente, com a concentração de terras, com os desprivilegiados. Apesar de bem intencionadas, nunca se pode esquecer que as propostas batem de frente com a visão dominante, dificultando imensamente sua implantação plena. As adversidades não impedem, no entanto, que o jornal tente, com boas intenções, fazer a diferença.

Deste modo, pode-se afirmar que, dentre os itens analisados, apenas um não foi identificado nos artigos do Diplo Brasil, o pluralismo de opiniões. Entretanto, como Sue Careless (2000) adverte, a mídia de massa também não dá o mesmo espaço aos seus oponentes. Logo, essa característica não é determinante para a definição de *advocacy journalism*. Os quatro outros aspectos, contudo, aparecem em peso nas páginas do jornal. Há engajamento, aprofundamento, crítica e soluções.

É facilmente observável que o Diplo Brasil se afasta do modelo tradicional dos meios de comunicação de massa, que perseguem a linha da objetividade e da neutralidade. As posições em relação a certos assuntos são explícitas somente nos editoriais. As reportagens adotam o tom imparcial, procurando colocar as opiniões nas falas das fontes. Existem campanhas promovidas por alguns periódicos que demonstram um certo nível de engajamento, mas não passam de atitudes pontuais.

A decisão de ter ou não um viés declarado depende dos objetivos da publicação. Se o público-alvo for abrangente, incluindo as classes sociais mais abastadas, não faz sentido tomar posição contrária ao sistema dominante. A audiência está alinhada com esse tipo de pensamento, que exerce a hegemonia. Invertendo o raciocínio, tem lógica apostar em um jornal tendencioso (no sentido literal, de não ser isento) quando os leitores formam um grupo específico.

Le Monde diplomatique Brasil não se mostra preocupado em agradar a todos. Defende abertamente determinadas causas, critica o sistema vigente, propõe mudanças. Ou seja, contribui, na medida do possível, para a sociedade viver melhor. E também atua como um advogado a favor dos interesses dos excluídos. Portanto, está, sim, inserido no modelo do *advocacy journalism*.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Jack; CLIFFORD, George. **Os arquivos de Anderson**: Explosivas revelações sobre Watergate, ITT, FBI. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

ALBERT, Paul; TERROU, Fernand. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ibrasa, 1972.

BALZAC, Honoré. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

BARRERA, Carlos (org.). **Historia del periodismo universal**. Barcelona: Ariel, 2004.

BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **Todos os homens do Presidente**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

BURBAGE, Robert; CAZEMAJOU, Jean; KASPI, André. **Os meios de comunicação nos Estados Unidos**: Imprensa, rádio, televisão. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

ARIS, Stephen; CHESTER, Lewis; MCKRISTAL, Cal; SHAWCROSS, William. **Watergate**: O escândalo do século. Rio de Janeiro: Nórdica, 1973.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). **A revolução impressa**: A imprensa na França , 1775-1800. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciana (orgs.). **Glossário de comunicação pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

CONBOY, Martin. **The press and popular culture**. Londres: Sage, 2002.

EMERY, Edwin. **História da imprensa nos Estados Unidos**. EUA: Prentice Hall, 1965.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. **Contracultura através dos tempos: Do mito de Prometeu à cultura digital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

JANOWITZ, Morris. **Professional models in journalism: The gatekeeper and the advocate**. Journalism quarterly, inverno de 1975, vol. 52. p. 618-626.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

Le Monde diplomatique Brasil, edições de janeiro a junho de 2009.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCONDES Filho, Ciro. **Comunicação e jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MOLINA, Matías M. **Os melhores jornais do mundo: Uma visão da imprensa internacional**. São Paulo: Globo, 2007.

MONTEIRO de Barros, Mariana; MOREL, Marcos. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MONTORO, Jose Acosta. **Periodismo y literatura**. Madrid: Guadarrama, 1973.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SHUDSON, Michael. **Discovering the news**: A social history of American newspapers. Estados Unidos: Basic Books, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TEBBEL, John. **Os meios de comunicação nos Estados Unidos**. São Paulo: Cultrix, 1974.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WAISBORD, Silvio. Advocacy journalism in a global context. In: HANITZSCH, Thomas; WAHL-JORGENSEN, Karin (orgs.). **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009. p. 371-385.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

## SITES

Ágere – Cooperação em Advocacy:

[http://www.agere.org.br/site/?vis=submenu.submenu&filtro\[men\\_area\]=assessoria&conteudold=7](http://www.agere.org.br/site/?vis=submenu.submenu&filtro[men_area]=assessoria&conteudold=7). Acessado em 13/10/2009

ATTAC: <http://www.attac.org>. Acessado em 12/10/2009

AZEVEDO, Maria Amélia. **Advocacy em rede**. Instituto de Psicologia da USP, julho de 2003. Disponível em: <[www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/advocacy.doc](http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/advocacy.doc)>. Acessado em 12/10/2009

BERMAN, Dave. **Advocacy journalism, the least you can do, and the No Confidence Movement**. Independent Media Center, junho de 2004. Disponível em: <<http://publish.indymedia.org/en/2004/06/854953.shtml>>. Acessado em 17/10/2009

CAMPBELL, Dennis. **The sorry state of American journalism**. RenewAmerica, outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.renewamerica.us/columns/campbell/031007>>. Acessado em 17/10/2009

CARELESS, Sue. **Advocacy journalism**. The Interim, maio de 2000. Disponível em: <<http://www.theinterim.com/2000/may/10advocacy.html>>. Acessado em 10/10/2009

Le Monde diplomatique, 1: <http://www.monde-diplomatique.fr/abo/diplo>. Acessado em 11/10/2009

Le Monde diplomatique, 2: <http://www.monde-diplomatique.fr/int>. Acessado em 12/10/2009

Le Monde diplomatique Brasil: <http://diplo.uol.com.br>. Acessado em 12/10/2009

PELTRON, Emily; SPRECHMANN, Sofia. **Advocacy tools and guidelines: Promoting policy changes**. Atlanta: CARE, 2001. Disponível em: <<http://www.care.org/getinvolved/advocacy/tools.asp>>. Acessado em 12/10/2009

RAMONET, Ignacio **Meio século de independência**. 2004. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=276MON002>>. Acessado em 11/10/2009

REGIER, C. C. **The era of the muckrakers**. Chapel Hill, EUA: University of North Carolina Press, 1932. Disponível em: <<http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=3725348>>. Acessado em 19 de setembro de 2009

RODRIGUES, Almira. **Advocacy: Uma ação política de novo tipo**. 1999. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=32>>. Acessado em 12/10/2009

SALATIEL, José Renato. **"Garganta Profunda" e o impeachment de Nixon**. Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/atualidades/caso-watergate.jhtm>>. Acessado em 30/09/2009

STEFFENS, Daneet. **The muckrakers**. Estados Unidos, 2006. Disponível em: <Pesquisa Múltipla do *site* da Biblioteca Central da PUCRS>. Acessado em 16/09/2009

## ANEXOS

## ANEXO A – Artigo da edição de janeiro

6 Le Monde Diplomatique Brasil JANEIRO 2009

CAPA / SEGURANÇA PÚBLICA

# Refundar as polícias

A Polícia Militar e a Polícia Civil não cooperam entre si: elas são geridas separadamente e seus cursos de formação pregam valores divergentes. Em comum têm apenas a cultura corporativa, muitas vezes desfavorável aos direitos humanos. O que pode ser feito para mudar esse cenário? Pouco, a não ser que alteremos a Constituição

POR LUIZ EDUARDO SOARES\*



Em 16 de outubro de 2008, a PM de São Paulo reprimiu com violência a manifestação de seus colegas da Polícia Civil, em greve por melhores salários

**N**o Rio de Janeiro ninguém está satisfeito com as polícias, tanto Civil quanto Militar. Nem a sociedade, nem os próprios oficiais. Porém, as forças fluminenses não são as únicas em estado adiantado de degradação: suas deficiências apenas se tornaram mais visíveis.

Em quase todo o país as avaliações sobre essas corporações são negativas. Os baixos salários são o problema central e têm como consequência direta a necessidade de "bicos" para completar o orçamento familiar.

Nesse cenário, nada mais natural que a maioria dos policiais procure uma vaga na segurança privada. A lei proíbe, mas o bolso manda. E como não há fiscalização de fato para conter a jornada dupla, fica mais fácil burlar a regra – a responsabilidade sobre a segurança privada é da Polícia Federal, mas faltam agentes e sobram missões.

As secretarias estaduais, por sua vez, fingem que nada acontece. Se intervissem, implodiriam as contas públicas, que não resistiriam à emergência de uma demanda salarial reprimida. Afinal, é a segurança privada, informal e ilegal, que financia, indiretamente, a segurança pública, tornando possível um orçamento irreal. Eis aí o gato-orçamentário.

Mas quando não se fiscaliza a segurança privada para não atrapalhar o mal "benigno" ou a informalidade "bem intencionada", tampouco se vigia a ilicitude maligna. As milícias estão aí para não nos deixar mentir. E os turnos de trabalho irracionais? Quem teria coragem de racionalizá-los, se isso implica a quebra da espinha dorsal do bico?

Nos últimos anos, sobretudo no Rio, a corrupção policial agravou-se. A arcaica política do "confronto", vendida como "nova" pelo cinismo oficial, conferia ao policial a autoridade para matar de forma arbitrária. E, ao mesmo tempo, lhe dava tacitamente o poder para negociar a vida e a liberdade, instituído uma moeda forte e atraente – e em permanente inflação. Assim, o combate "fora-da-lei" ao crime buscou liquidá-lo utilizando-se de práticas como a execução de delinquentes. O resultado foi desastroso e paradoxal: uma polícia envolvida em dinâmicas criminosas e, portanto, impotente diante do próprio crime.

Admitindo a ilegalidade das execuções – sempre de pobres e, frequentemente, negros –, se aceita a ilegitimidade desses atos. O círculo vicioso da violência ilegal não se transforma no círculo virtuoso da legalidade. Só há legalidade com respeito a ela. Não existem atalhos.

Entre 2003 e 2007 as polícias fluminenses mataram 5.669 pessoas. Um escândalo mundial. Apenas no ano passado foram 1.330 as vítimas letais de ações policiais e, em 2008, quebrou-se o recorde mais uma vez – segundo dados preliminares.

#### EXECUÇÕES SUMÁRIAS

Quase todas essas mortes foram registradas como "autos de resistência", ou seja, como situações em que a vítima da ação policial teria sido morta por haver colocado em risco a vida dos policiais ou de terceiros. Por isso, "autos de resistência" referem-se a casos em que policiais teriam agido em estrito cumprimento de suas obrigações constitucionais – em legítima defesa ou para proteger a vida de terceiros. Mas pesquisas apontam que, apenas em 2003, das 1.195 pessoas que morreram em situações descritas como "autos de resistência", 65% apresentavam sinais insofismáveis de execução. A Justiça acata, acriticamente, a postura resignada – e, nesse sentido, lamentavelmente, cúmplice – do Ministério Público, das autoridades policiais, da segurança pública e do poder executivo. A cadeia de omissões estende-se, indiretamente, à sociedade civil, que aceita, apática, essa realidade inominável.

A orientação equivocada de uma política do "confronto" aumenta o risco a que são submetidos os próprios policiais. No mesmo período, morreram no Rio de Janeiro 194 policiais em serviço, 27 civis e 167 militares. Na maioria dos estados, a despeito de uma escala menor, a natureza do problema é a mesma.

A Polícia Militar e a Polícia Civil não cooperam entre si, não têm bases de dados comuns, não são geridas de forma integrada. Os cursos de formação são distintos e têm valores divergentes. A autoimagem de cada corporação se forma na experiência cotidiana da rivalidade, e suas respectivas identidades são, intrinsecamente, antagônicas.

A PM é uma instituição organizada como fins bélicos. Por isso, seu objetivo é tornar-se apta ao pronto emprego dessa força, baseada na cega obediência e na velocidade na execução do comando. Daí a hierarquia vertical e a ausência de autonomia na ponta operacional. Com exceção das situações em que são necessários grupos de combate, a PM não foi desenhada, enquanto estrutura organizacional, para a segurança pública, cujos desafios complexos exigem exatamente o contrário: flexibilidade decisória e descentralização, com supervisão e integração modular, ágil e adaptativa, além de uma ges-

tão por processo. Só assim seria possível a aplicação de métodos modernos, como o policiamento orientado para a resolução de problemas ou o polissêmico policiamento comunitário.

A Polícia Civil, por sua vez, é um arquipélago de baronatos feudais (distritais). Segundo dados oficiais de dezembro de 2006, apenas 1,5% dos homicídios dolosos no estado do Rio de Janeiro foi investigado com êxito pela instituição. No restante do Brasil, a taxa varia, mas em geral não atinge níveis aceitáveis.

A perícia é todo seu universo técnico, que deveria ser o futuro da polícia investigativa, hiberna esquecida e abandonada, salvo raras exceções. No Rio, há mais de 114 mil solicitações de laudos periciais não atendidas.

#### EM DEFESA DA VIDA

As polícias brasileiras são reativas, inerciais, avessas à avaliação e ao controle externo, além de não disporem de mecanismos institucionais que tornem possível sua gestão racional. Some-se a tudo isso a cultura das corporações, tantas vezes desfavorável aos direitos humanos.

O que pode ser mudado pelos governadores, pelos secretários de segurança pública e pelos chefes de polícia? Pouco. Eles conseguem, no máximo, reduzir os danos provocados pelo formato institucional desenhado na Constituição, por meio de mecanismos que compensem a tendência fragmentária, investindo na qualificação profissional e no

controle externo e intervindo nas culturas corporativas para tentar neutralizar os valores contrários aos que seriam compatíveis com o ambiente de legalidade e racionalidade administrativa. A afirmação de uma política que priorize a defesa da vida é absolutamente fundamental, ainda que insuficiente. Se o esforço dos gestores surtir algum efeito, isso ocorrerá apesar das estruturas organizacionais que herdamos da ditadura, e não por causa delas ou com sua ajuda.

Dessa forma, postulo a alteração da Constituição Federal para que os estados sejam autorizados a promover mudanças profundas na estrutura organizacional das polícias (a "desconstitucionalização das polícias"), credenciando-se para manter o *status quo* institucional delas ou para unificá-las<sup>1</sup>. Ou, ainda, para criar novas polícias, que poderiam ser, por exemplo, municipais em cidades acima de 1 milhão de habitantes. No quadro dessa mudança seria necessária uma legislação infraconstitucional, com as exigências mínimas que todas as novas polícias deveriam atender nas áreas de formação, informação, gestão, controle externo, articulação interseorial e perícia – chamo esse conjunto normativo de Sistema Único de Segurança Pública.

Em síntese, o estado que estivesse satisfeito com a situação atual teria liberdade para mantê-la. Mas aqueles que quisessem modificá-la poderiam fazê-lo, respeitando, sempre, os direitos trabalhistas dos policiais e as normas infraconstitucionais<sup>2</sup>.

No caso do estado do Rio de Janeiro, o melhor caminho seria a criação, na capital, de uma polícia municipal civil de ciclo completo. Polícia de ciclo completo é aquela que exerce todas as atribuições inerentes às funções judiciais ou investigativas e ostensivas-preventivas, previstas na atividade policial – ou seja, é aquela que investiga e patrulha, uniformizada. O mesmo ocorreria nas demais regiões metropolitanas.

Para tanto, seria preciso unificar as atuais polícias Militar e Civil, que teriam um prazo de seis anos para se adequar a esse novo perfil. A perícia se tornaria independente e caberia à União renegociar o pacto federativo para que baixos salários não condenassem ao fracasso essa promissora iniciativa.

As polícias são instituições da maior importância para a vigência do Estado democrático de direito<sup>3</sup>. Em benefício dos bons policiais e da população – sobretudo dos mais pobres, vítimas predominantes da violência institucionalizada –, seria necessário que as lideranças políticas celebrassem um pacto suprapartidário pela mudança profunda na segurança pública<sup>4</sup>, começando pelas polícias. Só assim se reduziria a desigualdade no acesso à justiça e se deslegatária o ciclo da transição democrática, processo no qual a questão policial foi esquecida. A mudança da estrutura organizacional, acompanhada da instauração do SUSP, não será suficiente – nem por isso deixa de ser indispensável. Transformações nas políticas de segurança e na cul-

tura profissional serão decisivas, assim como a participação da sociedade e o controle externo. Alterações na Justiça e no sistema penitenciário, e políticas preventivas também serão fundamentais. Assim como a redução das desigualdades. Contudo, não permitamos que a insuficiência de cada passo continue nos paralisando. Mas enquanto permanecer desigual, a sociedade brasileira poderá ser menos cruel e violenta – o que facilitará a mobilização para o aprofundamento da democracia. ■

**Lula Eduardo Soares** é secretário municipal de Assistência Social e Prevenção da Violência do Nova Iguaçu (RJ) e professor de UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Tem pós-doutorado em Filosofia Política e foi secretário nacional de Segurança Pública (2003). É autor, entre outros livros, de *Elito da Joga*, com Arieli Estêvão e Rodrigo Finorato (Difelva, 2006).

1. As crises a essa proposta sugerem que a "desconstitucionalização" gereia uma variedade de modelos de organização policial que provocaria mais fragmentação: incoerências, incommunicabilidade e invidade entre os municípios. O que gera a fragmentação excessiva é a existência de três ou mais níveis de organização, o que gera uma complexidade desnecessária nos SUSP.
2. As forças democráticas sempre lidaram em movimento preventivo pela transformação da segurança por causa da existência em existência a intransigência social e política das polícias.
3. A mudança deveria incluir o apoio a políticas preventivas a enfrentar as causas sociais e a reforma do sistema penitenciário e do sistema policial.

#### ANÁLISE

# Dinheiro e poder

POR SERGE HALIMI\*

**A** corrupção política também se reveste de formas que não são punidas pela lei. No momento em que a questão do "retorno de dependência do Estado" está em evidência em todo lugar ou quase, torna-se inevitável perguntar: afinal, por conta de quais interesses ele atua?

Um ano atrás, em janeiro de 2008, o antigo primeiro-ministro britânico Anthony Blair foi recrutado pelo banco americano JPMorgan Chase como consultor em meio período. Um meio período até que corretamente remunerado: 1 milhão de libras esterlinas por ano (R\$ 3,52 milhões). Alguém acredita que o JPMorgan teria concedido tão vantajosa sinécure ao senhor Blair se, quando ele residia no nº 10 da Downing Street, este último tivesse tomado medidas contrárias aos interesses dos bancos, com o objetivo, por exemplo, de prevenir um desmoronamento financeiro?

E alguém ainda acredita que foi totalmente por acaso que o ex-chanceler alemão Gerhard Schröder se tornou, em março de 2006, consultor de uma companhia produtora de oleodutos, filial do gigante russo Gazprom, para receber um salário de 250 mil euros por ano, empresa que ele mesmo havia assistido ao nascimento quando exercia as funções de chefe do Estado alemão? Na ocasião, um dos seus colegas social-democratas havia declarado com ironia: "Eu não consigo me conformar com isso; é impossível deixar de considerar um pouco indigno o fato de

um homem de Estado se mostrar obcecado por dinheiro a esse ponto".

Agora chegou a vez de George W. Bush preparar sua próxima carreira. Não é muito difícil imaginar desde já os rumos que ela irá tomar: "Eu pronunciarei alguns discursos, só para abastecer meus combalidos cofres. Não sei qual é o preço que o meu pai costuma cobrar – creio que suas tarifas vão de US\$ 50 mil a US\$ 75 mil por discurso – e sei que Clinton também ganha muito dinheiro".

A questão é delicada a tal ponto que o antigo presidente democrata está sendo obrigado a submeter a um comitê de ética do Departamento de Estado a lista das pessoas que retribuem seus discursos. Atendendo a essa exigência, espera-se que ninguém suspeite que sua mulher possa conduzir a política externa dos Estados Unidos de maneira a enriquecer secretamente os clientes do marido...

Em julho passado, a revista semanal *Le Point*, uma publicação que não se caracteriza exatamente pela oposição a Nicolas Sarkozy, tornou públicas diversas declarações do presidente francês que chamaram a atenção. O chefe de Estado teria revelado detalhes de seus projetos futuros nos seguintes termos: "No que me diz respeito, em 2012 eu terei 57 anos e não disputarei um segundo mandato. E quando vejo os bilhões que ganha Clinton, eu também quero encher meus bolsos! Fico governando por cinco anos e, depois, irei para o setor privado faturar uma

grana preta como faz o Clinton. A 150 mil euros a conferência".

Vender conselhos, pronunciar discursos por dinheiro, não são as únicas alternativas. É também possível tornar-se o patrão de uma companhia muito importante. O fato de ter sido ministro das finanças não é a pior das maneiras de alcançar esse objetivo. Nada impede de seguir mamando nas " tetas do Estado" quando este último abastece com dinheiro público os bancos privados em processo de falência. Robert Rubin, influente conselheiro econômico de Barack Obama, sabe disso muito bem. Afinal, ele passou da presidência do banco de investimento Goldman Sachs para o Ministério das Finanças, e, depois, do Ministério das Finanças para a direção do conglomerado financeiro Citigroup.

Quando exerceu o cargo de ministro da Economia, das Finanças e da Indústria, de 2005 a 2007, o francês Thierry Breton empenhou-se ativamente em fazer com que os impostos sobre os salários elevados se tornassem mais "atraentes". Agora, ele poderá desfrutar diretamente dessas vantagens, uma vez que se tornou o presidente da sociedade de serviços informáticos Ato, após ter passado um ano atuando a serviço do banco Rothschild... Segundo ele mesmo chegou a confessar, irá receber "um salário atual fixo de 1,2 milhão de euros, além de uma participação variável que poderá equivaler a até

120% do montante fixo em função dos objetivos a serem alcançados, mas pedi para que esta vantagem seja reduzida para um montante máximo de 100%. A isso, deve-se acrescentar a atribuição de 233 mil *stock-options*, no final de 2008, de 2010 e de 2011, sucessivamente". E Thierry Breton acrescenta: "Eu pedi para não ser beneficiado com nenhum "paraqueus dourado", caso minhas funções sejam encerradas". Afinal, todos devem estar dispostos a fazer sacrifícios em função da crise.

Quando o poder constitui ora a etapa necessária para uma carreira lucrativa no mundo dos negócios, ora um refúgio para homens de dinheiro em busca de recuperação, será mesmo sensato esperar que poderosos interesses venham a cumprir a parte que lhes cabe no processo de saneamento de uma crise da qual eles mesmos foram os principais responsáveis? ■

\*Serge Halimi é diretor de redação de *Le Monde Diplomatique* (França).

1. Jim Rutledge, "Talking with author, Bush reveals his personal side", *International Herald Tribune*, 3 de novembro de 2007.
2. "Sarkozy dit", *Le Point*, 3 de julho de 2008. Segundo o jornalista do *Le Monde*, Nicolas Sarkozy teria anunciado, três dias antes, "Eu posso atuar como advogado, posso gerir um banco... (L.) Primeiro, vou ser presidente a despeito de ser um advogado" (*Philippe Réa*, *Le Président et moi*, Abn Michel, Paris, 2008).
3. *Les Échos*, 18 de dezembro de 2008.

## ANEXO B – Artigos da edição de fevereiro

4 Le Monde Diplomatique Brasil FEVEREIRO 2009

CAPA / IMPERIALISMO BRASILEIRO

# Soja: a expansão dos negócios

Visando o aumento da renda fundiária, empresas privadas e latifundiários brasileiros atravessam as fronteiras para o Paraguai e a Bolívia em busca de terras férteis e baratas. A expropriação de camponeses e indígenas e a destruição ambiental fazem parte do processo, independentemente do país em questão

POR MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA\* E BEATRIZ MEDEIROS DE MELO\*



Fazenda de soja de Nilson Medina em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, departamento que concentra 50% dos brasileiros migrantes no país

Nos últimos meses, várias notícias veiculadas pela imprensa nacional e internacional enfatizaram as ameaças de violência sofridas pelos brasileiros no Paraguai (os *brasiguais*). O conteúdo das reportagens abrange duas situações bem definidas. De um lado, os brasileiros grandes proprietários de terras, produtores de soja e pecuaristas e, de outro, famílias de trabalhadores rurais que possuem pequenas áreas e, muitas vezes, não têm a titulação das mesmas.

Com as eleições presidenciais e a vitória de Fernando Lugo, cujo programa de governo incorporava a reforma agrária para atender às reivindicações de milhares de camponeses paraguaios sem-terra, a presença dos brasiguais acabou gerando várias controvérsias entre os governos dos dois países, além da insegurança e do medo de expulsão de milhares de brasileiros sem documentos do Estado vizinho.

É possível traçar alguns paralelos entre essa situação e o que ocorre na Bolívia, muito embora a presença de produtores de soja brasileiros neste outro país seja mais recente. Tanto do ponto de vista econômico no que diz respeito ao produto – classificado atualmente como *commodity* no

mercado internacional – quanto ao processo de expansão dos capitais aplicados na agricultura e a apropriação da terra por estrangeiros no contexto da mundialização do capital.

#### A PRESENÇA NO PARAGUAI

O Paraguai é um país, sobretudo, agropecuário. Além da produção destinada ao mercado interno, sobressaem os produtos exportados, tais como madeiras, tanino, erva-mate, algodão e, nos últimos tempos, a soja.

O setor agropecuário responde por 50% do emprego no país e contribui com 27% do PIB. Deste montante, 60% se referem aos produtos agrícolas, 30% à pecuária e 10% à extração florestal. A estrutura agrária é caracterizada pela elevada concentração da propriedade da terra: os estabelecimentos destinados à agricultura familiar representam 80% do total mas detêm apenas 6,2% da área. Essa concentração aumenta na medida em que o processo de produção das *commodities* avança, expropriando camponeses e populações indígenas, acirrando, portanto, o processo de luta pela terra<sup>1</sup>.

A soja foi introduzida no Paraguai no começo da década de 1970, na província de Itapúa, onde havia grandes reservas de Mata Atlântica. No início dos anos 1980, houve grande crescimento do cultivo no Alto Paraná e em Canindeyú, se expandindo a seguir para Caazapá e Caaguazú. As três primeiras províncias se situam no leste do país, na fronteira com o Brasil, e concentram mais de 80% da soja do país. De 1991 a 2002, o aumento da produção de soja ocorreu principalmente nas grandes propriedades. Em 2003, a área ocupada por este produto era de quase 1,8 milhão de hectares. Deste total, os brasileiros detinham, naquele ano, 1,2 milhão de hectares<sup>2</sup>.

Segundo relatório de J.M. Dros, a plantação de soja no Paraguai tem acelerado a destruição da Mata Atlântica, precedida pela pecuária e extração de madeira. Em 1945 essa floresta cobria em torno de 8,8 milhões de hectares no leste do país. Em 1991 restava apenas 7% de sua extensão.

Atualmente, a expansão desse cultivo se dá em unidades de conservação na região do Chaco e em áreas inundadas do Pantanal. Tal como vem ocorrendo na Argentina e no Brasil, a monocultura da soja em larga escala tem empregado de forma maciça os agrotóxicos e adotado OGMs (Organismos Geneticamente Modifica-

dos), que demandam maiores quantidades de glifosato, agravando os riscos ambientais e para a saúde.

Dros mostra também que, apesar do crescimento econômico, a produção da soja não contribuiu para resolver os graves problemas decorrentes da concentração de renda e do aumento da pobreza. Os 20% mais ricos do país possuem mais de 60% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres ficam com menos de 2%. Neste contingente se incluem os indígenas.

Entender a presença dos brasileiros no Paraguai hoje pressupõe compreender os fatos passados, sobretudo a partir de meados do século XX, quando ocorreu o processo de modernização da agricultura brasileira. Tal processo, orientado pela revolução verde, que implicava mudança dos padrões produtivos, foi caracterizado, de um lado, pela expropriação de milhares de pequenos produtores, parcelos, arrendatários e posseiros; de outro lado, pela concentração da propriedade da terra nas mãos de empresas altamente tecnificadas, com apoio de uma política de crédito para compra de máquinas, insumos e facilidades de comercialização.

Nos estados do sul do país tais mudanças geraram um contingente de expropriados, provenientes das pequenas unidades de produção, as quais, sobrecarregadas em razão das leis de herança, já não suportavam mais a fragmentação. No Rio Grande do Sul, onde se concentravam muitas unidades familiares pertencentes aos descendentes de europeus, verificou-se grande êxodo rural. Essas pessoas procuravam terras em outros estados como Paraná e Santa Catarina e, em seguida, se dirigiram ao Paraguai.

Esse processo de itinerância aumentou na década de 1960 em virtude de dois fatores: a construção da hidrelétrica de Itaipu, responsável pela expropriação de 42 mil pessoas, em sua maioria pequenos produtores rurais do sudoeste do Paraná; e a política do governo do Paraguai, representada por Stroessner a partir de 1954. Neste caso, a *marcha hacia el este* coincidia com a *marcha para o oeste* incentivada pelos governos da ditadura militar brasileira a partir de 1964, embora fosse uma estratégia geopolítica brasileira desde Getúlio Vargas, como demonstra o exemplo de Geremias Lunardelli. Grande cafeicultor, dono de plantações em São Paulo e no, ele comprou de meio milhão de hectares nos distritos de Amanbay, Canendeyu e Alto Paraná. Em 1958, já possuía um milhão de pés de café no país vizinho.

Contudo, a grande emigração de brasileiros para o Paraguai ocorreu em outros dois momentos e abrangeu grupos sociais distintos. Os primeiros foram os sem-terra,

descendentes de migrantes nordestinos, estabelecidos na região norte do Paraná. A emigração desses trabalhadores foi realizada por empresas colonizadoras e fazendeiros estabelecidos no Paraguai. O segundo grupo era proveniente do sudoeste do Paraná e migrou, sobretudo, após a construção de Itaipu.

#### PROCESSOS DIFERENTES

Como se vê, os brasileiros no Paraguai são distintos do ponto de vista da classe social e também da etnia, situação social esta frequentemente mascarada pela denominação genérica de *brasiguaios*.

A chamada *marcha hacia el este* foi uma política de colonização e expansão da região leste do Paraguai, promovida pela ditadura de Stroessner, como meio de promover a exploração de novas terras e deslocamento da população. Para isso foram criadas várias leis e organismos públicos, dentre eles o Instituto de Bemestar Rural (IBR). Este Instituto foi responsável pela implementação de uma colonização oficial, embora houvesse também empresas promovendo a colonização privada.

Segundo Bracaglini Neto<sup>1</sup>, apesar da venda de lotes das colônias oficiais ser ilegal, muitos brasileiros compravam o direito de posse dos agricultores paraguaios e passavam a pagá-lo ao IBR, que licitamente, cobrava duas vezes pelo mesmo serviço. A atuação do Estado paraguaio incentivou as diferenças existentes entre os imigrantes brasileiros, cujos recursos financeiros lhes permitiam a compra de terras dos *campesinos paraguaios*, desprovidos de capitais e apoio estatal.

No que tange à colonização privada, ela foi mais expressiva nos departamentos do Alto Paraná e Canindeyú, sendo desenvolvida por três agentes: 1) Pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, que compraram grandes áreas de terras do governo e de outras empresas para extrair madeiras e, em seguida, vender os lotes. É importante notar que boa parte dessa mão-de-obra era constituída de brasileiros; 2) As empresas do Paraguai e latifundiários, além de políticos e militares, cuja ação se assemelha à dos primeiros; 3) Brasileiros associados aos paraguaios<sup>2</sup>. Esse último processo é bastante semelhante ao que ocorreu no Brasil em vários momentos de sua história: a terra, que é um bem natural, é transformada em mercadoria, sendo passível de compra e venda, visando os interesses dos capitais ali empregados.

Também houve a posse espontânea de pequenos lotes por trabalhadores brasileiros e por camponeses paraguaios. Sem titulação das terras, este contingente foi facilmente expropriado, muitos dos quais retornaram ao Brasil na condição de *brasiguaios* e sem-terra em meados dos anos 1980, engrossando o movimento de luta pela terra promovido pelo MST e criando vários assentamentos, dentre eles o de Novo Horizonte, no Mato Grosso do Sul<sup>3</sup>.

Em síntese, a expansão do capitalismo nessa região do Paraguai foi incentivada pela ação de empresas privadas e pelos governos ditatoriais dos dois países. Trata-se da apropriação de um território, cujas fronteiras políticas não são respeitadas, confirmando-se a tese, segundo a qual "o capital não tem pátria".

Tal como ocorreu em várias regiões do Brasil em diversos momentos de sua história, esse processo é caracterizado pelo desmatamento, destruição ambiental e pela expropriação das populações originárias. A agricultura moderna representada pelas grandes fazendas de soja e pecuária pertencentes, sobretudo, a brasileiros, nasceu no bojo dessa



No Paraguai, camponeses recebem instrução sobre primeira fase da reforma agrária que será implantada por Lugo a partir de 2009

movimentação de dupla destruição: da natureza e das unidades camponesas.

#### BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Embora essa presença seja mais recente, ela é resultante do mesmo processo de expansão do capitalismo agrário brasileiro na busca incessante de novas terras, cuja fertilidade está associada ao aumento da renda da terra. A produção de soja concentra-se no departamento de Santa Cruz, o mais importante centro econômico do país.

Desde a década de 1950 existe um programa de colonização do governo boliviano para a ocupação dos departamentos orientais. Esse programa se concentrou no extremo oeste de Santa Cruz, não alcançando as fronteiras brasileiras, situadas a 200 km de distância.

Esse espaço *vazio* foi ocupado, nas últimas décadas, por empresários brasileiros, japoneses e também menonitas, sendo que estes últimos já haviam se instalado em outras áreas do país em momentos históricos anteriores<sup>4</sup>.

O departamento de Santa Cruz concentra mais de 50% da migração total de brasileiros na Bolívia. A atividade principal é a agropecuária, sobretudo a cultura intensiva de soja. Os migrantes brasileiros se concentram nesse espaço, formando uma *mancha* de colonização.

Uma distinção em relação ao Paraguai deve ser feita. No caso boliviano, a *marcha* aparece a vários quilômetros de distância da divisa com o Brasil, sendo que no Paraguai ela é definida a partir da linha da fronteira. Neste último, a ocupação ocorreu ao longo das margens do rio Paraná, sem ruptura do espaço. Na Bolívia, a disseminação da presença brasileira teve uma interrupção, um vazio de aproximadamente 1000 quilômetros, correspondente à área extensiva do pantanal brasileiro e demais pântanos do extremo oriente boliviano<sup>5</sup>.

O cultivo da soja na Bolívia ganhou maior vulto no início da década de 1980, quando o Banco Mundial financiou o Projeto de Desenvolvimento das Planícies (Lowlands Development Project). Por essa razão, houve expressiva evolução da cultura mecanizada na região de Santa Cruz, atingindo uma área superior a 700 mil

hectares em 2004. A soja é a *commodity* mais importante da Bolívia e responde por 27% das suas exportações. No ano 2000, um terço da soja boliviana foi produzido por grandes fazendeiros brasileiros.

Após 1984, o cultivo da soja em larga escala foi o principal responsável pelo desmatamento na Bolívia. Somente na região de Santa Cruz foram desmatados mais de 200 mil hectares anuais, entre 1993 e 2000. As florestas atingidas foram as de savana no Gran Chaco, as florestas secas do Chiquitano e da Amazônia. A floresta de Chiquitano é um dos ecossistemas de florestas secas mais ricos do mundo, semelhante ao Cerrado brasileiro, onde se verifica grande expansão da soja atualmente<sup>6</sup>.

A produção, pelo fato de ser altamente mecanizada e em grandes áreas, além de ser destinada à exportação, não provocou a diminuição das desigualdades sociais. Os 20% mais ricos recebem acima de 60% da riqueza nacional, enquanto os 20% mais pobres (todas as comunidades indígenas) recebem menos de 2%<sup>7</sup>. A Bolívia é o segundo país do mundo em desigualdade de renda.

#### EXPANSÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO

Embora os processos de ocupação de terras por brasileiros nos dois países vizinhos tenham trajetórias distintas, há um eixo comum entre eles: o da expansão do capitalismo agrário brasileiro. No Paraguai, além das empresas que atuaram na venda de terras em diferentes etapas, houve a participação, nos dois lados da fronteira, dos governos ditatoriais. No que tange à Bolívia, a expansão brasileira deu-se, sobretudo, durante os governos democráticos de Fernando Henrique Cardoso e Lula.

O pano de fundo do expansionismo nos dois países é a busca por terras férteis com o intuito de aumentar a renda da atividade. O processo de internacionalização da propriedade da terra conduz à internacionalização da apropriação da renda da terra por grandes empresas.

Nos dias de hoje, os investimentos estrangeiros na compra de terras no Brasil, sobretudo nas regiões de cerrado e da Amazônia crescem vertiginosamente. Segundo levantamento do Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) há 33.228 imóveis (0,64% do total) registrados aos proprietários de estrangeiros. Essas propriedades cobrem 5,6 milhões de hectares, ou 0,97% das áreas cadastradas do Sistema Nacional de Cadastro Rural; 55% dessas terras de estrangeiros (pessoas físicas e jurídicas) se encontram na Amazônia Legal e cobrem cerca de 3,2 milhões de hectares.

A apropriação de áreas (incluindo a água e as fontes de biodiversidade) é necessária aos padrões de acumulação dos capitais das empresas transnacionais, tendo em vista a valorização da terra e o consequente aumento da renda fundiária.

Além da internacionalização da propriedade fundiária, há o avanço do processo de expropriação e "descamponesização", quando se somam a modernização da agricultura e a Revolução Verde, a partir dos anos de 1970. Desde então, assiste-se ao deslocamento da fronteira agrícola, em razão de terras férteis e baratas, visando o aumento da renda fundiária. É neste contexto que deve ser analisada a expansão do capitalismo agrário nos países vizinhos. Pouco importa as cores da fundiária. ■

\*María Aparecida de Moraes Silva é professora livre-docente de Ufscar. Colaboradora do PPG/Sociologia da UFSCar e do PPG/Geografia/Ufscar. Pesquisadora do CNPq. Beatriz Medeiros de Melo é doutoranda do PPG/Sociologia/UFSCar.

1 Domingues, D., Sebastião, P. *El conflicto por la tierra en la actualidad latinoamericana: del acceso a la tierra a las luchas por el territorio*. Disponível em: [http://biblioteca.ufrgs.br/ua/cienc\\_soc/org/inf/libros/ibeca/2008/doming.pdf](http://biblioteca.ufrgs.br/ua/cienc_soc/org/inf/libros/ibeca/2008/doming.pdf)

2 Dros, J. M. *Administração da agricultura da soja: uma análise da expansão do cultivo de soja na América do Sul*. Anuário de Desenvolvimento, 2004.

3 Bracaglini Neto, A. *Brasiguaios: imigrantes migratórios e luta pela terra*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS/PPG/Sociologia, 1991.

4 Bracaglini Neto, 1991.

5 Bracaglini Neto, 1991.

6 Soudhead, S., Carne, P. L., Fuster, W. *Modernização populacional e migração no Mercosul: o território do Brasil com Bolívia e Paraguai*. *Teoria e Pesquisa*, v. 18, n. 1, jan/jun de 2007.

7 Soudhead et al. 2007.

8 Dros, op. cit., p. 21 e 85.

9 Dros, p. 23-24.

CAPA / IMPERIALISMO BRASILEIRO

# Pressão pela força

Resultado de investimento permanente nas forças armadas, o Brasil possui hoje o maior contingente militar de toda a América do Sul. No final de 2008, o país demonstrou seu poderio em um treinamento realizado na fronteira com o Paraguai, que serviu para atemorizar o governo Lugo

POR GUSTAVO TORRES GONZÁLEZ\*



Pouco antes dos exercícios na fronteira com o Paraguai, exército brasileiro faz treinamento em Itapemirim (ES), em setembro de 2008

**E**stamos pedindo justiça aos nossos vizinhos e a reparação dos danos sofridos para podermos atender aos pobres mais pobres de nosso país", afirmou, com ênfase, Fernando Lugo, poucos dias antes de assumir a presidência do Paraguai. A eleição deste ex-bispo católico é símbolo de um processo histórico que se reflete no remanejamento do Partido Colorado do governo depois de mais de 60 anos.

A queda da ditadura de Alfredo Stroessner, em 1989, trouxe a democracia para o Paraguai. Dois anos depois, a assinatura do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul (Mercado Comum do Sul), abriu caminho para a integração regional. Ao longo dos últimos 20 anos, o Paraguai se envolveu na construção de uma gama de instituições regionais, como a recente Unasul (União das Nações Sul-Americanas)<sup>1</sup>, que buscam aprofundar a independência política da região em relação aos Estados Unidos. Paradoxalmente, o jogo de forças se reproduz dentro do âmbito regional, com práticas abusivas por parte dos países mais poderosos, como é o caso do vizinho brasileiro.

A emergência do Brasil como potência regional faz-se evidente por seu poderio militar: o país possui mais de 54% do total de militares na América do Sul. Com efeito, enquanto na década de 1990 a democratização levava a maioria dos países a reduzir suas forças armadas, o Brasil foi um dos poucos Estados que incrementou seu contingente e ampliou e modernizou seus equipamentos.<sup>2</sup> Com a aplicação da Lei 11.631, promulgada em dezembro de 2007, que cria o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob)<sup>3</sup>, o presidente Luiz Inácio Lula

da Silva consolidou uma ambiciosa estrutura de defesa, capaz de atuar diante de uma eventual agressão militar estrangeira e proteger os interesses brasileiros e de seus cidadãos no exterior, amenizando também a sensação de abandono dos militares após a ditadura.<sup>4</sup>

Nesse contexto, entre os dias 13 e 24 de outubro de 2008, o Brasil implantou, ao longo de sua fronteira com o Paraguai, a operação militar "Fronteira Sul II", demonstrando que está em condições de responder a qualquer ofensiva que possa ameaçar seus interesses e os de seus cidadãos. Durante um exercício, os militares brasileiros realizaram manobras com munições reais e treinaram um eventual resgate de reféns, assim como a ocupação de usinas hidrelétricas. Essas manobras incluíram a reação imediata da administração Lugo, que as considerou "uma provocação", principalmente devido às declarações do comandante da operação, general José Elito Carvalho Siqueira à revista *Defensanet*. O militar afirmou que, se Lula ordenasse, ocuparia a represa binacional Itaipu. Disse também que a Operação Fronteira Sul II era uma mensagem ao governo de Lugo, uma amostra de que "os brasileiros estão atentos à situação enfrentada pelos 'brasiguaios', que sofrem com as invasões de terra e com as ameaças de perder suas propriedades legalmente adquiridas".

Em resposta, Lugo advertiu que "nenhum milímetro do território [paraguaio], nem a cultura, nem a soberania, podem ser ameaçados". E completou: "Caso isto venha a ocorrer, a reação paraguaia não se fará esperar". De sua parte, o ministro da Defesa paraguaio, Luis Bareiro Spaini, ins-

tuou o governo brasileiro para que, no futuro, decisões desse tipo fossem tomadas no "âmbito de diálogos multilaterais para uma efetiva integração regional, ampla e participativa", ressaltando que essas operações constituem uma provocação hostil.

Para o analista político paraguaio Víctor Barone, "o interesse brasileiro é geopolítico, levando em conta que muitos de seus cidadãos e investimentos estão no Paraguai". Com efeito, a presença do capital brasileiro no Paraguai é cada dia mais importante e envolve desde o agronegócio, a distribuição de combustíveis (a Petrobras possui quase 45% do volume total do mercado), o setor financeiro (o Interbanco, filial do Unibanco, é o maior banco varejista), a carne (60% dos frigoríficos têm participação do capital brasileiro) até outras esferas menores no ramo da prestação de serviços, como por exemplo, o transporte aéreo.<sup>5</sup> Mas o Brasil justifica suas operações e declarações diplomáticas e militares assinalando que compartilha com o Paraguai uma fronteira de muita capilaridade – 1.300 quilômetros – na qual deve combater tráfico de todo tipo, "desde o contrabando até a captura de animais selvagens e madeiras raras. Essas atividades levantam um grave problema de segurança, criado pela própria região fronteiriça, em especial na Tríplice Fronteira. A insuficiência de controle aéreo do território e a quase ausência do Estado em certas áreas – particularmente nos departamentos de Amambay, Salto del Guairá, San Pedro e Alto Paraná – permitem o desenvolvimento de comércio ilegal relacionado com o mercado internacional da droga"<sup>6</sup> e armas.

As ilegalidades motivam constantes incursões de militares e policiais brasileiros

no território paraguaio, com o pretexto de perseguir delinquentes além de sua fronteira. Isso ocorre, sobretudo, na extensão de 400 quilômetros de divisa difeta, sem rios, que ambos os países compartilham. No entanto, é impossível não notar que a operação Fronteira Sul II se desenvolveu no mês da realização da VIII Conferência de Ministros de Defesa das Américas, em Banff, Canadá, a qual, em sua declaração<sup>7</sup>, manifesta a importância de fortalecer medidas destinadas a fomentar a confiança e a segurança entre os Estados membros.

## PROTESTOS

As demonstrações de força brasileiras ocorrem num momento de recrudescimento dos questionamentos sobre a distribuição da energia produzida por Itaipu, e de protestos dos camponeses paraguaios contra os produtores agrícolas brasileiros que vivem naquele país, chamados de "brasiguaios". Desde a posse de Lugo, o debate sobre a postergada reforma agrária e a renegociação do Tratado de Itaipu – principais promessas eleitorais do novo presidente – se intensificou. Num misto de pressão e apelo ao programa de Lugo, os movimentos camponeses paraguaios iniciaram ocupações e acampamentos em frente aos grandes latifúndios, muitos deles de colonos brasileiros. Em maio de 2008, durante um ato pelo festejo do Dia da Independência Nacional, um desses grupos de camponeses queimou uma bandeira brasileira em San Pedro, para demonstrar seu repúdio à expansão da monocultura de soja capitaneada pelos produtores do país vizinho. Os manifestantes consideram que esse expansionismo provoca a expulsão de camponeses paraguaios para os cinturões de pobreza das cidades. Diante desses acontecimentos, o chanceler brasileiro Celso Amorim pediu ao governo do Paraguai que controlasse os "excessos" contra os "brasiguaios".<sup>8</sup>

Uma semana antes da mobilização das tropas brasileiras na fronteira, Lugo proibiu a venda de terras cultiváveis a estrangeiros – segundo estudo da organização não governamental BaselS, 70% das terras agrícolas paraguaias estão atualmente em mãos de proprietários estrangeiros. O presidente paraguaio anunciou ainda que o Instituto de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert) do país detectara que milhares de hectares de terras, atualmente nas mãos de produtores brasileiros<sup>9</sup>, eram na verdade estatais, e haviam sido vendidos ilegalmente por funcionários da própria instituição e por militares na época de Stroessner.

Calcula-se que haja atualmente no Paraguai em torno de meio milhão de "brasiguaios", quase 10% da população do país. Na prática, isso se reflete em cidades com maioria brasileira que desenvolvem sua própria vida cultural, organiza suas plantações, sua comercialização e realiza programas educativos específicos<sup>10</sup> – situação que gera conflitos culturais e choque direto de interesses com os camponeses nativos.

Mas a relação entre os dois países começou um pouco antes, nos anos 1950, com a reorientação geoestratégica de Stroessner, que buscava então uma menor dependência do Rio da Prata. Essa mudança, apoiada pelo Itamaraty, viabilizou-se com a "marcha para o leste", empreendida pelo Paraguai. Com a construção da Ponte da Amizade, em 1962, a união física fez-se possível. Logo, a relação se estreitou ainda mais com a construção da hidrelétrica binacional Itaipu, criada no contexto de um litígio de limites fronteiriços em Salto del Guairá<sup>1</sup> e frente à crise do petróleo dos anos 1970<sup>2</sup>.

Hoje, a energia da hidrelétrica constitui uma reserva fundamental e alimenta o "polo mais industrializado do Brasil, São Paulo", assina Ricardo Canese, coordenador paraguai da comissão encarregada da renegociação do Tratado de Itaipu. "É por meio do Itamaraty, uma das chancelarias mais respeitadas em todo o mundo, o Brasil impõe sua vontade na região", afirma.

A renegociação do Tratado de Itaipu converteu-se, para o Paraguai, numa causa nacional, e se espera para fevereiro a resposta brasileira, embora o governo Lugo tenha estabelecido 15 de agosto de 2009 como prazo para recorrer a instâncias internacionais que possam mediar a querrela. De qualquer forma, a intenção do Paraguai parece ser solucionar as controvérsias mediante negociação. "Isto não significa que, se este procedimento fracassar, nenhuma das partes possa apelar aos diferentes meios ou procedimentos de solução pacífica dos conflitos ou controvérsias internacionais"<sup>3</sup>, coloca Fernando B. Costantini, assessor de recursos jurídicos do Ministério das Relações Exterio-

res paraguaios. Nas atuais condições, Itaipu é unicamente produtora de energia hidrelétrica, por ainda não ser possível a navegabilidade do rio Paraná mediante eclusas em nível, já que estas não foram construídas, apesar de sua previsão constar do acordo — o que transformou um trecho do rio, que deveria ser internacional, em área eminentemente brasileira.

A cada país cabe o volume de 50% da energia, mas o Paraguai consome somente o correspondente a 5% e cede o restante ao Brasil a preço de custo. O governo de Lugo pretende dispor do excedente para poder vendê-lo a outros países comercializando-o a preço de mercado.

"O tratado de Itaipu pode ser considerado não por ter sido assinado sob as ditaduras militares do Brasil e do Paraguai, em 1973. Caso chegássemos à Corte Internacional de Haia, teríamos muitas vantagens", desafia o advogado Martín Almada<sup>4</sup>. Almada acrescenta que, caso fosse permitido revisar os arquivos da guerra da Tríplice Aliança, localizados no Rio de Janeiro, poder-se-ia lançar uma luz sobre os 623 quilômetros que o Brasil arrebatou do Paraguai, o que comprovaria que Itaipu está inteiramente dentro do território paraguai.

#### TRÍPLICE FRONTEIRA

Outro dos conflitos permanentes entre o Brasil e o Paraguai tem como foco a região da Tríplice Fronteira. Lá, a paraguaiá Ciudad del Este se une, através da Ponte da Amizade, com a cidade brasileira Foz de Iguaçu. Por volta de 1960, Stroessner sustentou o desenvolvimento dessa região do país através da denominada "triangulação econômica",

na realidade um contrabando acobertado pelo Estado. Essa construção financeira fez-se com o intenso apoio do Brasil, cuja política aduaneira de então taxava fortemente os produtos manufaturados estrangeiros. Assim, os importadores paraguaios negociaram com os exportadores brasileiros um acordo para poder introduzir mercadorias para e vindas do Brasil.

Durante toda a década de 1980, esse processo se fortaleceu com a triangulação de produtos importados da China e do Paraguai para o Brasil. Esse modelo começou a mudar quando o Brasil abriu seu mercado e criou as zonas francas. A evidência mais clara desse novo momento foi a intenção demonstrada pelo governo brasileiro de construir um muro com 1,5 km de extensão e três metros de altura, em Foz de Iguaçu, para frear o contrabando. Essas notícias geraram muitas polêmicas entre ambos os países, já que, se as lojas de Ciudad del Este fechassem, a economia paraguai estaria arruinada e milhares de trabalhadores ilegais — em sua maioria brasileiros — perderiam sua fonte de renda. Com a aprovação brasileira do Regime de Tributação Unificada (ou Lei do Sacoleiro), em janeiro de 2009, é possível que os focos de conflito sobre essa barreira comercial sejam apaziguados.

Desde a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)<sup>5</sup>, conflito que acabou com qualquer ambição hegemônica do Paraguai, o Brasil age de forma expansionista sobre o país vizinho. A relação de dependência geopolítica e econômica constituída então é hoje um dos maiores desafios de Lugo, que busca revertê-la com maior autonomia para poder negociar no Mercosul e

projetar, no futuro, uma existência soberana dentro do bloco regional. **E**

\*Gustavo Torres González, enviado especial à Associação, é jornalista.

1. Intervenção do presidente Lugo na conferência do Fórum Global de Economia, Justiça e Direitos: "Estado, Economia e Sociedade", Assunção, 13-08.
2. Carlos Casetto, "Univas", *Le Monde Diplomatique*, vol. Como São Buenos Aires, janeiro de 2009.
3. Cristian García Vera, "La emergencia del Brasil en el teatro militar del Cono Sur", *Seguridad y Defensa en el Cono Sur*, Andina Sur, Argentina, 2004, p. 263.
4. Revista Real Global [www.realglobal.com](http://www.realglobal.com), 11-08.
5. Cristian García Vera, "La emergencia del Brasil en el teatro militar del Cono Sur", in *libel Stangorini*, Seguridad y Defensa en el Cono Sur, Celler Blast Mendoza, 2004, p. 263.
6. Revista electrónica *Delisur*, [www.delisur.com.br](http://www.delisur.com.br).
7. Entrevista a Víctor Barrera, analista político paraguayo, janeiro de 2006.
8. Bernard Labatut, "La situación energética paraguaya en su alfiler del siglo XXI: Democracia, democracia y seguridad", Centro Argentino de Estudios Internacionales, Programa de Integración Regional, Buenos Aires.
9. [www.ans.org/CSH/ingles/ubocemk.asp](http://www.ans.org/CSH/ingles/ubocemk.asp).
10. Alan Laurs Cajiteta, "Tensión por los 'sacoleiros'", Página 12, Buenos Aires, 25/1/08.
11. "Tensión en materia de espionaje", *La Nación*, Assunção, 18-10-08.
12. Julio José Chiavarrini, Stroessner: Retiro de una rebelión, Brasilia, São Paulo, 1980, p. 88.
13. Entrevista a Harib Caballero Campos, profesor e diretor em História da Universidade Nacional de Assunção, janeiro de 2009.
14. Ricardo Canese, "La recuperación de la soberanía: Años de Misericórdia del Paraguay. El embudo del mundo", Assunção, maio de 2008, p. 15.
15. Fernando B. Costantini, "Itaipu y Yaguajay: evidencias políticas internacionales: antecedentes para la Defensa, el Desarrollo y la Seguridad Regional", *Revista del Instituto de Altos Estudios Estratégicos, Ministerio de Defensa de República del Paraguay*, Assunção, Paraguai, 2008, p. 21.
16. Entrevista a Martín Almada, advogado, um dos desobediência do Anquero de Terra, janeiro de 2009.
17. Harib Caballero Campos, *idem*.

## Da Alca à IIRSA

Criada ainda na gestão FHC, a iniciativa desenvolve grandes projetos nas áreas de transporte, energia e comunicações. Cada um de seus eixos tem como objetivo dotar a região de infraestrutura para extrair, em níveis nunca vistos, todo tipo de *commodities*, exportando-as para os mercados consumidores mais ricos

POR CARLOS TAUTZ\*

No final de agosto de 2006, o neoliberalismo parecia inevitável e imbatível. Fernando Henrique Cardoso, então presidente do país, chamou a Brasília os outros 11 mandatários sul-americanos. Entre eles, estavam alguns que mais tarde sairiam "corridos" de seus governos. Como Alberto Fujimori, do Peru, e Fernando de La Rúa, da Argentina. A Bolívia enviou o general-ditador Hugo Bánzer Suárez e a Colômbia, Andrés Pastrana. Ambos estavam afogados em denúncias de corrupção. Do Equador veio Gustavo Noboa, derrubado por um movimento popular sob a acusação de ampla capitulação diante dos interesses dos Estados Unidos. Hugo Chávez, eleito havia apenas dois anos na Venezuela, era pouco conhecido fora de seu país e visto com ceticismo devido à sua tentativa anterior de chegar ao poder através de um golpe militar. Era um *outsider*.

O objetivo de Fernando Henrique era ambicioso. Ele planejava se aproximar política, diplomática e economicamente dos polos dinâmicos da economia capitalista, em detrimento das demais regiões. Para is-

so, convocava os presidentes. Juntos eles lançaram, sob seu comando, a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA), uma ideia desenvolvida no Brasil e consolidada em um trabalho elaborado pelos consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre eles Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce e ex-ministro de assuntos estratégicos. Todos os agentes políticos e econômicos, é sempre bom lembrar, atuavam segundo a lógica do Consenso de Washington, o decálogo que materializava o espírito neoliberal daqueles anos. Também é necessário resgatar que, em 1994, o presidente democrata dos EUA, Bill Clinton, realizou em Miami a Cúpula da América com todos os países da região, sem Cuba, e que n'essa data a liberdade real do comércio foi introduzida na agenda. O republicano George W. Bush, que liderou a Cúpula seguinte, em Quebec (2001), com seu jeito rotineiro manteve a orientação do Estado americano e continuou a ditar o tom para quase todos os governos presentes.

A hegemonia do pensamento neoliberal só veio a ser arranhada recentemente, em

2005 e 2006, por aquele que anos antes partilhara, mas não emitiu sinais de simpatia, da fundação da IIRSA. Justiça seja feita: Chávez, que em 2000 não mostrou pela IIRSA o entusiasmo de outros governantes, há quatro anos ajudou a enterrar a Alca e ainda fez outra manifestação veemente no ano seguinte, quando da instalação da União de Nações do Sul (Unasur), em Cochabamba, Bolívia. O *outsider* ganhava o primeiro plano.

#### RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS

Entretanto, nem ele fizera a análise mais minuciosa da IIRSA numa dimensão central, que começou a ser detectada há cerca de cinco anos pela economista Ana Esther Cecchi, uma das mais importantes intelectuais da atualidade na América Latina. O projeto, diz, é negociar recursos naturais estratégicos.

Professora da Universidade Autónoma do México, coordenadora do Observatório de Geopolítica do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), Ana Esther elaborou o mapa das zonas de influência da presença militar dos EUA na América Latina, e o sobrepôs ao mapa da ocorrência de recur-

sos naturais. Sintomaticamente, percebeu que ambos coincidiam. Isso ajuda a explicar o interesse de agentes econômicos, que só tiveram seus recursos quando conseguem a garantia plena do retorno de seus investimentos e que não contam, para isso, somente com contratos a ser contestados nos tribunais. Querem, também, outras garantias.

É o caso do BID, há décadas prestidivino pelos EUA. O organismo, escolhido para ser a secretaria técnica e angariar a ajuda à IIRSA de outros organismos financeiros regionais, conseguiu o apoio da Corporación Andina de Fomento (CAF) do Banco Mundial e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Há também outra agência fomentadora. Aquela que, desde 2002, vem se transformando na maior delas em termos de recursos, e de onde saem, há 13 anos, os planos de expansão das empresas sediadas no Brasil, as novas transnacionais que mantêm, com os países vizinhos, relações do mesmo tipo que as multinacionais dos países centrais estabelecem conosco. Trata-se do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

## CAPA / IMPERIALISMO BRASILEIRO

Social (BNDES). Historicamente, o principal instrumento do desenvolvimento brasileiro (ao lado da Petrobras), durante o governo Lula, o BNDES incorporou em sua missão o objetivo estratégico de atuar como instituição financeira da integração sul-americana. Seus cofres, de onde em 2009 desaguaram cerca de US\$ 70 bilhões, foram transformados em uma diferença de escala entre a economia brasileira e as demais no continente.

Nesse ambiente, a IIRSA vai-se configurando em enormes projetos nas áreas de transporte, energia e comunicações, orçados em US\$ 608 bilhões. Hoje eles são 506, divididos em 10 eixos de projetos internacionais. Cada eixo tem como objetivo econômico dotar a região de infraestrutura para extrair, em níveis nunca vistos, todo tipo de commodity (com ênfase em energia, grãos, madeiras e minérios) e exportá-la para os ricos mercados compradores da América do Norte, Zona do Euro e Ásia (leia-se, China e Japão).

## OVO DA SERPENTE

Desde sua criação, a IIRSA persegue 10 alvos prioritários, entre os quais o de "dotar a região de conexões físicas" – algo que, de fato, praticamente não existe e que dificulta a ampla circulação de pessoas e mercadorias. Mas, tanto os alvos quanto a carteira de projetos são apenas a parte visível desse mega-empreendimento. Em ambos existem metas distintas que compõem o verdadeiro coração da IIRSA, aquele que, na prática, revela os reais interesses de uma sigla que invoca o simpático e inquestionável sentimento de integração entre as nações do subcontinente.

É precisamente o quinto princípio básico da Iniciativa que esconde o verdadeiro ovo da serpente. Pretende-se, com a IIRSA, "harmonizar políticas, planos e quadros normativos e institucionais entre os Estados" da região, algo que também propõe o até aqui adormecido projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Enquanto a Alca é apenas um acordo diplomático, a IIRSA, com seus projetos, fornece a base física em que se daria a liberdade de fluxo de bens e serviços entre os países. Sem estradas, hidrovias e rebalsamento equânime das legislações nacionais, não há acordo diplomático comercial que consiga se transformar em realidade. Essa, aliás, é uma di-

mensão muito pouco debatida tanto pelos apoiadores da IIRSA, que não desejam vê-la associada à Alca – proposta que foi rejeitada por parcelas expressivas da sociedade continental e brasileira, em especial – quanto pelos opositores do projeto de Área de Livre Comércio. Principalmente os opositores de esquerda fecham os olhos à estratégia IIRSA porque seu silêncio lhes roubaria o argumento moral de terem jogado papel importante numa suposta derrota da Alca.

Entre os projetos escolhidos pelo BID, por meio do Comitê de Direção Executiva da IIRSA, há aqueles que são a verdadeira razão da existência de toda a carteira de obras. Eles são chamados de Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010. Trata-se de uma lista de 31 projetos orçados em US\$ 10,2 bilhões que figuram entre os primeiros a ser desenvolvidos porque abrem o fluxo de liberação de recursos – a maior parte deles públicos – e também estabelecem novos marcos institucionais, principalmente na questão do licenciamento ambiental.

Esse é o caso das polêmicas hidrelétricas que a estatal Furnas e sua aliada preferida, a Odebrecht, assim como outras empresas estatais e privadas, estão construindo no rio Madeira, em Rondônia.

Entre os 18 projetos do Eixo Brasil, Peru, Bolívia, oito estão relacionados ao rio Madeira – da construção das hidrelétricas às esclusas para torná-lo navegável e transformá-lo em um corredor internacional de grãos que seriam plantados em áreas de floresta e no entorno.

Seus orçamentos somam perto de US\$ 10 bilhões e contam com o apoio declarado do BNDES, que não atenta para o fato de que as licenças ambientais para as obras foram concedidas pela presidência do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) contrariando pareceres de técnicos do próprio órgão e que imputam enormes riscos políticos, financeiros, legais, ecológicos e sociais, o que pode atrasar ou até mesmo inviabilizar a conclusão das obras.

O BNDES lidera uma articulação para fornecer perto de 80% dos cerca de US\$ 6 bilhões ao Consórcio Madeira Energia (Furnas, Odebrecht, Cemig, Andrade Góes e o banco espanhol Santander) que está construindo a usina Santo Antônio. O negócio se-

rá fechado sob a perigosa forma de *Project finance*, segundo o qual os tomadores do empréstimo não dão qualquer ativo material ou financeiro como garantia, mas apenas a expectativa da venda futura da energia.

"Há muitas coincidências entre os projetos Avança Brasil, do governo Fernando Henrique Cardoso, e do Plano Plurianual, do governo Lula. Ambos estão conectados a outros similares no exterior, tendo sempre como referencial os 'Eixos de Integração e Desenvolvimento', os ENIDs, dos quais tomou parte Eleizer Batista, explica o historiador paraense Guilherme Carvalho.

## HIDRELÉTRICAS

No livro "A Integração sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA", publicado pela primeira vez em 2004, Carvalho mostra que o Estado brasileiro adotou uma postura de incentivar um tipo de integração física baseada na exploração da bacia amazônica, como estratégia central. De fato, quatro dos 10 eixos de projetos da IIRSA localizam-se nesta região: a começar pelo maior, o complexo hidroaquavivário-elétrico da bacia do rio Madeira. As obras também atingem Bolívia e Peru, países que estão sendo desconsiderados nos efeitos do barramento do rio, o maior contribuinte do Amazonas.

Os projetos que mais tarde se notabilizaram como obras, sob a rubrica IIRSA, começaram a ser planejadas ainda no início dos anos 1990 e foram introduzidas, governo após governo, no rol de projetos que viriam a conformar o modelo econômico nacional. Dos ENIDs ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as obras financiadas pelo poder central, no Brasil, levam a mesma marca. Nesse sentido, é exemplar, outra vez, o caso das usinas do rio Madeira – e o protagonismo que o BNDES assume em viabilizá-las.

Entre agosto e setembro de 2006, durante a campanha reeleitoral de Lula, uma vasta ação política e empresarial envolveu o BNDES, o Ibama, Furnas, a Odebrecht e respeitados professores universitários: firmar um consenso sobre a necessidade de construir, no rio Madeira, em Rondônia, as bilionárias hidrelétricas Jirau e Santo Antônio. Lula reeleito, as usinas foram colocadas no coração do PAC.

Na época, afirmei que "o processo de fa-

bricação do consenso quanto a Jirau e Santo Antônio configurou uma espécie de Operação Madeira, montada para viabilizar política e financeiramente a construção das enormes usinas, perto da fronteira com a Bolívia. Enquanto Lula e Alckmin se digladiavam diante dos holofotes, suas equipes incluíam nos programas de governo de ambos a construção de controversas usinas. Garantiam, assim, a volta da lógica dos grandes projetos à Amazônia".

O BNDES diminuiu o custo do financiamento a projetos de geração e transmissão de energia, e uma tradicional dupla dinâmica do setor elétrico brasileiro, Furnas-Odebrecht, mesmo sem terem vencido qualquer licitação para construir as hidrelétricas, se apresentaram como os responsáveis pelo projeto. Na prática, a Operação Madeira aconteceu desta forma:

1. O Ibama, após meses de questionamentos por parte de ambientalistas, aprovou licenças preliminares para as obras e marcou as audiências públicas para discutir um pré-Estudo de Impacto Ambiental (EIA);

2. O BNDES, único financiador em longo prazo no Brasil para obras de infraestrutura, reduziu suas taxas para projetos de geração e transmissão de energia. Simbolicamente, deixou de fora a área da distribuição de energia, que não está diretamente envolvida no projeto do Madeira;

3. Furnas-Odebrecht tentam angariar na sociedade apoio para a obra. Os defensores de Jirau e Santo Antônio esperam que a disponibilidade de energia naquela região induza ao aparecimento de um grande polo agroindustrial. Tanta eletricidade demandaria a utilização de 30 milhões de hectares em atividades como plantação de soja e criação de gado nas regiões de Rondônia e Mato Grosso – vale dizer que o Ministério do Meio Ambiente considera essas áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira. Outra parte da energia produzida tem destino incerto: seria colocada no sistema interligado de transmissão de eletricidade e levada para outras regiões.

Mas intriga a missão quanto a dois importantes detalhes. Pouco se fala da licitação de concessão dessas linhas, exigida por lei. Nem se coloca no debate os custos de construção. Supõe-se, apenas, que os milhares de quilômetros de linhas de transmissão custariam de 10% a 50% do orçamento das usinas. Sem as linhas, as usinas não têm serventia. Ou seja: os "detalhes" são importantes demais para serem deixados de lado.

Outra possibilidade forte e muito criteriosamente mantida à parte da discussão sobre as usinas, é a criação de um grande lago artificial, uma enorme hidrovía por onde as commodities agrícolas produzidas pelo complexo agroindustrial seriam transportadas até atingir portos marítimos, de onde iriam para grandes importadores de bens primários.

As estratégias econômicas que o país adotou nas últimas décadas – quando vicejaram os conceitos de abertura comercial e desregulamentação financeira, associadas à exploração intensiva da natureza – trouxeram poucos benefícios sociais para o Brasil. Temos exportado minério, grãos, madeiras, álcool, papel e celulose e produtos de minerais não-metálicos em crescentes quantidades, sem que isso se traduza em bem-estar para a maioria da sociedade.

É o momento de debater se esse é o futuro que nos espera. Ou se é o momento de o Brasil iniciar uma ampla tomada de posição em relação à IIRSA, como fez com a Alca. **☉**

\*Carlos Tuzat, jornalista e pesquisador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).



Estrutura erguida em plena floresta amazônica para proteger das chuvas a futura rodovia transcontinental, que ligará a América do Sul de costa a costa

© Mariana Buzi / Reuters

## ANEXO C – Artigos da edição de março

4 Le Monde Diplomatique Brasil MARÇO 2009

MORADIA POPULAR

# As armadilhas do pacote habitacional

Incitar a produção de moradias parece duplamente atraente em um momento de crise econômica: estimula-se a indústria, geram-se empregos e, ao combater a reprodução das favelas e periferias do país, enfrenta-se uma questão candente na sociedade brasileira. Será?

POR RAQUEL ROLNIK E KAZUO NAKANO\*



Um pacote habitacional, ainda em gestação, vem sendo anunciado como um dos elementos-chave da estratégia governamental para impulsionar o crescimento da economia brasileira e enfrentar os efeitos da crise global. Composta de uma série de medidas destinadas a estimular a produção habitacional e manter o desenvolvimento dos setores imobiliários e da construção civil, essa mobilização de investimentos públicos, notadamente em áreas de uso intensivo e disponibilidade rápida de mão-de-obra, tem sido uma das soluções keynesianas clássicas para momentos como este.

Incitar a produção de moradias parece então duplamente atraente: estimula-se a indústria, geram-se empregos e enfrenta-se uma questão candente na sociedade brasileira – a absoluta precariedade que caracteriza a moradia da maior parte da população –, combatendo a reprodução das favelas e periferias do país. Será?

Há algumas armadilhas e falácias nesse pacote habitacional que, pelo menos no que foi avertido publicamente até agora, tem sido alicerçado sobre uma política de ampliação do acesso ao crédito associada a distintas formas de desoneração da indústria da construção, sem conexão com qualquer estratégia urbanística ou fundiária, confundindo política habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção.

A análise crítica sobre a política habitacional brasileira vigente entre as décadas de 1960 e 1980 traz aprendizados importantes que precisam ser levados em conta no debate atual. Desde a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação), o uso dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS) em financiamentos para a produção e comercialização de empreendimentos habitacionais dinamizou o mercado imobiliário de médio e alto padrão nas cidades brasileiras, provocando grande aumento no preço de terrenos. Dos 4,5 milhões de moradias erguidas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) entre 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos. Enfim, por não ser cidade. O crédito imobiliário naquele período jamais alcançou a faixa de renda familiar mensal entre 0 e 3 salários mínimos, que concentrava – e continua concentrando – 90% do déficit habitacional. O resultado foi o aumento da favelização e da autoconstrução em loteamentos precários e irregulares país afora.

Podemos afirmar que algumas das medidas anunciadas (e a ausência de várias outras) nos fazem antever um impacto urbanístico semelhante ao vivido no período do BNH. A proposta atual de utilizar os recursos do FGTS, oriundos dos trabalhadores, em financiamentos para a compra de imóveis de até R\$ 600 mil, alterando o limite atual de R\$ 350 mil, significa assumir, com todas as letras, que a intenção não é implementar uma política habitacional de fato. Famílias cuja renda permite a obtenção de créditos para compra de imóveis com aqueles preços correspondem a somente 0,9% do déficit habitacional brasileiro. Além do mais, essa demanda pode ser perfeitamente atendida com

produtos habitacionais financiados pelos fartos e abundantes recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

Outra das propostas anunciadas aponta para esquemas inovadores de ampliação do acesso ao crédito, já praticados pela Caixa Econômica Federal há alguns anos, tais como o uso do lucro das aplicações financeiras do FGTS para aumentar o subsídio nos financiamentos, entre outros. A evolução do financiamento habitacional mostra, principalmente a partir de 2005, avanços na oferta de recursos para as famílias com rendas mais baixas do que aquelas historicamente atendidas por esses tipos de financiamento. De fato, se examinarmos o balanço dos empréstimos com recursos do FGTS em 2007, um excelente ano para o setor imobiliário e da construção, dos 278 mil contratos realizados nesse período, 61% foram assinados por famílias com renda mensal entre 0 e 3 salários mínimos. Entretanto, metade dos financiamentos obtidos por essas famílias de baixa renda foram para compra de materiais de construção, ou seja, para autoconstrução, feita por eles próprios em loteamentos precários e favelas. Esse montante foi concedido sem qualquer articulação com serviços de assistência técnica que pudessem garantir moradias seguras e de qualidade e tampouco esteve vinculado a projetos de urbanização.

No mesmo ano, o total de contratos de financiamento imobiliário – incluindo o FGTS e o SBPE – foi de 500 mil unidades habitacionais. Graças ao aumento do crédito ocorrido desde 2005, verificou-se, em 2007 – pela primeira vez na nossa história –, diminuição do déficit habitacional, que de 7,9 milhões de unidades passou a 7,2 milhões. Contudo, mais uma vez é preciso perscrutar a matemá-

tica. De fato, houve aumento do número de domicílios maior do que o do número de famílias. Porém, apenas 10% das 500 mil operações de crédito imobiliário foram construções novas produzidas no mercado formal para as famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos (90% do déficit), ao passo que 50% dessas novas casas e apartamentos foram para aquelas com renda superior a cinco salários mínimos mensais (3,8% do déficit). Assistimos ao resultado disso nas grandes cidades brasileiras: o adensamento nas favelas e periferias e a sobreoferta de unidades habitacionais para a demanda de renda média que permanecem “enclausuradas”, com grandes possibilidades de engrossar o número de casas e apartamentos vazios, que hoje já é quase igual ao déficit habitacional do país – 6,7 milhões de unidades. Paradoxo? Não.

Tradicionalmente, a política habitacional brasileira baseou-se na oferta de subsídios e créditos individualizados para a obtenção da propriedade privada. Entretanto, as necessidades habitacionais da população de baixíssima renda não são atendidas desse modo. É preciso aproveitar melhor, nos imóveis públicos, a aplicação da concessão de uso especial para fins de moradia e avançar em outros regimes de propriedade imobiliária, como as propriedades cooperativas existentes no Uruguai. Além disso, é necessário aperfeiçoar as modalidades de programas de moradia e considerar a oferta de serviços, como aluguel subsidiado, largamente utilizado em cidades americanas e países europeus, e a assistência técnica articulada com recursos para a promoção habitacional por autogestão ou para a compra de materiais de construção, entre outros. Outra opção possível é a criação de modalidades de



financiamento habitacional que não se restringem à construção de novas unidades em glebas e terrenos não edificados, mas incorporem as possibilidades de reciclagem e reabilitação de edifícios existentes localizados em espaços urbanos consolidados, em especial no centro das cidades, e que podem ser aproveitados para moradias populares.

#### SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O modo de produção de moradias populares para além dos limites da cidade tem consequências graves que acabam prejudicando a todos. Além de encarecer a extensão das infraestruturas urbanas, que precisam alcançar locais cada vez mais distantes, o afastamento entre os locais de trabalho, os equipamentos urbanos e as áreas de moradia aprofundam as segregações socioespaciais e encarecem os custos da mobilidade urbana. As longas viagens diárias entre a residência e os locais de trabalho ou de ensino congestionam as vias e os transportes coletivos, prejudicando a qualidade de vida coletiva. Ademais, o predomínio das opções sobre pneus – especialmente os automóveis que usam combustíveis fósseis e emitem gás carbônico – contribui para a poluição do ar, o aquecimento global e as mudanças climáticas, cujos efeitos já estão afetando milhões de pessoas no mundo inteiro.

O padrão periférico e precário de localização das moradias populares pode se reproduzir, em larga escala, nas cidades brasileiras, caso não articulemos uma grande oferta de financiamento imobiliário e promoções públicas habitacionais com estratégias eficientes de acesso a terras adequadas, inseridas na cidade e integradas aos benefícios da vida urbana. Por outro lado, políticas e pro-

gramas de produção de cidade, tais como grandes investimentos em transporte público de massa e condições de urbanidade *ex ante*, são fundamentais para não transformarmos o “sonho da casa própria” em pesadelo de municípios caóticos e insustentáveis.

Já vimos esse filme no passado recente e conhecemos suas consequências funestas. A boa notícia é que hoje é possível e viável lançar não um pacote imobiliário, mas um pacote de desenvolvimento urbano estruturado sobre uma verdadeira política habitacional. Do ponto de vista legal, o Estatuto da Cidade, a Lei 11.124/2004, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e a recente Lei da Assistência Técnica permitem avançar significativamente em outras direções.

Desde 2001, ano em que foi aprovado o Estatuto da Cidade, o Brasil possui uma estratégia inovadora de regulação territorial e ampliação do acesso à terra urbanizada, em especial para a promoção de moradias populares. A aplicação de alguns instrumentos previstos nessa lei incide nos preços das terras urbanas, como as zonas especiais de interesse social demarcadas em glebas e terrenos desocupados, que, ademais, podem estar sujeitos a edificação, utilização e parcelamento compulsório, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública. Combinados, esses instrumentos podem reduzir o preço dessas glebas e terrenos, que se colocam como um dos itens mais caros na composição de custos de empreendimentos habitacionais para os grupos de baixa renda.

Essa observação é importante porque, quando se discute a redução dos custos de

produção desse tipo de empreendimento a fim de adequá-los à capacidade de aquisição daqueles grupos, considera-se somente a desoneração por meio de um Regime Especial de Tributação (RET) ou dos insumos da construção. E o insumo principal – a terra urbana – não é levado em conta em nenhum momento dentre as medidas propostas, ainda que a maioria dos municípios com mais de 20 mil habitantes tenha incluído instrumentos do Estatuto da Cidade em seus Planos Diretores já aprovados. Por meio de imenso esforço nacional de órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, junto com representantes de diversas instituições públicas e privadas e segmentos da sociedade civil, mais de 90% dos municípios obrigados a realizar seus planos diretores cumpriram com suas obrigações. Porém, para ser implementada, uma política pública requer incentivos. Qual é a força desses Planos Diretores e seus instrumentos se a política de financiamento do desenvolvimento urbano ignora solenemente sua existência?

No momento em que se discute a destinação de grandes montantes de recursos para financiar a produção e comercialização de moradias populares, em que se tem a proposta inédita de um Plano Nacional de Habitação, com metas e vários instrumentos articulados entre si, é preciso aproveitar os esforços e avanços nacionais para fortalecer a capacidade de planejamento e gestão territorial nos municípios, de modo a viabilizar a produção habitacional para a população com renda de até três salários mínimos em áreas inseridas nas cidades, com urbanidade e condições para o desenvolvimento social.

A Lei do SNHIS/FNHIS, originária de um dos primeiros PLs de iniciativa popular que

tramitou 13 anos no Congresso, estabelece a articulação entre fundos, planos e conselhos habitacionais nas três instâncias da federação. É importantíssimo que todos os recursos habitacionais dessas instâncias sejam utilizados no SNHIS, em articulação com as estratégias urbanas definidas pelo Estatuto da Cidade. A oferta de financiamentos imobiliários com recursos públicos não pode se restringir à produção e comercialização de um número “x” de unidades habitacionais e à criação de um número “y” de postos de trabalho no setor da construção civil. Em que pese a importância desses postos para a classe trabalhadora e para a economia do país, os cálculos não devem ser meramente econômicos e quantitativos. Construir moradias é produzir cidades. É essencial discutir os impactos dos empreendimentos imobiliários nas condições de vida, na instituição ou destinação de direitos sociais, no ordenamento territorial e no funcionamento das cidades. No Brasil, as cidades são marcadas por profundas expressões de desigualdades e exclusões socioterritoriais, e o principal sentido dos processos de produção de moradias é engendrar cidades e urbanidades para garantir o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas. Estamos diante de uma bela oportunidade. Não vamos cair nas armadilhas sedutoras dos números: 1 milhão de moradias? Sim, mas onde, como e para quem? ●

**Raquel Rolnik** é arquiteta urbanista, professora doutora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), reitora internacional do Direito à Moradia de Organizações das Nações Unidas (ONU). **Kazuo Nakano** é arquiteto urbanista, técnico do Instituto Pólis, doutorando do Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO) da Universidade de Campinas (Unicamp).

## ENTREVISTA

# Wall Street e o direito à cidade

Em entrevista exclusiva, o geógrafo David Harvey comenta o impacto que a crise global terá nas cidades e aponta soluções voltadas para o bem-estar comum. "Este é um momento em que podemos realmente parar e dizer: 'devemos remodelar a cidade de forma diferente, para o conjunto da população'"

POR ISABEL GINTERS PINHEIRO, KAZUO NAKANO, NELSON SAULE JR., PAULA FREIRE SANTORO, PAULO S. ROMERO E VANESSA MARX\*



Wall Street, Nova York: para David Harvey, "o prefeito Bloomberg transformou a cidade num centro financeiro internacional competitivo e num playground para a burguesia internacional"

**P**ara David Harvey, considerado um dos precursores do materialismo histórico-geográfico no mundo, não é possível solucionar os problemas urbanos e garantir o direito à cidade para toda a população se não garantirmos a participação direta dos cidadãos e cidadãs nos processos de produção e reconstrução das cidades que devem estar voltadas para o bem-estar das pessoas e não para o atendimento dos interesses do capital.

Em mais de uma hora de entrevista, acompanhamos com atenção sua fala serena e clara, pontuada por ironias agudas dirigidas às injustiças e contradições encobertas pelas cortinas de fumaça das ideologias dominantes. Entre outras atividades, o geógrafo veio ao Brasil para a conferência de abertura do seminário sobre as lutas pelo direito à cidade, realizado durante o último Fórum Social Mundial, em Belém (PA).

Harvey, professor na City University of New York (CUNY), é bastante conhecido pelas suas análises políticas, econômicas e culturais sobre as cidades e os processos sociais contemporâneos. Em seus trabalhos como *Justiça Social nas Cidades* (1973), *A Condição Pós-Moderna* (1989), *O Novo Impe-*

*rialismo* (2003) ou *Neoliberalismo* (2008) são analisados os conflitos urbanos relacionados com os processos de formação e acumulação do capital.

**DIPLOMATIQUE** – Como você vê o neoliberalismo após a crise global?

**DAVID HARVEY** – Ao longo da história, nos momentos de crises vemos surgir um novo capitalismo. Vivenciamos isso na crise dos anos 1970, um ponto de inflexão importante que fez nascer o neoliberalismo, a financeirização, bem como um notável aumento da desigualdade social. E hoje estamos novamente num desses momentos. Se atentarmos para as respostas que estão sendo propostas em Washington e em Londres, vemos que se deve preservar primeiramente as instituições financeiras, ficando o povo em segundo lugar, e com a função de pagar a conta! Mas esse foi justamente o grande mote, em outras palavras, da revolução neoliberal dos anos 1970. Vivemos de fato um programa de ajuste estrutural em escala global que vem sendo administrado não pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas sim pelo mercado. Dizíamos que, de fato, os Esta-

dos Unidos deveriam ser monitorados por um organismo do tipo do FMI, mas os Estados Unidos são o FMI e eles não vão se auto-monitorar. Portanto, não creio que este seja o fim desse tipo de liberalismo ou neoliberalismo. Acredito que há um profundo empenho em salvar as instituições financeiras e as pessoas que as administram tanto quanto possível. E o povo terá que pagar a conta. Acho que a dificuldade neste preciso momento está na maneira como legitimar tal processo. Nos anos 1970, bastava entoar o cântico "o mercado livre se encarregará de fazer todos os ajustes". Agora nos encaminhamos para uma crise de legitimidade na qual a população não necessariamente vai aceitar o que lhe estão impingindo, em especial nos Estados Unidos. Creio que nos próximos dois ou três anos haverá uma considerável dificuldade política nos centros do capitalismo para legitimar o que estão tentando levar adiante.

**DIPLOMATIQUE** – Qual impacto essa crise global causará nas cidades?

**HARVEY** – Outro dia alguém fez uma estimativa e concluiu que houve cerca de 370

crises financeiras no mundo desde 1970. Entre 1945 e 1976, ocorreram ao redor de 60 crises financeiras. Portanto, o período neoliberal é marcado por muitas crises financeiras. E por crise eu entendo "ajuste estrutural". Como suas origens se vinculam ao contexto urbano, a crise atual tem de ser encarada como uma crise urbana. Nos Estados Unidos deveríamos parar de discutir sobre algo chamado crise hipotecária ou do *subprime* – as hipotecas de risco – para discutir a crise urbana, que tem como base um superaquecimento do mercado imobiliário americano e começou quando, em 2000, os ricos deixaram de investir em atividades produtivas para se dedicar à especulação, dilapidando ativos patrimoniais, particularmente ações e propriedades.

Na Suécia, em 1992, após uma crise originária de uma excessiva especulação nos mercados imobiliários, as instituições financeiras quebraram e os suecos tiveram que nacionalizar os bancos. Já o *boom* japonês encerrou-se por volta de 1990 no mercado imobiliário e o mercado imobiliário quebrou. Nos Estados Unidos, temos crises das instituições de poupança e crédito que custam aos cofres públicos cerca de US\$ 200 bi-

lhões. E é interessante lembrar o que dizia o presidente das corporações de seguros federais aos banqueiros americanos em 1987: "se não acertarmos as coisas, teremos que nacionalizar os bancos nos Estados Unidos". Essa afirmação é de 1987.

Não sei quantas dessas 370 crises estão relacionadas com os mercados imobiliários, mas suponho que pelo menos a metade delas tem algum componente de investimento excessivo no mercado imobiliário. Ou seja, uma das coisas às quais devemos estar atentos é a relação entre urbanização, capital financeiro e formação de crises. Nos Estados Unidos, acho que podemos de fato considerar esta como uma situação geral, uma vez que desde 1970 temos vivido o que chamamos de arrocho salarial, com o salário real permanecendo estacionário. Ao mesmo tempo, os financiadores emprestaram dinheiro para os incorporadores imobiliários para a construção de condomínios. Assim, a grande questão era: como as pessoas, cuja renda não está aumentando, pagam por esses imóveis? Bem, os financiadores diziam às pessoas que viviam sob esse arrocho salarial: "Contraíam dívidas!". Logo, as despesas com moradia nos Estados Unidos aumentaram em cerca de três vezes, ao passo que os salários permaneceram congelados. O descompasso entre os dois cresceu continuamente. E, em certo sentido, o capital financeiro pôde atuar no cenário urbano tanto fornecendo moradias quanto estimulando demanda por elas, por meio de suas táticas de financiamento. Porém, é claro que seu interesse maior residia na construção de casas de alto padrão e não em oferecer moradia à população de baixa renda.

**"Os financiadores diziam às pessoas que viviam sob arrocho salarial: 'contraíam dívidas'. Logo, as despesas com moradia nos Estados Unidos aumentaram três vezes"**

Assim, da forma como vejo, a estrutura da crise financeira nos Estados Unidos é notadamente urbana no que diz respeito a suas origens. E é justamente essa relação que eu considero importante analisar. Um dos resultados da crise é que cerca de 3 milhões de pessoas perderam suas casas nos Estados Unidos no último ano. Provavelmente, antes que esse processo termine, entre 6 e 10 milhões de pessoas estarão na mesma situação. Se observarmos onde isso aconteceu, a onda inicial de inadimplências ocorreu em duas áreas específicas: uma delas, as velhas cidades dos Estados Unidos, como Cleveland, Baltimore e Detroit; a outra coincide com a distribuição da população negra. Na realidade, tivemos o que podemos chamar de um Katrina financeiro, que atingiu todas as cidades, simplesmente varrendo do mapa os bairros pobres em municípios como Cleveland e Baltimore. Em Cleveland ocorre uma sobreposição perfeita entre os bairros ocupados por afro-americanos e os lugares onde estão o maior número de pessoas que estão perdendo suas casas por causa das execuções hipotecárias. Foi a maior perda já registrada na história do negro americano de baixa renda.

Em seguida, se você visitar a Flórida, a Califórnia ou o Arizona, verá novas moradias de pessoas de baixa renda construídas na periferia de cidades como Tucson e Los Angeles e notará uma população diferente.

Eu imagino que os brancos de baixa renda não queriam residir no centro, próximos aos imigrantes, e acharam que poderiam obter hipotecas de risco e viver nos subúrbios. Na sequência, os preços da gasolina sofreram grandes aumentos nos EUA e, de repente, eles começaram a ter problemas para lidar com os gastos de combustível e com a hipoteca. Ocorreu então essa grande onda de inadimplência nos subúrbios do que chamamos *suburbia* - literalmente, "cidades do cinturão do sol", localizadas no sul do país e que recebem esse nome devido ao clima tórrido - com um padrão bem diferente do de Cleveland. Tudo isso só ressalta a realidade desse boom da construção financiada pelos bancos. Todos se prejudicaram nesse processo.

Não vemos essa discussão aparecer com muita frequência nos meios de comunicação americanos nem mesmo nos meios acadêmicos. Assim, uma das minhas missões é a de tentar enfatizar, em outras palavras, a dinâmica urbana subjacente à crise e foi por isso que eu escrevi o ensaio "O direito à cidade", que toca justamente nesse ponto.

**DIPLOMATIQUE** - Por que você acha que o conceito "direito à cidade" é estratégico? Você visualiza alguma oportunidade de, com a crise, fazer valer esse direito?

**HARVEY** - Eu acredito que há muitas oportunidades para dar o troco. Agora mesmo nos Estados Unidos - em parte, como efeito da eleição de Barack Obama - muitas pessoas estão querendo que surja algo novo. Em nível municipal, acho que uma ótima oportunidade de contestação seria um movimento antinadimplência e antidespejo. Já houve indícios disso em cidades como Boston, onde algumas pessoas se organizaram.

Mas eu acho que isso tem que vir acompanhado de uma reforma no financiamento imobiliário. E, nesse aspecto, o Congresso não fez nada para deter as inadimplências. O presidente Obama promete tentar fazer algo nesse sentido, mas não creio que isso seja alguma medida decisiva. Na minha opinião, deveria ser criado um novo tipo de banco que se chamaria "Banco de Reconstrução Urbana", que atuaria para reconstruir áreas de baixa renda em cidades como Cleveland e fixar a população, estabilizando sua situação. Porém, até a esquerda está se furtando ao debate uma vez que nos Estados Unidos, discutir esse assunto evoca um problema de ordem ideológica: ninguém confia no governo. O que Bush fez foi mostrar um Estado incompetente acerca de questões como a furacão Katrina. Por que confiar num governo desses? É muito difícil, no âmbito popular, sustentar que se pode ter uma instituição governamental muito eficiente para estabilizar o problema urbano. Ao mesmo tempo, os impostos prediais nas áreas urbanas estão despencando e muitos municípios podem simplesmente quebrar, tendo que reduzir custos com saneamento, demitindo funcionários etc. O que se vê é uma diminuição dos serviços urbanos no exato momento em que eles deveriam ser incrementados.

**DIPLOMATIQUE** - O que a expressão "direito à cidade" significa para você?

**HARVEY** - Para mim, é muito importante afirmar que "direito à cidade" não é simplesmente um direito de acesso ao que existe. É um direito de participar da construção e da reconstrução do tecido urbano, de formas mais coerentes com as necessidades da massa da população. Por exemplo, em Nova York tivemos uma administração muito



© Paula Santoro

**"Os pobres já não podem viver em Manhattan. Estão desapropriando as pessoas porque querem a terra e querem que as pessoas sumam do centro das cidades"**

progressista e eficiente, mas que transformou a cidade num paraíso para a burguesia e as pessoas de baixa renda não conseguem mais viver ali. Portanto, não se trata de acesso, mas sim de remodelamento da cidade. Trata-se do direito de alterar a cidade, de transformá-la a partir de um novo modelo. O prefeito Bloomberg transformou com êxito a cidade de Nova York num centro financeiro internacional competitivo e num playground para a burguesia internacional. Foi um projeto coroado de sucessos. No entanto, agora vivemos a quebra financeira e muitas dificuldades estão em nosso horizonte. Este é um momento em que podemos realmente parar e dizer: "devemos remodelar a cidade de forma diferente, para o conjunto da população".

**DIPLOMATIQUE** - Você acha possível utilizar esse conceito como uma plataforma política de um movimento social global nas cidades?

**HARVEY** - Bem, eu gostaria de ver isso como uma plataforma política, mas o que eu realmente quero é enfatizar mais incisivamente a relação entre a dinâmica da urbanização e a acumulação de capital. Não poderemos solucionar o problema com o "direito à cidade" para o conjunto da população sem realmente nos confrontarmos com essa questão central. O capitalismo cresce. Historicamente, desde 1750, ele vem crescendo cerca de 3% ao ano. E eu vi um cálculo interessante em relação à questão ambiental. Por volta de 1750, a geração total de bens e serviços no cenário capitalista atingia cerca de US\$ 135 bilhões, no capitalismo global. Em 1950, o total alcançava US\$ 4 trilhões. Em 2000, a cifra elevou-se a US\$ 40 trilhões. Na nossa época, é difícil fazer uma avaliação, mas, se não tivesse ocorrido o crash, chegaríamos a cerca de US\$ 50 trilhões, que, provavelmente, se duplicariam nos próximos 25 anos. Onde investir tamanha massa de dinheiro?

Hoje, em Nova York, há um imponente edifício do Bank of America que está vazio. Sugiro, por exemplo, que se faça uma manifestação na porta desse prédio e se declare que aquilo é, de fato, propriedade pública, que deveria ser transformada num grande abrigo para os sem-teto da cidade.

Os pobres já não podem viver em Manhattan. O resultado é que eles têm de morar muito, muito longe do centro. Temos que lutar contra os processos que geram esse tipo de transformação do espaço urbano. De um lado, temos a cidade vista a partir da perspectiva das pessoas, a partir das ruas. Do outro, as cidades vistas da perspectiva das suas construções, de seus prédios. Estão desapropriando as pessoas porque querem a terra e querem que as pessoas sumam do centro das cidades.

**DIPLOMATIQUE** - Você acha que teremos uma nova agenda após esse colapso financeiro? Quais seriam as suas características?

**HARVEY** - Eu espero que haja uma nova agenda. Mas a pergunta é: qual? Como afirmo, estamos inseridos numa crise de legitimidade e esse é um processo que demanda tempo. Se olarmos para o crash da bolsa de 1929, vemos que houve sérias implicações políticas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha por volta de 1932. Assim, levou três anos para que as pessoas comessem a se manifestar. O que eu quero é que nos concentremos no controle sobre os excedentes: quem produz os excedentes, como são produzidos, por quê, como são distribuídos? E para que isso ocorra, é necessária uma reconstrução radical do modo de funcionamento do aparato estatal. Não sei como é no Brasil, mas em muitos países os governos estão intimamente ligados aos interesses financeiros. Eu costumo brincar que temos nos Estados Unidos um partido político que é o Partido de Wall Street. E ele está tão imbricado no Partido Democrata quanto no Partido Republicano. Temos é que confrontar esse fato. Não se trata de dizer que Wall Street se opõe à reforma. Na realidade, a própria Wall Street desejaria que ocorra uma reforma reguladora. Porém, é preciso atentar para a tese da chamada "incorporação reguladora", em que as corporações desenharam um aparato regulador para atender suas conveniências. Desde o início do século passado, vários aparatos reguladores desenvolvidos pelos governos foram incorporados pelas corporações. Dessa forma, os aparatos fizeram aquilo que as corporações determinavam. Há muitas provas de que todos os grupos reguladores na esfera federal a partir de 1990 foram totalmente capturados pelos interesses de Wall Street. E o que é exasperador a respeito da equipe econômica de Obama é que, na verdade, são as mesmas pessoas. Eles não são radicalmente diferentes. Portanto, eles criariam o arcabouço regulador que Wall Street deseja ver incorporado. ☐

**Isabel Quintas Pinheiro** é advogada de equipe técnica do Instituto Pólis. **Kazuo Nakano** é arquiteto urbanista da equipe técnica do Instituto Pólis; doutorando no Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO) da UNICAMP. **Nelson Saulo Jr.** é advogado da equipe técnica do Instituto Pólis, professor doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do Conselho Nacional das Cidades. **Paula Freire Santoro** é arquiteta urbanista da equipe técnica do Instituto Pólis e doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP) e Mestranda do Instituto Pólis. **Paulo Romello** é advogado do Instituto Pólis e mestrando em direito urbanístico e ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). **Vanesa Marx** é advogada da equipe técnica do Instituto Pólis e doutora em ciência política pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB).

## ANEXO D – Artigos da edição de abril

4 Le Monde Diplomatique Brasil ABRIL 2009

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos

Na crise financeira atual, a figura central do "pobre" aparece em toda a sua potência. Temos agora uma multiplicidade de sujeitos – trabalhadores dos serviços e usuários, estudantes, imigrantes e desempregados – com diversas formas de luta: greves, manifestações, piquetes nas estradas, levantes quase insurrecionais e redes de produção

POR GIUSEPPE COCCO\*

**S**e houvesse um momento mais importante que outros para pensar politicamente as dinâmicas, impactos e importância dos movimentos sociais, o ano de 2009 não poderia ser mais adequado.

Essa pertinência conjuntural é aquela da crise do capitalismo financeiro. Os trilhões de dólares despejados (nos Estados Unidos e no mundo todo) em diversos planos de socorro destinados a evitar a falência do sistema mundial do crédito e o desmoronamento geral da atividade econômica global, não respondem a nenhum modelo de política econômica e ainda menos a algum projeto de sociedade. O horizonte dos possíveis está aberto e indeterminado. Muito vai depender do que a práxis dos movimentos e das lutas sociais será capaz de constituir.

Ao mesmo tempo, quando pensamos os movimentos sociais contemporâneos, deparamos logo com sua dispersão. O dinamismo e a centralidade incontornável dos movimentos sociais se fazem acompanhar, hoje, de uma série de enigmas teóricos e políticos. Quando e como as lutas dispersas do dia-a-dia convergem em uma grande onda irresistível capaz de uma transformação radical, uma mudança de época, algo que de outra vez chamávamos "revolução"? Para avançar precisamos pensar os movimentos contemporâneos à luz do último grande ciclo de lutas capaz de fechar uma época e abrir o horizonte dos possíveis: o movimento de 1968.

## O ASSALTO CONTRA A SOCIEDADE DISCIPLINAR

O movimento de 1968 se caracterizou pelo encontro entre as lutas dos operários industriais contra a alienação das tarefas repetitivas e a recusa dos estudantes de reproduzir socialmente esse mesmo sistema baseado na hierarquização do trabalho entre execução manual e concepção intelectual.

Na ocupação das faculdades, nas barricadas, na generalização da greve operária, novíssimas formas de vida se expressavam com ironia e deboche, ou seja, pela inversão dos papéis e dos valores, pela mesma experimentação festiva e alegre dos carnavais populares.

A novidade de 1968 foi também não ser o fato de uma figura de "classe" hegemônica e, sim, juntar num mesmo potente ciclo uma multiplicidade de singularidades: estudan-

tes, jovens, operários, mulheres etc. Todos esses movimentos convergiam em uma única grande revolta contra todos os muros da sociedade disciplinar, fosse ela abertamente patriarcal, como no caso das relações de gênero ou entre as gerações, ou fabril, como nas relações tayloristas de trabalho, nas usinas francesas ou nos estaleiros da Polônia.

No movimento de 1968 havia os germes de um novo tipo de lutas, afirmativas e potentes: o enfrentamento dessa ordem (disciplinar) funcionava, para além do espaço fabril, como um poderoso dispositivo de unificação.

A ideologia neoliberal que se tornou hegemônica no final dos anos 1970 visava capturar e desviar exatamente os valores libertários que vinham do movimento de 1968. A crítica ao trabalho disciplinar de tipo fabril e à subordinação do consumo à produção padronizada foi revertida, por um lado, na difusão social da produção e, pelo outro, na articulação da valorização dentro do próprio processo de circulação. O trabalho se tornou cada vez mais flexível (quer dizer, articulado para dentro e para fora das relações formais de emprego) e os trabalhadores precarizados: em uma produção sistematicamente terceirizada e deslocalizada.

Essas transformações não tinham como objetivo a mera restauração da disciplina industrial abalada pelas lutas de 1968, mas a reorganização da exploração pela passagem a outro tipo de acumulação. O capital passou a explorar outro tipo de trabalho.

No cerne dessa exploração temos, pois, o conhecimento, os afetos, a linguagem, quer dizer, a vida como um todo, bem nos moldes da telefonia móvel que explora nossas relações sociais, colocando um celular no bolso de todo o mundo: desempregado ou empregado que seja. Daí as privatizações dos serviços públicos: a distribuição de água, luz, moradia, educação, estradas e evidentemente, a telefonia. Daí o embate para o controle privado dos direitos autorais e das patentes. Mas, se toda a nossa vida é posta para trabalhar, apenas continua a ser reconhecido (e remunerado) como produtivo aquele tempo de trabalho – cada vez mais escasso e precário – que coincide com o emprego formal.

A acumulação se tornou, assim, exploração parasitária do tempo de trabalho excedente e, sobretudo, das "excedências" de vida: significações, conhecimento, cultura.

O Capital é um Biocapital, – paradoxalmente – inclusivo e, por isso, global. Não é mais preciso "incluir" o pobre excluído no trabalho assalariado formal para explorá-lo, pois todo o mundo é mobilizado em sua diversidade (cultural) e fragmentação (social), em qualquer lugar que se encontre.

## A CRISE FINANCEIRA DO BIOCAPITAL

Temos aqui toda a dimensão da crise financeira. A poupança da coletividade (em particular dos Fundos de Pensão) foi mobilizada para financiar os gastos públicos. Isso determinou: (1) a privatização da criação monetária; (2) a transformação dos direitos (dos serviços públicos) em mercadorias às quais os pobres terão acesso por meio do crédito; (3) enfim, a implementação de uma nova tecnologia de poder.

O direito se torna um débito, e o crédito aparece como solução ilusória do inevitável descompasso entre precarização do trabalhador e um trabalho cuja qualidade depende do acesso aos serviços de educação, saúde, moradia, telefonia, transporte. Isto é, as redes cada vez mais vastas e abrangentes de *welfare*.

Como "poupança", o trabalhador cuja poupança é investida – por seu Fundo de Pensão – em obrigações e ações atrelará às pressões para que o retorno dessas aplicações seja o maior possível. Como trabalhador, ele será vítima dessas pressões sobre suas condições de trabalho e remuneração. Uma esquizofrenia que se desdobra, fragmentando a composição social do trabalho, na medida em que os empregados dos setores "protegidos" da grande indústria ou da administração pública, por um lado, têm condições de financiar os gastos sociais (comprando obrigações) e, pelo outro, terão interesse cada vez maior em normalizar a vida dos pobres que precisam do *welfare*.

Temos aqui os elementos para entender as bases eleitorais do populismo neoliberal e, ao mesmo tempo, o declínio do movimento sindical e dos tradicionais partidos de esquerda. Um declínio tão mais violento quanto sua obstinação em organizar unicamente os interesses do trabalho industrial.

O Biocapital deve necessariamente assumir como já dadas as dimensões produtivas da vida. Assim, seus lucros não são injustos só porque reduzem o trabalho a fator de produção (como era o caso no regime indus-

trial), mas porque o principal fator produtivo é uma cooperação social que precede a relação de capital. Por isso, no novo regime de acumulação, os preços do pulso do telefone celular ou da assinatura da TV a cabo, bem como as tarifas de água, luz, gás, moradia, transportes ou o *copyright* dos *softwares* são politicamente determinados.

Assim, o Biocapital está preso a uma nova e violentíssima contradição: aquela na qual se encontram as concessionárias privadas de serviços públicos no Brasil. Elas devem pressupor (e não mais determinar) a cooperação produtiva entre redes técnicas de distribuição e redes sociais. Se nas favelas não se paga e se multiplicam os "gatos", não há como "demitir" as famílias e os moradores, nem como "cortar" os serviços. O Biocapital não emprega os pobres senão de maneira precária (pois os inclui mantendo-os excluídos), mas também não tem como demiti-los! A crise do *subprime* foi uma tentativa de resolver esse descompasso, atribuindo aos pobres um poder de compra que não tinham para adquirir sua própria moradia e espalhando o risco subsequente em todo o sistema bancário.

## AS LUTAS DOS POBRES E O "FAZER MULTIDÃO"

Na crise, o Biocapital está nu. A figura central do "pobre" aparece em toda a sua potência. Precisamos apreender a centralidade produtiva da figura do "pobre" no horizonte político desenhado pelas suas lutas.

Com efeito, o capitalismo global e financeiro mobiliza a sociedade por fora e para além da relação salarial. Trata-se, como dissemos, de um regime inclusivo, pois ninguém e nenhum lugar ficam de fora. O Biocapital, por um lado, precariza sistematicamente o emprego (quer dizer, reduz suas formas de proteção) e o descola de qualquer forma de integração social e, pelo outro, mobiliza os excluídos enquanto tais, enquanto pobres: informais, precários, de-



sempregados, imigrantes estrangeiros, ilegais, jovens, índios, negros, mulheres. A telefonia móvel é o paradigma desse regime de acumulação que investe a vida como um todo. A difusão das relações de crédito e débito constitui sua tecnologia de poder: o Biocapital explora nossas relações sociais vitais e nos governa pela modulação infinita de inclusão e exclusão que nos reduz a fragmentos (individuais) que competem entre si no mercado.

Diante disso, as principais lutas dos últimos 15 anos aparecem sob nova luz. Nelas reconhecemos uma nova composição social dos movimentos: a greve metropolitana contra a privatização dos transportes na França (em 1995); a guerra da água em Cochabamba (em 2002); os movimentos endêmicos dos secundaristas das maiores cidades brasileiras em defesa do passe livre nos transportes coletivos; o movimento do *copy-left* em prol da socialização do conhecimento. As lutas dos imigrantes ilegais nos Esta-

dos Unidos ou na França; as organizações dos piqueteros argentinos; a insurreição das periferias francesas; as ocupações dos trabalhadores sem-terra no Brasil; as reivindicações dos povos indígenas e do movimento negro e quilombola. Temos uma multiplicidade de sujeitos: trabalhadores dos serviços e usuários; estudantes; moradores; imigrantes; desempregados; jovens de origem estrangeira. Por sua vez, também as formas de luta são múltiplas: greves, manifestações, piquetes nas estradas, levantes quase insurrecionais e redes de produção.

Ora, a multiplicidade não é um obstáculo para que esses movimentos organizem sua autonomia e encontrem algumas convergências de novo tipo. Lembremos as grandes mobilizações mundiais para reivindicar nova governança global: foi o caso em Seattle e Gênova; assim como nas oceânicas manifestações contra a segunda guerra do Iraque.

As várias edições do Fórum Social Mundial continuam sendo o teatro desse debate. Ao mesmo tempo, é na América do Sul que esse conjunto de lutas de novo tipo conseguiu definir um terreno de inovação constituinte que atravessa quase todos os seus governos progressistas, embora não se resolva

neles. É o devir-indígena da Bolívia e do Equador, a defesa da mudança "bolivariana" pelas multidões metropolitanas de Caracas, o reconhecimento das organizações *piqueteras* argentinas e, enfim, o devir-pobre que qualifica, para além da sua moderação e ambiguidade, as políticas públicas dos governos Lula: desde as de distribuição de renda até as de acesso dos pobres e dos negros ao ensino superior, passando pela demarcação das reservas indígenas e as políticas culturais radicalmente democráticas.

A especificidade sul-americana está na centralidade da figura do pobre! Se o Biocapital subordina os pobres como tais, as lutas dos pobres se transmutam. Eles não precisam mais entrar na armadilha da reivindicação de um emprego, nem na procura de sua homologação nacional. Em suas lutas, os pobres são muitos e podem continuar a sê-lo de maneira ainda mais rica, não apenas porque são numerosos, mas porque são diferentes e essa diferença é a riqueza dos pobres. Mais uma vez se manifesta sua mobilização produtiva sem aquela homogeneização fabril que o emprego assalariado determina, o que lhes permite afirmar suas diferenças: é o caso da luta dos negros por políticas afirmativas e dos indígenas pelo reconhecimento de suas terras, dos favelados pelo reconhecimento de seu trabalho de autoconstrução do espaço urbano.

Enfim, tudo isso indica um devir-pobre da política, isto é, uma política da multidão: um devir-negro, mulher, indígena que desdobra a multiplicidade dos movimentos no âmbito da cultura e do conhecimento, dan-

do a cidadania às cosmologias ameríndias bem como aos sincretismos afro-americanos que permitem romper com a modernidade capitalista e a relação instrumental que ela determina entre homem e natureza.

Essa política da multidão não poderá afirmar-se sem amadurecer em termos de um projeto capaz de se constituir, dentro da crise global do Biocapital, em uma alternativa radical. Na multiplicidade das figuras e das lutas de um trabalho que corresponde aos próprios modos de vida podemos aprender uma multidão produtiva e radicalmente democrática, quer dizer – como diz Negri –, um conjunto de singularidades que cooperam entre si se mantendo como tais.

Mas, a multidão não é uma condição sociológica e, ainda menos, o resultado do determinismo das tecnologias de redes. Sem o "fazer multidão", o que temos é o governo biopolítico dos fragmentos dentro da modulação infinita das relações de inclusão e exclusão.

A crise nos obriga a enfrentar esse desafio e, ao mesmo tempo, nos revela uma perspectiva política: aquela da alternativa ao mercado e ao Estado que, nos planos de socorro ao sistema financeiro, se revelam como as duas faces de uma mesma dinâmica da exploração. A alternativa é aquela indicada pelas próprias lutas: a defesa e a constituição de uma nova propriedade (da terra, dos serviços, da moradia, do conhecimento) e de uma nova distribuição da renda (uma renda universal de cidadania que reconheça a dimensão produtiva da vida como um todo), algo que chamamos de comum, a base comum da cooperação das singularidades.

A constituição do comum é o horizonte de luta pela afirmação da riqueza dos pobres, diante da pobreza dos ricos e seus bancos quebrados. Essa riqueza é potência de significação, afirmação de uma poética da vida, o "fazer multidão" contra o prosaísmo insensato do neoliberalismo e de sua socialização antissocial. ☉

\*Giuseppe Cocco é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é autor, entre outros, de GLOBAL - Biopolis e luta em uma América Latina globalizada (Record, 2005), escrito em conjunto com Antonio Negri.



## POVOS ORIGINÁRIOS

# Caminhar olhando para trás

No amplo espectro de transformações políticas na região sul-americana, o processo boliviano tem as características mais avançadas de uma mudança estrutural profunda. A partir da luta antiestatal os movimentos sociais e indígenas passaram a pensar formas de governo e de autodeterminação social, chegando a um novo projeto de país

POR OSCAR VEGA CAMACHO\*

Estes tempos de crise e incerteza em todos os âmbitos da vida em sociedade terminaram derubando os estados de euforia pós-modernista e os comportamentos cínicos que caracterizaram aquele tom triunfalista neoliberal que, globalmente, foi homogêneo nas últimas décadas.

A América do Sul protagonizou as maiores lutas sociais, como o levante zapatista, o sem-terra, o "caracaço" venezuelano, a guerra da água de Cochabamba, o movimento indígena do Equador, os piqueteiros na Argentina e a guerra do gás em El Alto, por exemplo. E, conseqüentemente, as mudanças de direção nos governos da região ou, como podemos denominar, a emergência sul-americana com Chávez, Lula, Evo e, por que não, os presidentes eleitos recentemente.

Neste amplo espectro de mudanças políticas na região sul-americana, o processo boliviano tem a singularidade e as características que foram descritas como as mais avançadas em relação a iniciativas políticas, e profundas quando falamos em mudanças estruturais. E, mesmo assim, talvez seja uma das histórias nacionais mais fragmentadas e interrompidas. Não devemos esquecer que a Bolívia foi, entre as décadas de 80 e 90 – depois do fracasso do reinício da abertura política com uma ampla frente democrática (UDP) e a quebra da economia com uma hiperinflação de 13.000% – o espaço

predileto das iniciativas dos ajustes estruturais neoliberais. Essa capacidade hegemônica neoliberal não teria ocorrido se ela não se mostrasse como a superação dos regimes ditatoriais, como se esse fosse o preço da democracia, o custo da estabilidade institucional e o controle da inflação monetária.

Mas, como escreve Luis Tapia, "em boa parte, a ideia de nação boliviana no país foi articulada por setores subalternos do modo de produção capitalista – a classe trabalhadora e núcleos intermediários". Continua: "A nação boliviana é algo que se desenvolveu a partir de importantes núcleos subalternos no âmbito das relações modernas e capitalistas no país, que em princípio pensaram que era possível articular uma base mais real e substancial de soberania local em torno de processos de nacionalização sob modalidades ainda capitalistas".<sup>1</sup>

O processo boliviano, desde o surgimento e o protagonismo dos movimentos sociais e indígenas, a partir de 2000, quebrou definitivamente o ciclo das lutas de resistência e iniciativas antiestatais abrindo um novo ciclo de disputa pela transformação do Estado, modificando a construção de suas demandas e a capacidade de seus repertórios de ação. De uma luta antiestatal, começou a pensar nas formas de governo e autodeterminação social através de um processo constituinte da sociedade e um novo projeto de país, isto é, a partir da explosão da subversão indígena.<sup>2</sup>

O paradoxo do processo boliviano é que as iniciativas de democratização da sociedade e a transformação do Estado surgem e se alimentam de matrizes políticas muito além do Estado-nação e que correspondem a formas de organização comunitárias e projetos civilizatórios alheios à mercantilização do vivente e da vida. Por isso, pode-se afirmar que é um caminhar olhando para trás, pensado a partir da memória larga das culturas e a trajetória percorrida de uma história de desastres e destruições, e que novamente está em crise, em uma crise global e, talvez, civilizatória. Portanto, esta é uma oportunidade de repensar e reconstruir a vida em sociedade.

## A FORÇA DOS MOVIMENTOS

Não é possível perceber o potencial da força dos movimentos sociais e indígenas se não partimos da mudança de perspectiva da relação de crença e dominação, de comando e obediência, de autoridade e legitimidade. Ou, para colocar em outros termos, do poder plebeu para subverter a cadeia de comando, a afirmação indígena para deslocar a condição colonial, a produção do núcleo comum para emancipar as condições cidadãs e propor as bases pós-estatais do *suma qamaña*, que expressa o bem viver indígena.

Inquestionavelmente, a contundência da entrada na cena política sul-americana do protagonismo do movimento indígena modificou os marcos e esquemas do políti-

co, até mesmo do que se entende por política. Se não se percebe que está em jogo um profundo deslocamento das formas de conhecimento, dos modos de aprender, transmitir e interagir, dificilmente se poderá entender a busca de vocabulários e a urgência de horizontes para avançar em uma construção harmônica, solidária, recíproca e digna da vida.

A alavanca da mudança de perspectiva e do deslocamento do conhecimento se articulou na mobilização social, na ação coletiva do mal-estar, do protesto e da exigência de solução perante os poderes estabelecidos, conseguindo evidenciar as debilidades e ausências do sistema estatal, em um primeiro momento. E, posteriormente, a partir da capacidade de revelar a profunda crise de Estado que trazia a visão nacionalista modernizadora – na qual a hegemonia neoliberal somente colocava remendos temporários e, além disso, propiciava lucros enormes – foi criada a oportunidade para a construção coletiva de um novo projeto estatal.

A demanda que uniu as lutas sociais e indígenas na Bolívia é uma inoêda de duas caras, não se entende uma sem a outra: a nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocatória à Assembleia Constituinte. Ambas respondem a diferentes necessidades a ser resolvidas, mas têm a mesma finalidade de um novo projeto estatal. Por um lado, uma mudança do modelo econômico do Estado, que modifica a forma de inserção no sistema



econômico internacional. Por outro lado, uma nova Constituição que recoloca os princípios e estruturas do Estado e, conseqüentemente, a relação entre Estado e sociedade. Ambas exigem tarefas e condições diferentes, mas devem ser realizadas de modo, se não simultâneo, ao menos sincrônico e em concordância para acompanhar e fortalecer as condições de possibilidade da produção do comum a partir de um horizonte de bem viver.

#### A PROJEÇÃO DOS MOVIMENTOS

Para atender as demandas dos movimentos sociais e indígenas foi se impondo a necessidade de uma mudança de correlação das forças políticas e dos poderes estabelecidos. O que vai ocorrendo com a crescente dinâmica de rupturas e emergência de novos atores, situações e linguagens novas na vida social que permitiram uma acelerada mudança das formas e condições políticas até culminar, nas eleições presidenciais de dezembro de 2005, com o contudente triunfo de Evo Morales.

A eleição do primeiro presidente indígena da Bolívia é parte substancial da mudança de correlação de forças no país e, conseqüentemente, na geopolítica regional do continente.

A urgência de cumprir com o mandato das exigências dos movimentos sociais e indígenas – e encaminhar uma agenda do processo de transformações estruturais do país – será proporcional ao endurecimento da oposição e à resistência dos grupos e setores tradicionalmente dominantes. Os chamados à desobediência ao novo governo, as campanhas midiáticas de desinformação e incerteza, as contínuas ações de violência e agressão física, a nudez do comportamento e da linguagem racista, novamente levaram a um intenso momento de antagonismo social, ao imediatismo da luta de classes.

Mas, desta vez, os lugares se invertem. Os poderes e aparatos estatais se enfrentam com uma oposição que luta para conservar os privilégios de casta e classe que antes se realizavam com a utilização do Estado. Ao encaminhar as condições de sua transformação, o Estado enfrenta as resistências, o temor e o perigo que essas medidas representam para as elites.

O autodenominado governo dos movimentos sociais e indígenas terá de transitar por um caminho espiral e labiríntico de escaramuças e campanhas contra a oposição para cumprir seu mandato. Por isso, uma avaliação de mais de três anos de gestão deve partir do conflito antagonismo social da realização das tarefas principais: nacionalização e nova Constituição. Ambas realizadas, mas em espera de seu cumprimento e aplicação, o que implica colocar condições, contornos, e criar instituições inéditas para a cultura política e administrativa do país. Sem descuidar nem subestimar as possíveis estratégias da oposição para desbaratar ou, ao menos, entorpecer o processo de mudança.

Mas antes é conveniente tentar pensar o que pode ser um governo dos movimentos sociais e indígenas. Para alguns pode ser um contrassenso, porque os movimentos não são governo e tampouco o governo pode operar com eles. Para outros, é a evidência da usurpação e/ou instrumentalização da liderança dos movimentos.

As duas posturas assumem plenamente uma visão meramente antiestatal, o ogro filantrópico ou o temido Leviatã, que nos previne e ensina sobre os sistemas de dominação, mas que pode ser cego às formas de transformação e emancipação que a própria condição da luta proporciona.

Sabemos que o poder e a resistência são estratégias e lógicas divergentes. Não se trata de inverter as posições nem de criar novas, mas de mudar o poder, praticar outro modo de pensar, ser e fazer, transformar as condições de produção da vida e do vivente.

O governo é, em nossos regimes presidencialistas, a cabeça mais visível e, talvez, também, o maior comando de decisão no âmbito do Estado. Por isso mesmo, a conquista eleitoral desses espaços foi decisiva para comprometer e aprofundar as estratégias de transformação estatal e estender os laços para uma unidade sul-americana.

O governo dos movimentos pode estar nomeando pessoas em condições de garantir sustentação e legitimidade ao que entende como autoridade e âmbito de decisão política. E assumindo como mandato do Estado tarefas que se construíram coletivamente através das lutas para viabilizar as condições de uma transição constitucional e um novo projeto societário. O papel e a responsabilidade do governo é fazer cumprir esse mandato e seu desempenho se medirá proporcionalmente à sua capacidade e eficácia em realizá-lo.

As mesmas condições de produção da vida e do vivente, em nossos regimes presidencialistas, a cabeça mais visível e, talvez, também, o maior comando de decisão no âmbito do Estado. Por isso mesmo, a conquista eleitoral desses espaços foi decisiva para comprometer e aprofundar as estratégias de transformação estatal e estender os laços para uma unidade sul-americana.

#### ALTERNATIVAS DOS MOVIMENTOS

A lição dos povos e nações indígenas é não tentar realizar as tarefas nacionais a partir de uma perspectiva capitalista com revolução nacional, mas sustentar um projeto pluralista para construir um núcleo comum que possibilite uma alternativa ao sistema capitalista.

A resposta não está em sair do capitalismo, não há lugar fora do sistema dominante, mas em encontrar resquícios e potenciais para transformá-lo globalmente. A interpegação é ao sistema em sua totalidade e, portanto, a luta se dá em seu interior e explora seu potencial subversivo incubado.

A Constituição Política do Estado da Bolívia<sup>1</sup> promulgada algumas poucas semanas atrás e considerada como uma vitória dos movimentos, inicia o processo pós-constituinte e dá origem a um Estado plurinacional que, por si, exige perspectivas de longo alcance e prazo. Ela coloca de entrada, em seus artigos de disposição transitória, calendários e novas leis que abrem divergências e confrontos, não só com os setores opostos ao processo de mudança, mas também internamente, nas organizações sociais e indígenas que sustentam o atual governo.

Esse é um indicio do caráter altamente conflitivo e de tensionamento que terá o processo em marcha; não é possível subestimá-lo e muito menos negá-lo, porque deve ser através de mecanismos de deliberação e consenso social que terão sustentação e legitimidade as decisões e ações governamentais. Ainda mais, nestes tempos de imaginação social, para criar as instituições e leis de acordo com a realidade.

Da mesma maneira, é preciso observar que o processo de elaboração da nova Constituição e os pactos políticos que tiveram de ser produzidos para viabilizar a consulta aos cidadãos e, em caso de aceitação, sua promulgação, foi um caminho difícil e labiríntico entre instâncias e poderes.

Não é casual que os alinhamentos mais sólidos para a transformação estatal tenham surgido a partir da articulação histórica do movimento indígena boliviano, o Pacto da Unidade<sup>2</sup>, que funcionou como o núcleo do debate na Assembleia Constituinte. Para viabilizar a consulta do novo texto, este precisou ser submetido a revisão, modificações e aprovação do Parlamento vigente. É claro que se defendeu o caráter dos princípios e a estrutura do Estado plurinacional, mas ocorreram mudanças e adições que deixaram vulnerável a capacidade transformadora do Estado.

Esses dramáticos caminhos nos mostram os potenciais e os limites do processo social boliviano e a importância da vigilância e participação das organizações em cada passo. Porque uma vez promulgada a nova Constituição – cenário e marco necessário para a transformação –, em sua aplicação se abre um amplo leque de interpretações e interesses, se desenha o novo terreno de con-

fronto e disputa. Sem participação e deliberação social, dificilmente o processo poderá continuar e sustentar-se.

Os sinais dados pelo governo ao apresentar uma lei transitória de Regime Eleitoral sem um prévio consenso das organizações, justificando-se pela urgência e a legitimidade da lei, demonstram a fragilidade e precariedade de uma estratégia política pós-constituinte. Essa situação se repetiu na discutida e insuficiente conformação de um Conselho Nacional de Autonomias – que deveria ser Plurinacional – para tratar da Lei Marco de Autonomias.

A situação se complica ainda mais com a atual crise que sofre o partido do governo, MAS-IPSP, à luz do escândalo de acusação de corrupção de um de seus principais fundadores e dirigentes, em seu desempenho como presidente da empresa estatal de hidrocarbonetos, a YPF. O golpe que essa denúncia significou para o governo, para o partido, e para a empresa estatal estratégica do país, não pode passar despercebido, muito menos quando a oposição já explora o caso midiaticamente. Mas o silêncio, o desconcerto e o desalento que ocasiona deve abrir caminho a uma oportunidade – talvez única – de profunda reconsideração e reconfiguração das estratégias políticas, tanto do governo e do partido, quanto das organizações, nesta nova fase do processo com uma nova Constituição.

Caminhar olhando para trás é não dar as costas ao caminho e à memória acumulada, mesmo quando não nos identificamos e muito menos queiramos repeti-lo; é assumir com todas as suas consequências a força do movimento e a urgência de construir o comum.

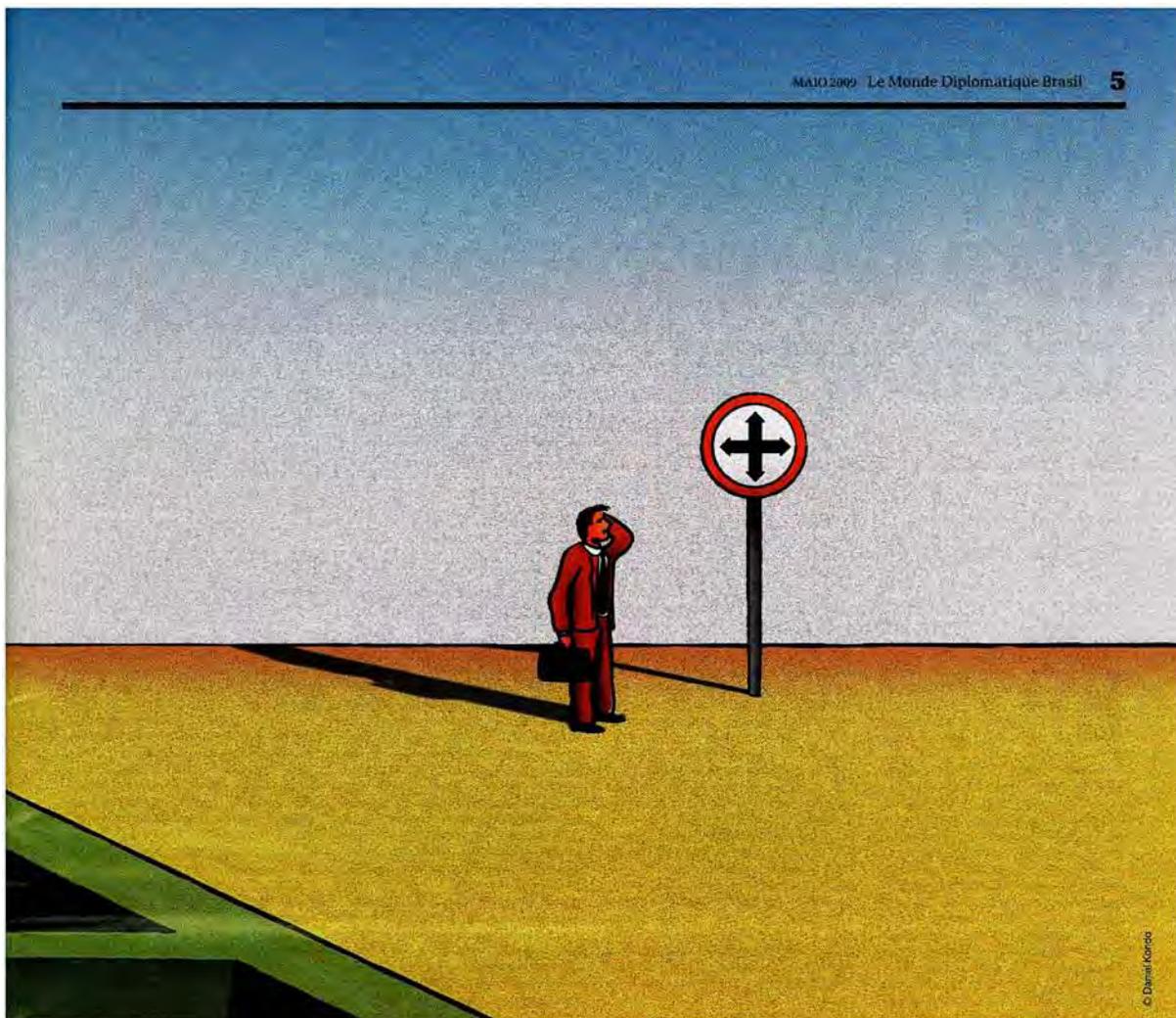
O potencial pluralista e coletivo do projeto de Estado plurinacional é a bússola para reconstruir a vida em sociedade e para cuidar da harmonia com a vida. ☉

<sup>1</sup> Oscar Vega Camacho é membro do Grupo Cominas. Foi colaborador da Representação Presidencial para a Assembleia Constituinte da Bolívia (REPAC). Publicou diversos ensaios políticos e tem uma coluna no jornal estatal *Cambio*.

1. Uma reflexão sobre la idea de un estado plurinacional. La Paz, Entico S.P.A., 2008. Págs. 48 e 61.
2. Raúl Pachá. *Sustentación Indígena. La Paz, Mundo del Ombú/CLACSO/Cominas, 2008.*
3. Ver: [http://abz.bo/abz/boavnc\\_340\\_240/avnc\\_00e.pdf](http://abz.bo/abz/boavnc_340_240/avnc_00e.pdf)
4. Informações disponíveis em: <http://files.lanivelap.org/pipmail/cv-12005-Abril/000075.html>



## ANEXO E – Artigos da edição de maio



é de esperar grande coisa; não há nos registros dos últimos 50 anos, com prêmios Nobel e tudo, nenhum aporte importante sobre o sistema capitalista e, muito menos, sobre suas moedas. Os desenvolvimentos mais premiados referem-se sempre a técnicas dos processos financeiros. Do lado marxista, fora a contribuição de Chesnais, também há um grande vazio. Não sabemos, até hoje, qual a necessidade que o capitalismo tem da especulação financeira: ficamos sempre na condenação moral, mas esta não é suficiente. Um dos problemas centrais da deficiência teórica é que faltam os sujeitos da história, para dizer em jargão marxista.

O documento preparado pela *Commission of Experts*, nomeada pela Organização das Nações Unidas, e publicado em 19 de março, lista uma série de medidas que, mesmo sem serem platitudes, repetem muito do que já se disse sobre a crise e de como sair dela. Ao lado, como sempre, de reafirmar as virtudes do sistema de livre empresa e de um comércio internacional sem protecionismo, tentação que está na esquina desta crise. Mas não há nenhuma alusão, por leve que seja, à instabilidade intrínseca do sistema, às suas tendências à crise, ao arripio de lorde Keynes que, mesmo sendo aristocrata, ouso contrariar seus pares e, ao contrário da louvação, como bom probabilista, apontou que o siste-

ma que repousa em bilhões de decisões privadas tem um componente de instabilidade e de irracionalidade global não desprezível. O que a teoria de sua época, como a agora dominante, tratou sempre como "desvios". Ninguém foi nomeado para fazer a revolução do capitalismo, mas basta de conformismo e bom mocismo teórico.

Entre nós, a gabolice brasileira expressada pelo governo não tem muito a ver com a realidade que se desenrolará daqui por diante: o Brasil foi chamado a aportar dinheiro porque dele será a responsabilidade de dar socorro aos países da América do Sul que estão, mais ou menos, na sua "área de influência". É a consequência da tremenda disparidade de poder econômico entre o Brasil e o que a imprensa e o próprio governo brasileiro gostam de chamar de "parceiros". Afinal, quem tem 15% do PIB da Bolívia, como a Petrobras, ganha não apenas os bônus, mas os ônus desse subimperialismo.

Há que reconhecer que o governo brasileiro está na direção certa em matéria de emprego e de não se assustar regredindo a uma política hooveriana de corte dos gastos: o anunciado programa nacional de habitação, se posto realmente em ação, é o melhor remédio anticrise; mas, depressa, que a corda *lá* apertando no pescoço.

O sistema terá de ser muito refeito; não totalmente, porque não se trata de uma revolução, mas da confirmação de uma mu-

dança estrutural cujo espelho financeiro ainda não refletia a mudança real. Portanto, mais espaço para China e Índia, e esta última deveria ganhar lugar até no Conselho de Segurança da ONU, não fosse o provável veto chinês. Essa confirmação dirá que o eixo dominante agora é Pequim-Nova Délhi-Washington, com Bruxelas em papel secundário, mas importante. Chega até para o Brasil, nos termos já definidos acima.

#### PAZ ARMADA

Na verdade, a crise não vai dar lugar a um novo sistema monetário e financeiro internacional, senão que a algumas reformas parciais. E o acordo entre países, com o Brasil comparecendo, não é sequer um novo Bretton Woods: é de uma paz armada que se trata. Lembra mais alta, com o estabelecimento de "zonas de influência".

Quem diria que os EUA nacionalizariam, isto é, estatizariam financiadoras de hipotecas, a principal seguradora mundial e alguns dos bancos mais importantes, como já o fizeram a Alemanha e a Inglaterra? Está chegando a hora das grandes empresas, e a GM já está pedindo água com urgência. Mas não se trata de socialismo, como a mídia conservadora está alardeando: é outro ciclo de intensa socialização, tão comum no capitalismo. É a nova versão da cavalaria norte-americana abrindo o Oeste às grandes ferrovias e "limpando" o território dos seus

antigos proprietários, os que nossos filmes favoritos chamavam de "peles vermelhas". É a nova versão do Estado do Bem-Estar, em que os fundos públicos alavancam – oh, horrorosa palavra, Machado de Assis que me perdoe – a produção do valor.

Vai faltar o troco: se toda a história do capitalismo, muito ao contrário da lenda do "mercado livre", é a história da formação do capital pela violência da moeda – obrigado, outra vez, André Orléans e Robert Boyer – e pela violência da usurpação *sans ambages*, o Estado do Bem-Estar foi uma construção possível pela força dos sindicatos e dos partidos de base operária, que reduziu a desigualdade aos níveis mais decentes que o capitalismo experimentou. O ciclo neoliberal fez explodir novamente as desigualdades, e a força dos elementos "socialistas no útero" foi pro espaço. É preciso inventar novas fórmulas mediante as quais a gigantesca dinheirama para salvar o sistema se converta, mesmo que parcialmente, no seu contrário: na diminuição do poder impune do dinheiro. ☉

\*Francisco de Oliveira é professor emérito da FFLCH-USP, membro do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania; ex-presidente do Cebrap (1993-1995). Publicou, entre outros: *Crítica à razão dualista/O omissivo* (Boitempo, 2003), *Classes e identidade de classe na Bahia* (Persaou Abramo, 2003), *A nova da Revolução/Elogio para uma re/ligião* (Boitempo, 2008).

## CAPA / RETOMADA ECONÔMICA

# Hora de redirecionar os recursos

Tentar restabelecer o sistema, irrigando-o com grande volume de verbas públicas não tem muito sentido. Não se trata mais de assegurar apenas que a intermediação financeira funcione, mas que a ajuda flua para onde é necessária, para o bem da humanidade e do planeta

POR LADISLAU DOWBOR\*

**E**m poucas palavras: trata-se de aproveitar a crise financeira global para redirecionar as capacidades financeiras em função dos desafios reais do planeta, que são o drama ambiental e a desigualdade.

Exemplo prático, que é mencionado por uma das propostas mais interessantes, o *Global Green New Deal* das Nações Unidas: a Coreia do Sul montou um programa de US\$ 36 bilhões, destinado a projetos que reduzem as emissões de gases de efeito estufa, por meio de transporte coletivo e outras iniciativas. O projeto cria 960 mil empregos, o que gera impacto social positivo pelo emprego e pela renda. Outro impacto positivo é que essa renda gera consumo e, portanto, tende a dinamizar a economia, enquanto a demanda dos equipamentos correspondentes dinamiza o setor de bens de investimento. Assim, temos simultaneamente o impacto ambiental desejado, o avanço social e os efeitos anticíclicos que reduzem os impactos da crise.

Falta alguma coisa? Sim, falta ver por que o governo da Coreia, manejando recursos da população, pode decidir a sua utilização inteligente, enquanto o setor privado, ao se apropriar dos recursos que também são da população, vai brincar no cassino financeiro internacional.

O cerne do problema está no que em economia chamamos de alocação racional de recursos, e nos mecanismos que presidem essa alocação. Há problemas no governo e há problemas no setor privado, mas o essencial é entender o objetivo, que é a aplicação final dos recursos para que o *Homo*, curiosamente chamado de *sapiens*, viva um pouco melhor, com razoável equilíbrio no acesso ao bem-estar e, de preferência, sem destruir o planeta.

O desajuste global entre uma economia que se transforma e uma governança ainda ancorada na visão do faroeste econômico herdada do século passado, se materializa nas duas principais tragédias estruturais que temos de enfrentar: a ambiental e a social.

O gráfico 1 (*página ao lado*) constitui um resumo de macro-tendências, no período histórico de 1750 até a atualidade. As escalas tiveram de ser compatibilizadas, e algumas das linhas representam processos para os quais temos apenas cifras mais recentes. Mas, no conjunto, o gráfico permite juntar áreas tradicionalmente estudadas separadamente, como demografia, clima, produção de carros, consumo de papel, apropriação da água, liquidação da vida nos mares e

outros. A sinergia do processo torna-se óbvia, como se torna óbvia a dimensão dos desafios ambientais: o planeta simplesmente não aguenta o atual vale-tudo econômico.

Quanto à dimensão da desigualdade no planeta, a melhor representação é a "taça de champagne" apresentada no gráfico 2 (*página ao lado*). A concentração de renda no planeta está atingindo níveis absolutamente obscenos.

A imagem da taça de champagne é extremamente expressiva, pois mostra quem toma que parte do conteúdo, e em geral as pessoas não têm consciência da profundidade do drama. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. Em 1960, os 20% mais ricos se apropriavam de 70 vezes a renda dos 20% mais pobres, em 1989 são 140 vezes. Os dados mais recentes da ONU (2005) mostram apenas agravamento. A concentração de renda é absolutamente escandalosa, e nos obriga a encarar de frente tanto o problema ético da injustiça e do drama de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como contribuindo de forma mais ampla com a sua capacidade produtiva.

Sobra dizer que, mesmo sem crise financeira, nenhum desses quesitos era atendido. Não se trata de um bom sistema que por alguma razão entrou em crise. Era, e continua sendo, um sistema burro em termos de objetivos, que além do mais foi pessimamente gerido e entrou em crise. A derrapada de um sistema que nos empurra para impasses planetários não é necessariamente negativa. Nesse sentido, quando se fala na reformulação ou transformação do sistema, trata-se de atender a um triplo objetivo: dinamizar as atividades econômicas numa visão anticíclica, reformular o paradigma energético-produtivo para resgatar um mínimo de controle ambiental, e assegurar de maneira mais justa o pão cotidiano de cada cidadão. E isso exige recursos.

## O PAPEL ESTRATÉGICO DO ESTADO

É fundamental entender que a alocação de recursos é feita por intermediários, seja governo, bancos, seguradoras, fundos de pensão, planos de saúde, ou os gigantes planetários que chamamos de investidores institucionais. Toda essa gente recolhe recursos sob diversas justificativas. E a alocação se dará segundo interesses extremamente diversificados.

O governo os aloca segundo um orçamento discutido no Parlamento e aprovado por lei. E tem mais: o governo tem de assegurar a captação dos recursos que vai investir. A política fiscal (Fazenda) e a aplicação (Planejamento) têm de estar casadas na peça orçamentária. No conjunto do planeta, os governos são os maiores gestores de recursos, e quanto mais rico o país, maior é a participação do governo nessa mediação.

A tabela abaixo é interessante, pois mostra que, inversamente, quanto mais pobre o país, mais fraca é a base financeira pública: nos países de baixa renda, a parte do PIB que cabe ao governo central é de 17,7%, elevando-se numa progressão regular à medida que chegamos aos países de alta renda.<sup>3</sup> Os países ricos também falam mal do governo, é um esporte predileto da mídia, que curiosamente nunca acha problemas no setor privado, que banca a sua publicidade. Mas não deixam de expandi-lo, até mesmo nos Estados Unidos.

Países de:	Governo central, porcentagem do PIB, início anos 2000
Baixa renda	17,7
Renda média baixa	21,4
Renda média alta	26,9
Alta renda	31,9

Note-se que se trata, na tabela acima, apenas dos gastos do governo central, os gastos públicos totais são bem mais amplos. Há uma década, os gastos do governo americano eram de 34,3% do PIB, comparados com 48,2% na zona europeia, uma distância de 14 pontos; em 2010, o gasto americano esperado é de 39,9% do PIB comparado com 47,1%, uma distância de menos de oito pontos percentuais.<sup>4</sup> Lembremos que a cifra equivalente no Brasil é de 36%. Na Suécia, que ninguém vai acusar de ser mal gerida, é de 66%. E são cifras anteriores à intervenção do Estado para salvar os bancos.

Seja qual for a política adotada, portanto, é essencial assegurar a qualidade da alocação de recursos por parte do maior ator, o governo.

Essa correlação rigorosa entre nível de prosperidade do país e participação do setor público não é misteriosa, nem vem de uma

conspiração estadista que tanto assusta Yves Gandra Martins: simplesmente o mundo está mudando.

Antigamente, éramos populações rurais dispersas, e as famílias resolviam muito dos seus problemas individualmente, como a água no poço e o lixo no mato. Na cidade generalizam-se os investimentos sociais, pois precisamos de redes de água e esgoto, de guias e sarjetas, de redes escolares, de sistemas de segurança, destino final de resíduos sólidos e assim por diante, evidentemente assegurados com forte presença do setor público.

Há que levar em conta, igualmente, nessa presença crescente em todo o planeta do setor público, a mudança da composição inter-setorial das nossas atividades.

Há poucas décadas, o que chamávamos de atividades produtivas eram essencialmente atividades industriais, agrícolas e comerciais. Hoje, passam a ocupar a linha de frente as políticas sociais. Vale lembrar que o maior setor econômico dos Estados Unidos não é a indústria bélica, nem a automobilística, mas a saúde, com 16% do PIB e crescendo. No Brasil, somando a população estudantil, os professores e gestores da área educacional, estamos falando de 60 milhões de pessoas, quase um terço da população do país.

As políticas sociais estão se tornando um fator poderoso de reestruturação social, pelo seu caráter capilar (a saúde tem de chegar a cada pessoa) e a sua intensidade em mão-de-obra. São áreas nas quais, com a exceção dos nichos de alta renda, o setor público tem prioridade evidente, frequentemente articulado com organizações da sociedade civil.

Um terceiro eixo de transformação social é a evolução para a sociedade do conhecimento. Hoje, quase todas as atividades envolvem uma forte incorporação de tecnologia, de conhecimentos dos mais variados tipos, do essencial do valor de que temos chamado de "intangível" ou "imaterial".

Quando o essencial do valor de um produto está no conhecimento incorporado, temos de repensar as formas de organização correspondentes. O avanço científico-tecnológico pode se tornar visível no produto que compramos, e a empresa fabricante se apresentará como "inventora", mas na base está um amplo processo social que envolve pesquisas dos mais diferentes setores, a generalização do acesso à educação, e os sistemas de difusão de informações que elevam a densidade de conhecimento no conjunto

da sociedade, com fortíssima participação de recursos públicos em todos os níveis.

A tendência natural é do conhecimento se tornar bem público (*creative commons*), pela facilidade de disseminação que as tecnologias modernas permitem, e pela compreensão que gradualmente penetra na sociedade de que o conhecimento se multiplica melhor quando se compartilha.

Estes são os *megatrends*, as macro-tendências que transformam a sociedade, e que exigem de nós sistemas de gestão muito mais diversificados, descentralizados e flexíveis. Estamos evoluindo para a sociedade em rede, para sistemas densamente interativos e colaborativos. Alianças e parcerias entre diversos segmentos sociais, envolvendo áreas tanto públicas como privadas, nos diversos níveis de organização territorial, estão se generalizando.

A urbanização leva a uma ampliação acelerada das dinâmicas da gestão local, em que as comunidades se apropriam do seu desenvolvimento. As políticas sociais geram processos participativos, a sociedade do conhecimento nos leva para processos colaborativos em rede.

Não são sonhos. É como funciona a sociedade quando funciona, e aí temos exemplos desde o Kerala, muito pobre, na Índia (pobre, mas com uma mortalidade infantil que é a metade da nossa), até a Suécia, muito rica.

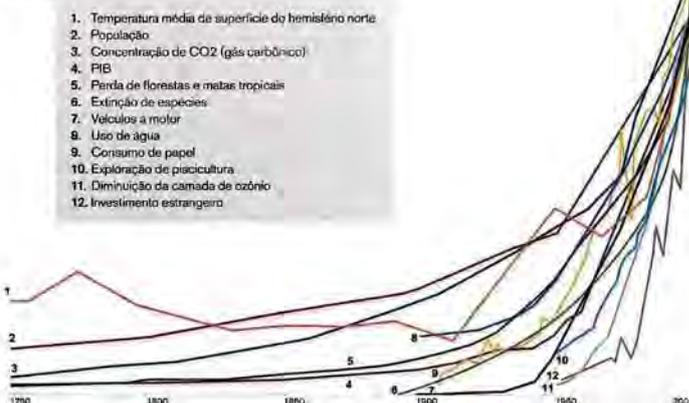
No nosso *Democracia econômica* fizemos uma revisão da literatura que aponta nesse sentido, envolvendo desde Manuel Castells e Robert Putnam até obras recentes como *Wikipédia*, de Don Tapscott ou *A revolução necessária*, de Peter Senge. Um guru da administração como Peter Drucker escreveu um livro que se chama *A sociedade pós-capitalista*, David Korten, outro, que se chama *A sociedade pós-corporativa*. Stiglitz já deu o seu recado com os limites evidentes do cassino financeiro. Está se construindo, sim, uma nova visão, no sentido mais amplo. Não corresponde às nossas "opiniões formadas sobre tudo, tudo" de antigamente, pois a realidade não costuma obedecer à academia, mas são caminhos novos, ainda que incipientes. E a crise está colocando os desafios com muito mais força em nossa mesa.

O que está acontecendo na realidade é um *choque do futuro* generalizado, e tanto a queda do muro de Berlim como a pilantragem irresponsável de Wall Street apenas despertaram, inicialmente na esquerda, depois na direita, a compreensão de que as mudanças precisam ser sistêmicas. O *business as usual* (BAU), de ambos os lados do espectro político, está saindo de cena.

Resgatando uma categoria de análise sempre útil de Marx, são as relações de produção no sentido amplo que mudam e, com isso, os mecanismos atuais de regulação tornaram-se, em boa parte, obsoletos. Não se trata mais de assegurar apenas que a intermediação financeira funcione. Trata-se de assegurar que os recursos fluam para onde são necessários.

O papel do Estado aparece, assim, como central, até mesmo na dimensão mundial da crise. Dada a extrema fragilidade dos instrumentos planetários de governança, o eixo estratégico de construção dos novos sistemas de regulação passará mais pela articulação de políticas nacionais do que propriamente pela esfera global. Essa visão é claramente formulada por Dani Rodrik, da Universidade Harvard, que sugere "uma arquitetura que respeita a diversidade nacional", na qual "a responsabilidade de regular a alavancagem, a fixação de níveis de capital, e a supervisão de mercados financeiros repousaria claramente no nível da nação".<sup>1</sup> O Estado aparece, assim, com uma função

GRÁFICO 1



reforçada no plano do equilíbrio interno, e no plano da construção inter-nações das regras do jogo.

#### A REGULAÇÃO FINANCEIRA

O que representam, nessa transformação, as megastestruturas piramidais de financiamento geradas pela cultura especulativa do setor? Esses gigantes que drenam a poupança das populações por meio de juros obscenos, empurram produtos não desejados como "reciprocidades", inventam níveis intermináveis de derivados de derivativos; complexidades atuariais nas quais o dono do dinheiro, o poupador, fica completamente perdido; sistemas de tarifas que vencem de longe a complexidade de qualquer imposto; a selva financeira onde os próprios autores do sistema se perdem.

Quando falamos em alocação racional de recursos, estamos implicando um sistema de regulação que seja mais democrático no próprio processo decisório. Os grandes intermediários financeiros, em vez de servir bem, passaram a bem se servir. Engoliram, primeiro, as grandes empresas de auditoria através de contratos cruzados de consultoria. Engoliram as instituições de avaliação de risco, ao financiar as suas opiniões. E engoliram os sistemas públicos de regulação, ao financiar as campanhas eleitorais e, portanto, o sistema que aprova as leis que defendem as formas de regulação. A autonomia

dos bancos centrais virou pretexto para a sua apropriação por interesses privados. Chamou-se a isso, por alguma misteriosa razão, de "mercado", como se a cartelização, a fraude e a corrupção política tivessem alguma coisa a ver com Adam Smith e o bom padreiro.

Esse sistema está em crise porque é ganancioso demais para se conter, e suficientemente burro para quebrar. Tentar restabelecê-lo, irrigando-o com rios de dinheiro público, não tem muito sentido. Porque até mesmo o próprio sistema imediatamente passou a usar os novos recursos para financiar paraquedas dourados aos seus executivos, e para sentar em cima do dinheiro para reduzir a alavancagem. Não restabelece o financiamento da produção. No caso brasileiro, o aporte de liquidez pela redução do compulsório ou outras medidas levou simplesmente à compra de títulos públicos (A. Khair). A crise não foi um acidente de percurso, a lógica é que é burra.

Temos, assim, quatro desafios básicos na construção de mecanismos mínimos racionais de alocação de recursos:

I) Assegurar a apropriação mais equilibrada da renda no planeta, coisa que faz todo sentido em termos éticos, econômicos e de medida anticrise, ao abrir um novo horizonte de expansão econômica (distribuição de renda, investimentos em infraestrutura social etc).

II) Investir fortemente em tecnologias e medidas necessárias ao reequilíbrio ambiental do planeta, objetivo cuja premência está se tornando cada dia mais evidente como questão de sobrevivência, nossa e das futuras gerações.

III) Assegurar que cada pessoa possa, querendo trabalhar, contribuir simultaneamente para a sua sobrevivência e da sua família e para as inúmeras tarefas necessárias à nossa sobrevivência no planeta, que envolvem desde saneamento básico até reurbanização e manutenção urbana.

IV) Aproveitar a conectividade planetária que as novas tecnologias permitem e o fator urbano e a centralidade das políticas sociais e ambientais para gerar sistemas descentralizados e participativos de gestão. Nada como associar aos processos que queremos dinamizar as populações envolvidas nos seus impactos.

Estes são eixos elementares para o funcionamento mais equilibrado do planeta, e a canalização dos recursos deve se dar segundo essas prioridades. É bom lembrar que está na lei. A nossa Constituição, nesse plano, é clara: O sistema financeiro nacional será "estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade" (Art. 192). Quanto à cartelização do setor, "a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise a dominação dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros" (Art. 173, 4º). O enquadramento adequado do caos financeiro que impera está na ordem do dia. E os desafios sociais e ambientais são graves demais para ficarmos na cosmética. Os recursos que os bancos manejam são da população, e deve haver um mínimo de coerência no seu uso. **■**

<sup>1</sup> Ladislau Dowbor é professor de Economia da PUC-SP e consultor de várias agências das Nações Unidas. Site: <http://dowbor.org>

<sup>2</sup> *New Scientist*, 18 de outubro de 2008, p. 40, onde encontrar o gráfico on-line veja <http://dowbor.org/le/mundo/au/dowbor/compilaem/2008/10/18/2008101812/schiebets.htm>

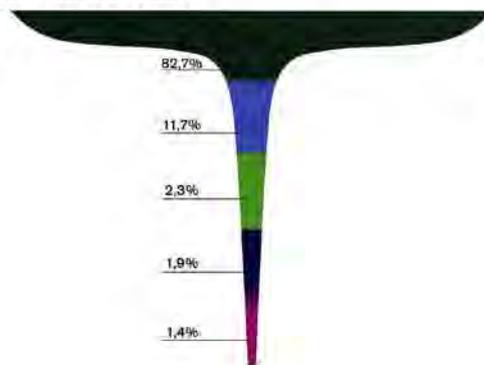
<sup>3</sup> *Human Development Report 2008*, p. 27 e 1009, p. 37.

<sup>4</sup> George Scoblar, Lisa Fisher e Pablo Guzmán. *Global Risk on Health Financing, Finance and Development: publicização da Fundação Monetário Internacional*, dezembro de 2007. [www.imf.org/external/pubs/ft/other/2008/12/schiebets.htm](http://www.imf.org/external/pubs/ft/other/2008/12/schiebets.htm)

<sup>5</sup> *The Economist*, 14 de março de 2009, p. 37, citando dados da Vivarex.

<sup>6</sup> Dani Rodrik. *The Economist*, 14 de março de 2009, p. 80.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



CAPA / G20

# FMI: mais forte e impositivo

Com recursos triplicados, o Fundo não dá sinais de que vai abandonar as políticas do passado, continuando a exigir, para a concessão de créditos, medidas como o aumento das taxas de juros, redução das despesas públicas e congelamento dos salários

POR ARNAUD ZACHARIE\*

Segundo informou o comunicado de 2 de abril de 2009, o grupo dos 20 principais países ricos e emergentes, o G20, reunido em Londres, adotou um "programa de US\$ 1,1 trilhão" com o objetivo de alimentar um "plano global visando promover uma recuperação econômica numa escala inédita na história".

O principal beneficiário da operação foi o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujos recursos para fornecimento de empréstimos foram multiplicados por três, passando de US\$ 250 bilhões para US\$ 750 bilhões. O que ocorreu "em função de um financiamento imediato, por parte dos membros, de US\$ 250 bilhões, montante esse que poderá ser aumentado para até US\$ 500 bilhões".

Além de uma nova alocação destinada a apoiar os direitos especiais de saques (*ver no box ao lado*), o G20 autorizou o Fundo a vender uma parte de seu estoque de ouro, de modo que a instituição possa "fornecer aos países mais pobres, no decorrer dos próximos dois a três anos, US\$ 6 bilhões suplementares sob forma de fundos facilmente acessíveis".

Por fim, o FMI poderá, daqui para a frente, "contar com a possibilidade de captar empréstimos no mercado em caso de necessidade", ao passo que, até então, ele dependia exclusivamente dos rendimentos dos seus empréstimos. Com isso, outorgaram à instituição todas as condições para que ela possa levar uma nova vida. Esta será a sua terceira.

Fundado em julho de 1944, por ocasião da conferência de Bretton Woods, o FMI foi inicialmente o avalista da estabilidade do sistema monetário internacional do pós-guerra. Naquele momento, duas funções essenciais lhe foram atribuídas: cabia a ele garantir a cooperação monetária de modo a impedir as desvalorizações competitivas<sup>1</sup> e manter a liquidez internacional, fornecendo empréstimos de fundos para os Estados-membros que estivessem sofrendo de desequilíbrio temporário da sua balança de pagamentos. Mais de dois terços dos empréstimos outorgados pelo FMI durante o período de Bretton Woods foram destinados a países industrializados.<sup>2</sup>

Uma vez que esse sistema foi abolido, em 15 de agosto de 1971, quando os Estados Unidos decretaram o fim da convertibilidade do dólar em ouro, o FMI foi encarregado de vigiar a observância de regras que, na realidade, eram quase inexistentes. Foi a crise do endividamento do Terceiro Mundo, que provocou a suspensão de pagamentos de dívidas por um bom número de países a partir de 1982, que fez com que ele ganhasse uma segunda vida. A partir de então, e ao longo de duas décadas, ele emprestou fundos para dezenas de países endividados, exigindo em troca a aplicação de programas de ajuste estrutural. Com isso,



Reunião do FMI em Washington: apesar de anunciar uma revisão drástica de sua política de empréstimos, órgão manteve as condições do passado

ele ganhou a fama de guardião (tendo do "consenso de Washington").

Os fracassos do seu método foram vigorosamente denunciados, entre outros, pelo antigo economista-chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz: "A liberalização do comércio, combinada com taxas de juros elevadas, constitui um método quase infalível para destruir os empregos e espalhar o desemprego — em detrimento dos pobres. (...) A austeridade orçamentária aplicada cegamente no quadro de uma situação inadaptada pode conduzir a um aumento do desemprego e a uma ruptura do contrato social".

Durante os anos 1990, as repetidas crises financeiras na Ásia e na América Latina, além da consolidação da pobreza na África, desicham duros golpes contra a credibilidade da instituição, obrigando-a a questionar a validade das suas práticas. Contudo, o anúncio, já em 1999, de uma "nova arquitetura financeira internacional" e a adoção, em março de 2002, de um "novo consenso" em Monterrey (México) fracassaram em promover mudanças relevantes.

Firmemente decididos a se livrar da dependência dos serviços do Fundo, os países emergentes tiram proveito da evolução da conjuntura internacional (aumentos das cotações das matérias-primas e diminuições das taxas de juros) para acumular reservas de câmbio. A Tailândia (2003), a Argentina e o Brasil (2006) foram os primeiros de uma extensa lista de países que reembolsaram antecipadamente a totalidade das suas dívidas.

Ao perder seus principais clientes e, portanto, uma parte considerável das suas fontes de recursos, o FMI amargou uma diminuição do montante total dos seus créditos, que passaram de US\$ 103 bilhões em 2003 para US\$ 16,1 bilhões em 31 de março de 2008 — dois terços dos quais correspondiam a empréstimos contraídos apenas pela Turquia.

Quando Dominique Strauss-Kahn assumiu a direção, em 1º de novembro de 2007, a instituição de Washington anunciou um déficit orçamentário; alguns meses antes, o relatório Crockett, ao publicar os resultados da sua auditoria financeira, havia preconizado uma redução das despesas correntes, além da venda de uma parte do estoque de ouro, de modo a garantir um fluxo de caixa mínimo. Na primavera de 2008, Strauss-Kahn teve de demitir 380 funcionários dos 2.634 que trabalhavam no Fundo.

Com o surgimento das primeiras crises de liquidez, no decorrer do outono de 2008, a situação melhorou rapidamente: entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, nada menos que nove países passaram a recorrer ao FMI. O montante total dos seus empréstimos alcança US\$ 48,673 bilhões.

#### REFORMA DISCRETA

A medida que à lista dos países em crise foi crescendo (Romênia, Líbano, Turquia etc.), tornou-se rapidamente evidente que os recursos do FMI seriam insuficientes para atender à demanda dos países em apuros. Isso explica o porquê da multiplicação por três dos seus recursos, anunciada com grande estardalhaço publicitário pelo G20.

A reforma do Fundo, que foi decidida na mesma ocasião, revelou-se mais discreta. Entretanto, dois progressos significativos merecem ser salientados: o fim do monopólio europeu da escolha da sua diretoria e a revisão das quotas até 2011, que objetiva aumentar o direito de voto dos países emergentes.

Essas medidas se destinam a promover a democratização da instituição, cujo modo de decisão censitário e baseado nos equívocos do pós-guerra estabeleceu que os países industrializados, por serem os principais

contribuintes, são detentores da maioria dos votos.<sup>1</sup> Contudo, depois de uma primeira reforma cosmética em 2006, esse ajuste se aplicará a 10% apenas do direito de voto, o que modificará muito pouco os equilíbrios.

Além disso, o G20 não obteve praticamente nenhum progresso no que diz respeito às condições que o FMI costuma impor para outorgar seus empréstimos. Vale reconhecer que ele confirma a nova linha flexível de créditos (LFC) implantada em 29 de outubro de 2008, que consiste em fornecer, aos países em situação difícil, liquidez por um período de três meses sem exigir para tanto a aplicação de nenhum programa de recuperação nem quaisquer condições relativas à sua situação estrutural. Mas essa linha de crédito de US\$ 100 bilhões destina-se exclusivamente a aqueles cuja política é considerada "saudável" e, portanto, diz respeito apenas a um número reduzido de privilegiados.<sup>2</sup>

Em dezembro de 2007, o Escritório Independente de Avaliação do FMI havia constatado que, em relação a 120 programas financiados em 55 países em desenvolvimento entre 1995 e 2004, o Fundo havia imposto em média 17 condições por programa — um número considerado excessivo e que deverá ser reduzido para quatro ou cinco no futuro.<sup>3</sup>

### Os ajustes estruturais não desapareceram, o que muda é o momento em que o pagamento é efetuado, assim como o modo de avaliação do programa

Em 24 de março de 2009, a instituição anunciou uma "revisão drástica" da sua política de empréstimos e "o fim dos critérios de desempenho estruturais". Em vez de financiar programas cujos critérios de desempenho devem ser alcançados uma vez o empréstimo outorgado, a nova regra consistiria em transferir as parcelas do empréstimo consentido apenas quando as reformas exigidas já estiverem realizadas, o que equivale, portanto, a favorecer os países cujo desempenho é satisfatório.<sup>4</sup>

Os ajustes estruturais não desapareceram; o que muda é o momento em que o pagamento é efetuado, assim como o modo de avaliação do programa. Com isso, a reforma revela ser bem menos profunda do que havia sido anunciado, faltando muito para que as políticas do passado sejam totalmente canceladas.

Embora a diretoria do Fundo tivesse insistido, ao longo dos últimos meses, em preconizar um plano keynesiano de recuperação de tipo "contracíclico" para debelar a recessão, os seus créditos permanecem vinculados a medidas "pró-cíclicas" que envolvem, geralmente, aumento das taxas de juros, redução das despesas públicas e congelamento dos salários.

Conforme demonstrou um estudo da rede internacional Third World Network, a respeito dos empréstimos outorgados a nove países entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, as condições orçamentárias e monetárias permanecem tão restritivas quanto no passado.<sup>5</sup> Entre outros exemplos, o aumento das taxas de juros foi de 6% na Islândia e na Letônia e de 2% no Paquistão, enquanto o déficit orçamentário deve ser diminuído de 3,4% para 2,5% do produto interno bruto (PIB) na Hungria, e de 6% para

3,75% na Geórgia; e deve ser reduzido a 0% na Ucrânia. Assim, o esquema permanece o mesmo: como contrapartida para o salvamento dos sistemas bancários, são impostas medidas de austeridade e de saneamento econômico que pesam, em primeiro lugar, sobre as populações locais.

#### DIVISAS SUPRANACIONAIS

No afã de comprovar sua determinação em fazer respeitar suas condições, o FMI anunciou em 2 de abril de 2009, no mesmo dia em que o G20 decidiu triplicar seus recursos, a suspensão do seu empréstimo para a Letônia até que se pudesse constatar a realização de maiores progressos na redução das suas despesas públicas. A Letônia pediu então, sem sucesso, para que o objetivo de redução do seu déficit público para 5% fosse revisado para 7%. Para tanto, alegava que não havia gasto mais do que estava previsto no programa, mas que o problema vinha do fato de o país estar enfrentando uma brutal contração do seu PIB, o qual sofrera um déficit de 12% em 2008 em vez dos 5% previstos.<sup>6</sup>

Além disso, o G20 não se manifestou a respeito dos desequilíbrios financeiros internacionais que provêm do fato de os Estados Unidos financiarem seu déficit contraindo empréstimos de modo maciço junto aos países emergentes — entre os quais a China, que se tornou o principal detentor de bônus do Tesouro americano. Não só a arquitetura monetária internacional sofre de instabilidade, como ainda está baseada numa divisa cujas emissões excessivas apresentam o risco de provocar sua queda. Com isso, o sistema atual tende a se autodestruir, uma vez que a moeda de referência internacional (o dólar) é de um país (os Estados Unidos) que vem se endividando cada vez mais.

Paralelamente, a China é os outros países emergentes vêm mobilizando centenas de bilhões de dólares para financiar o déficit americano, embora necessitem sobremaneira de recursos para o seu próprio desenvolvimento. Além disso, em caso de crise da moeda americana, eles correm o risco de ver suas reservas em dólar se transformarem em fumaça. Não foi por acaso que o governador do Banco Central da China propôs, nos dias que antecederam a reunião do G20, um novo sistema de reserva internacional baseado numa divisa supranacional que não seja vinculada a um país em particular, inspirado no modelo dos direitos especiais de saques.<sup>7</sup>

Essa solução, que também foi proposta pela comissão de especialistas das Nações Unidas sobre a crise financeira<sup>8</sup>, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Cruceid)<sup>9</sup> e por vários outros países emergentes (Brasil, Rússia, África do Sul, Coreia do Sul etc.), se inspira numa ideia de John Maynard Keynes. O economista havia sugerido fundamentar o sistema de Bretton Woods numa moeda de reserva supranacional (o "banco"), e não no dólar e no ouro como foi finalmente decidido. Essa alternativa equivaleria, portanto, a insuflar no FMI uma vida que ele jamais conheceu, a não ser na mente de Keynes: garantir os equilíbrios financeiros internacionais no quadro de um sistema monetário baseado numa moeda de reserva mundial que não seria mais vinculada a um país e, com isso, não mais perderia valor ao sabor dos déficits deste último.

A medida é politicamente impossível de implantar em curto prazo; ela implicaria que os Estados Unidos acetem que o dólar perca seu estatuto. Mas as coisas poderiam evoluir no médio prazo, no caso de uma derrocada da moeda americana. Ora, segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), os planos

de salvamento e de recuperação implicam crescimento da dívida pública americana em cerca de 40% no período de três anos. Na falta de medidas eficientes contra a especulação financeira, eles contribuirão para criar novas bolhas — a bolha relativa aos bônus do Tesouro americano parece estar crescendo diante dos nossos olhos. Ora, a história financeira nos ensinou que as bolhas sempre acabam estourando. 

**Arnaut Zacharie** é secretário-geral do Centro Nacional de Cooperação ao Desenvolvimento (Bélgica); professor das universidades de Erasme (ULB) e de Liège (ULG); autor de vários livros, entre os quais *FMI: le vrai visage* (Lahor, Bruxelas, 2003) e *Financer le développement: l'irréalisable consensus* (Lac-Pire, Bruxelas, 2008).

#### DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUES

Criados em 1969 como valores de reserva mundial, os direitos especiais de saques designam a "moeda" do Fundo Monetário Internacional. Trata-se de uma unidade contábil que representa um crédito calculado com base numa cesta de moedas dos países-membros. O seu valor, expresso em dólares, é definido como a soma dos valores de uma dada quantidade de quatro moedas de referência (dólar, euro, libra e iene) calculada diariamente.

Por ocasião da reunião de Londres, o G20 chegou a um acordo: "Apesar uma alocação geral de direitos especiais de saques que injetará US\$ 250 bilhões na economia e aumentará a liquidez global", esses direitos especiais de saques serão destinados aos 186 Estados-membros do FMI em função da sua quota-parte, o que significa que 44% do total serão alocados aos países do G7, enquanto os países em desenvolvimento receberão menos de um terço desse total, do qual apenas 7,6% (US\$ 19 bilhões) serão distribuídos entre os 50 países mais pobres.

A.Z.

1 É chamada de desvalorização competitiva a redução voluntária do valor da moeda de um país, utilizada com o objetivo de poder exportar mais facilmente.  
2 US\$ 100 bilhões em um total de US\$ 24 096 bilhões entre 1947 e 1972. Lei Michael Apollita e Siroch Meethi, Le FMI: Du fonds monétaire aux déficits financiers, Économica, Paris, 2009.

3 O "consenso de Washington" teve seu nome inspirado num artigo do economista John Williamson, que definiu em 1989 dez recomendações dirigidas entre outros, aos países da América Latina; essas recomendações constituíram os fundamentos da economia realista.  
4 Joseph Stiglitz, *La grande illusion: Fajard*, Paris, 2002, p. 121.

5 Geórgia (US\$ 750 milhões); Ucrânia (US\$ 15,4 bilhões); Hungria (US\$ 15,7 bilhões); Islândia (US\$ 2,06 bilhões); Letônia (US\$ 2,36 bilhões); Paquistão (US\$ 1,6 bilhões); Sérvia (US\$ 923 milhões); Belarus (US\$ 2,46 bilhões); El Salvador (US\$ 800 milhões).

6 Martin Pons, "Really Interest The Type of US G20 Summit", em *Sun + South-North Development Advisor*, Geórgia, 7 de abril de 2008.

7 A desvalorização do G20 avalia que "os dirigentes da maioria dos países emergentes deveriam ser notados por insistir em processos de seleção sobre irracionalidade e baseado no mérito".

8 Os Estados Unidos dispõem de um direito de veto no Conselho de Segurança da ONU, mas não no Conselho de Administração do FMI. Sua única voz para lidar com o problema é no Conselho de Administração do FMI.

9 O México foi o primeiro país a aceitar um empréstimo em longo prazo sobre a linha de crédito, em 17 de abril de 2008, de um montante de US\$ 47 bilhões (o crédito mais importante na história do FMI); e a Polónia estava negociando um crédito de US\$ 20,5 bilhões a partir dessa mesma linha de crédito.

10 "An ECU evaluation of structural convertibility in IMF-supported programs", IMF Technical Evaluation Office, Washington, dezembro de 2007.

11 "The IMF financial crisis loan: No change in conditions", *The World Bank*, Geórgia, 11 de março de 2008.

12 *Financial Times*, Londres, 3 de abril de 2008.

13 Esse consenso foi criticado por Joseph Stiglitz (veja página 107) e por outros economistas. Em 2009, ele já representou um relatório preliminar em meados de novembro de 2009.

14 CHAOCED, "The global crisis: Systemic factors and multilateral responses", United Nations, New York e Cambridge, 2009.

CAPA / SUSTENTABILIDADE

# Economias “verdes” e crescimento zero

Para sair da crise, vários governos estão propondo medidas de um “keynesianismo ecológico”, que combinam a retomada do crescimento com o respeito ao meio ambiente, mas para que o dispositivo funcione é preciso ir além e promover um rompimento radical com a política neoliberal

POR PETER CUSTERS\*



Trabalhadores instalam painéis solares em indústria na Alemanha; país adotou política de subsídios para a substituição das fontes de energia

Nos últimos meses, a ideia de um “New Deal verde” vem seduzindo um número crescente de dirigentes políticos no mundo todo. Em reação à crise financeira as autoridades americanas e chinesas decidiram investir na melhoria das infraestruturas públicas e na produção de energias renováveis, mas as virtudes sociais e ecológicas atribuídas a esse tipo de medida devem ser consideradas com precaução.

Mesmo havendo uma mudança incontestável das políticas neoliberais implantadas há algumas décadas, permanece a questão sobre a noção de “New Deal verde” ser ou não realmente apropriada para designar essa nova orientação. A expressão passou a integrar o vocabulário dos dirigentes antes mesmo de ter sido claramente definida<sup>1</sup>. Portanto, está mais do que na hora de submetê-la a um exame crítico.

Um “New Deal verde” consistiria em um conjunto de medidas governamentais que visassem estimular a atividade econômica de um país através de incentivos fiscais e facilidades de acesso ao mercado.

Historicamente, o conceito de “New Deal” já existia antes de John Maynard Keynes emergir entre os teóricos mais influentes das grandes economias capitalis-

tas. E as recentes medidas tomadas podem muito bem ser analisadas através dos critérios de análise de Keynes. Porém, contrariamente às teorias prezadas pelo economista, um “New Deal verde” só tem sentido se atender simultaneamente a critérios sociais e ambientais.

**Investimentos públicos maciços incentivam o uso de fontes de energia limpa ao mesmo tempo em que contribuem para a luta contra o desemprego**

Um “New Deal verde” se propõe enfrentar as consequências sociais mais nefastas da crise atual, como por exemplo o aumento brutal da taxa de desemprego. E deve traduzir uma reorientação geral da política para uma economia mais preocupada com o meio ambiente, o que implica especialmente a transição para uma economia independente das energias fósseis.

O New Deal de Roosevelt não ficou conhecido como um grande sucesso em matéria de intervenção do Estado na economia. Segundo os economistas Paul Baran e Paul Sweezy, por exemplo, a fraqueza crucial do dispositivo reside no fato de as medidas keynesianas de vocação social terem ficado muito limitadas.

Conta-se que, nos anos 1930, Keynes, durante uma animada discussão com Roosevelt, defendeu com ardor a necessidade de deixar o déficit público se acentuar substancialmente. Mas o presidente americano não pretendia flexibilizar sua política de equilíbrio orçamentário.

Medidas em dólares de hoje, as despesas do governo passaram de US\$ 10,2 bilhões em 1929 para 17,5 bilhões em 1939 – ou seja, um aumento de 70% enquanto no mesmo período o produto interno bruto (PIB) caía de 104,4 bilhões para 91,1 bilhões<sup>2</sup>. Das críticas severas feitas ao New Deal de Roosevelt: os componentes sociais do dispositivo não estavam à altura da crise. Entretanto, analisando com certo recuo, o New Deal aparece como uma experiência fecunda.

Embora os investimentos efetuados pela administração Roosevelt não possam ser qualificados de “verdes”, eles apresentavam todas as características de um plano de des-

pesas civis destinado à retomada da máquina econômica.

As despesas militares do governo americano certamente cresceram entre 1929 e 1939, mas em proporções modestas. Em 1929, essas despesas representavam 0,7% do PIB. Dez anos mais tarde, essa porcentagem era de 1,4%<sup>3</sup>. O que mostra que a etiqueta “New Deal” não pode de modo algum conviver com uma política de aumento dos gastos militares. A designação supõe, ao contrário, que se suprimam os programas de compra de novos sistemas de armamento<sup>4</sup>.

Somente um empenho firme e inequívoco para reduzir o orçamento do exército americano justificaria uma comparação com o New Deal de Roosevelt. Ora, sob a administração de George W. Bush as despesas militares representavam mais de 1 trilhão de dólares por ano, ou seja, 8% do PIB<sup>5</sup>.

Um novo New Deal – ainda mais se revestido do qualificativo de “verde” – só terá sentido se impulsionar um ambicioso programa de investimentos civis.

O segundo critério se refere à parte mais criativa das políticas públicas, na qual os governos declaram sua intenção de fazer com que a economia seja menos destrutiva em relação ao meio ambiente.

O que queremos realmente dizer quando empregamos a expressão "investimento verde" ou "despesas verdes"?

Um princípio aparentemente muito teórico, mas essencial, consiste em condicionar essas despesas à sua produtividade intrínseca, isto é, à contribuição concreta para a preservação da vida e da biodiversidade na Terra.

E isso implicaria não apenas renunciar à produção de sistemas de armamentos excessivos, mas também colocar fim a investimentos que apresentem um caráter paradoxal: as despesas que colaboram para a melhoria do nível de vida, mas que ao mesmo tempo exercem efeito negativo sobre a saúde dos homens e seu meio ambiente natural.

Um verdadeiro "New Deal verde" exige uma ruptura radical com a política neoliberal. No atual contexto de recessão, é de se temer que os governos aceitem a contragosto uma injeção de keynesianismo sem questionar os fundamentos de sua estratégia econômica. Caso isso se confirme, os investimentos terão apenas um impacto muito limitado, como as autoridades públicas dedicarem a maior parte de suas reservas financeiras à salvação dos bancos e companhias de seguro privadas.

Um dos problemas fundamentais da economia globalizada é que o setor financeiro controla a economia real — uma mudança temida por Keynes, que, na sua época, tentou se opor a isso.

Enquanto prevalecer o sistema financeiro, cuja única vocação é acumular o máximo de benefícios em um tempo mínimo, a implantação de uma economia que respeite o meio ambiente permanecerá uma ilusão.

As economias capitalistas sempre defenderam uma expansão sem limites do consumo de energia. No entanto, é preciso questionar se esse consumo exponencial poderá se perpetuar no âmbito de uma substituição das energias fósseis pelas energias renováveis.

De um ponto de vista ecológico, apenas uma economia "estacionária" e de "fluxo circular" permitiria resolver o problema do esgotamento dos recursos naturais do planeta.

Nesse sentido, a crise atual representa uma oportunidade histórica. Como é pouco provável que a economia mundial consinta espontaneamente em reduzir sua corrida descontrolada pelo crescimento, talvez seja preciso um traumatismo como o que estamos vivendo para levá-la a uma mudança de atitude.

#### O EXEMPLO ALEMÃO

Para ilustrar as possibilidades de um "New Deal verde" tal como definido acima, tomemos um exemplo concreto. Um dos países que, na Europa, registrou progressos significativos nesse sentido foi a Alemanha. Sua economia, hoje, passa de uma dependência total das energias fósseis para a utilização crescente das energias solar, eólica, geotérmica, entre outras. Para favorecer essa evolução, o governo alemão adotou há alguns anos uma política de subsídios que, em certa medida, merece ser chamada ao mesmo tempo de verde e de keynesiana.

Graças a isso, o consumo de energias renováveis registrou na Alemanha uma alta contínua de ao menos 1% ao ano. Em 2007, representava 14,2% do consumo total de eletricidade do país. Como a utilização de energias fósseis diminuiu nas mesmas proporções, a Alemanha pode se vangloriar de ter diminuído, de maneira substancial, suas emissões de gases que causam o efeito estufa. Segundo o alemão Herman Scheer, especialista em energia, Berlim obteve, nesse

campo, resultados que vão bem além dos objetivos do Protocolo de Kyoto.

Devemos olhar um pouco mais de perto o sistema alemão e ver em que medida ele pode servir de exemplo. Esse sistema apresenta três características fundamentais.

Os fornecedores de energia são obrigados por lei a comprar também de produtores de eletricidade "limpa", o que atenua sua situação de dependência das multinacionais nucleares ou do petróleo.

#### GERAÇÃO DE EMPREGOS

É o governo que fixa o preço para os produtores de energias renováveis, garantindo, naturalmente, que esse valor cubra os custos de produção. Os preços são flexíveis, pois são fixados em função da fonte de energia explorada. Porém, seu nível geral permanece garantido, e por um período bastante longo — cerca de 20 anos.

Enfim, os custos adicionais gerados pela produção de energias não fósseis são transferidos. Isto é, repassados para todos os consumidores — inclusive para as empresas — através de uma taxa especial sobre o consumo do kilowatt/hora. Trata-se então de um sistema distributivo, no qual cabe à população assumir a escolha do desenvolvimento das energias renováveis.

Com esse sistema, a Alemanha parece muito bem armada para realizar a transição histórica que substituirá os materiais poluentes por fontes de energia não emissores de CO<sub>2</sub>.

O caráter "verde" desse dispositivo dificilmente poderá ser contestado. Seus partidários ressaltam que o sistema tem também uma dimensão social, na medida em que gera empregos. Segundo diferentes estudos, nada menos que 60% dos empregos industriais ligados às novas energias (fabricação de painéis solares, construção de geradores eólicos etc) decorrem diretamente das medidas de incentivo governamentais.

Eis a conclusão do que representaria um "New Deal verde": investimentos públicos maciços que incentivam a exploração de fontes de energia limpa ao mesmo tempo em que contribuem para a luta contra o desemprego em um contexto de crise.

Tal transição só pode ser realizada se conduzida de modo radical, rompendo com uma prática enraizada nas sociedades ocidentais desde a Revolução Industrial do século XVIII.

Como observam alguns especialistas, uma mudança dessa natureza teria, entre uma de suas consequências, a de tornar as potências capitalistas independentes dos países produtores de energias fósseis. Seria o fim do atual esquema, baseado na extração e na importação-exportação de gás e de petróleo.

Não se deve esquecer, porém, que as tecnologias utilizadas para a produção de energia limpa requerem matérias-primas — os componentes dos painéis solares, por exemplo — que também estão ameaçadas de esgotamento num futuro próximo.

Para garantir a viabilidade do sistema, a transição para as fontes de energia não poluentes deve ser acompanhada da transição para uma economia de crescimento zero, ou até de crescimento negativo.

Um governo que se diz "New Deal verde" deve enterrar o keynesianismo militar. Apenas devem ser aceitos os investimentos e as medidas estimuladoras claramente destinados à proteção da vida na Terra. Isso significa, por exemplo, que a produção de energia nuclear deve acabar, assim como qualquer investimento que agrave o problema dos resíduos e das emissões de gases que causam o efeito estufa.



© Jim Young / Reuters

#### OBAMA CAI EM CONTRADIÇÃO

Será que as recentes decisões governamentais dos Estados Unidos serão realmente capazes de abrir caminho ao tão esperado "New Deal verde"?

É incontestável que várias medidas ambientais e sociais defendidas pelo presidente Barack Obama refletem uma evolução das mentalidades. Mas enquanto os keynesianos e os defensores do meio ambiente cujas propostas se chocavam invariavelmente com a resistência de George W. Bush, se felicitam pela capacidade de escuta da nova administração democrata, outros anunciam desde já seu ceticismo.

Há muito tempo engajado na luta contra o aquecimento global e favorável à redução dos gases de efeito estufa, o novo presidente americano se impôs um prazo de três anos para dobrar a produção nacional de energias renováveis.

E com esse espírito que Obama se empenhou em fazer com que o Congresso adiasse a proposta de um imposto sobre as emissões de CO<sub>2</sub>, tão cara ao economista Jeffrey Sachs e ao climatologista James Hansen.

O novo orçamento prevê uma considerável parcela para o setor social, com um plano de US\$ 1 trilhão que se empenha prioritariamente na retomada do consumo e no reforço do sistema de ensino público.

É verdade que uma grande parte do orçamento nacional está destinada, uma vez

mais, a socorrer as instituições financeiras. Não há nisso nenhum sinal evidente de ruptura com o neoliberalismo.

A controvérsia diz respeito igualmente às despesas do exército. No início de sua campanha presidencial, Obama declarou seu empenho para colocar um fim às "dezenas de bilhões de dólares de desperdício". No entanto, longe de recomendar uma redução drástica dos orçamentos de defesa, acabou pedindo a integração das despesas de guerra no orçamento anual do governo e a "expansão do contingente militar" como o recrutamento de 92 mil soldados suplementares.

Essas surpreendentes reavoltas têm expressões concretas. No início do mês de abril, o governo Obama pediu um aumento de US\$ 83,6 bilhões a título de financiamento das guerras do Iraque e do Afeganistão. Ao mesmo tempo, o ministro da defesa, o republicano Robert Gates, prepara para 2010 um orçamento de US\$ 536 bilhões. O que representa uma alta considerável das despesas com defesa.

Tais declarações não são mais em perfeita contradição com a doutrina do "New Deal verde" e parecem indicar que Obama não está mais tão inclinado em combater os déficits do governo americano nem em reduzir as despesas militares, antes qualificadas de "desperdício".

P. C.

O recurso às energias renováveis permitirá também a criação de novos empregos e a melhoria do bem-estar público. Um "New Deal verde" não pode ser concebido sem um "New Deal social".

No final das contas, um dispositivo concebido segundo normas puramente keynesianas não levaria a nenhuma solução sustentável, pela simples razão de que as teorias de Keynes surgiram quando tinha início a era do crescimento descontrolado.

A economia capitalista, enquanto sistema de acumulação de riquezas e desperdício de recursos, está fadada a desaparecer, em prol de uma economia estacionária que preserve o planeta em vez de esgotá-lo.

Essa transição deve se efetuar, certamente, em escala mundial, e de modo a respeitar os interesses dos países do Sul.

Essa perspectiva pode soar utópica hoje, exatamente como soaria o conceito de um New Deal verde se tivesse sido proposto há alguns anos. ■

\*Peter Custers é pesquisador do International Institute for Asian Studies (IIAS), autor de *Questioning Globalized Militarism. Nuclear and Military Production and Critical Economic Theory*. MIT Press, Londres/Tulika Publishers, Nova Délhi, 2007.

1. Arlene Rieker, "Le ciel mondial de la croissance verte", *Le Monde*, Paris, 3 de fevereiro de 2009.
2. Paul A. Baran e Paul M. Sweezy, *Monopoly Capital. An Essay on the American Economic and Social Order*. Monthly Review Press, New York, 1964, p. 150-160.
3. Paul A. Baran e Paul M. Sweezy, *op.cit.*, p. 160.
4. Peter Custers, "Military Keynesianism Today — An Introduction to Disarmament", *Lectures*, dezembro de 2008, <http://www.iiias.nl/iiias/iiias.html>.
5. Esse número é uma estimativa que leva em conta ao mesmo tempo o orçamento da Pentagono (US\$ 512 bilhões em 2009) e as despesas suplementares. Ver Chalmers Johnston, "The Economic Disaster Which is Military Keynesianism. Why the US has Really Gone Bigger", <http://www.iiias.nl/iiias/iiias.html>.
6. Peter Custers, *Questioning Globalized Militarism. Nuclear and Military Production and Critical Economic Theory*. Tulika Publishers, Nova Délhi/Media Press, Londres, 2007, capítulo 6.
7. Sobre a noção de economia estacionária, ver, por exemplo, Herman Daly e Kenneth Townsend, *Making the Earth Sustainable*, 1993. John Stuart Mill, *Principles of Political Economy*. Books IV and V. Penguin Books, Londres, 1988, capítulo 6. Alvin H. Hansen, "Recent Trends in Business Cycle Literature", em Alvin H. Hansen, *Full Recovery or Stagnation?*. Adam and Charles Black, Londres, 1938, p. 111.
8. "Success Story: Feed-in Tariffs Support Renewable Energy in Germany", [www.pots.net/articles/general/02/0808](http://www.pots.net/articles/general/02/0808).
9. *Ibid.*
10. Ver, por exemplo, Clive Ponting, *A New Green History of the World. The Environment and the Collapse of Civilizations*. Penguin Books, Londres, 2007.

## ANEXO F – Artigos da edição de junho

6 Le Monde Diplomatique Brasil JUNHO 2009

CAPA/ GASTOS PÚBLICOS

# TCU: quem controla o controlador?

O Tribunal de Contas da União tem a responsabilidade de apoiar o Congresso Nacional na fiscalização das ações do Executivo, especialmente seus contratos e seu gasto. Tem a possibilidade inclusive de criar assessorias técnicas em áreas específicas. Pouco de seu trabalho resulta em ressarcimento aos cofres públicos

POR RUBENS NAVES\*



**T**ratar do controle das contas públicas implica em questionar o papel do TCU e, em linha direta, a própria eficiência do Estado: o que garante ao cidadão que o Governo Federal esteja desempenhando suas funções de forma adequada e regular?

A Constituição conferiu ao Tribunal de Contas da União o papel de auxiliar o Congresso Nacional no controle do Executivo. É função do TCU apreciar e fiscalizar as contas do Presidente da República e dos órgãos e empresas ligadas à Administração Pública federal, dentre outras atribuições. Mas o controle sobre a ação dos órgãos públicos não implica apenas em avaliar a aplicação de recursos, ainda que esta seja uma questão fundamental. Quando se fiscaliza uma licitação está em jogo o interesse da sociedade de zelar pelo bom uso da coisa pública. É nesse momento que são testados os instrumentos que disciplinam as relações entre a esfera privada e o Estado.

Na medida em que se redefine o papel do Estado brasileiro, a tendência é que esse controle se torne mais complexo. No âmbito interno, é parte do embate a discussão sobre o projeto de governo que os brasileiros almejam – o quanto terá de liberal, social ou socialista, e como este Estado se relaciona com a sociedade. Ao mesmo tempo, o contexto internacional coloca questões urgentes – vide a última crise, que tornam necessário reformular o modo como o poder Executivo interfere na economia.

Do ponto de vista do controle e fiscalização das contas públicas, a Constituição contém normas que expressam características de um "Estado burocrático" e outras que denotam aspectos de um "Estado gerencial". O primeiro está mais atrelado aos trâmites e procedimentos. O Estado gerencial visa articular os vários interesses e recursos presentes na sociedade, focando em resultados. Desde a reforma constitucional de 1988, os modelos burocrático e gerencial coexistem.

Em vista da dupla natureza do estado no Brasil, em qual medida o controle deve incidir sobre os procedimentos e os resultados? Vejamos: no núcleo estratégico, que é onde se definem as diretrizes políticas do Estado, são relevantes a correção formal das decisões tomadas e a garantia de seu cumprimento. Já no setor dos denominados "serviços públicos não-exclusivos de Estado" (cultura, educação, saúde etc.), ligados à satisfação das necessidades fundamentais dos cidadãos, em que o Estado pode atuar tanto como executor direto quanto como fomentador da execução por instituições privadas, tem maior importância a eficiência.

O mesmo deveria valer para as empresas estatais – que necessitam de um regime mais flexível, em vista do ambiente de extrema competitividade em que atuam. É urgente que as empresas estatais sejam, definitivamente, excluídas do regime de controle da Administração Pública direta e do regime burocrático da Lei de Licitações. Não se trata de eliminar os mecanismos de controle, mas de substituir os atuais modelos por normas que privilegiem os resultados finais, e não a mera prevalência dos procedimentos formais.

Diga-se que a própria Constituição prevê a edição de lei relativa ao estatuto jurídico das empresas estatais que realizam atividade econômica. A busca da eficiência justifica a implementação de instrumentos consensuais mais

ágeis, flexíveis e rápidos, bem como parcerias com o setor privado, que muitas vezes se situam fora do regime estabelecido pela Lei de Licitações.

Nas últimas décadas, uma série de transformações pautou a redefinição do papel do Estado e das atividades executadas diretamente pelo Poder Público: descentralização, privatização de empresas e terceirização de serviços; aumento do papel regulatório; necessidade de diminuir custos, ter mais flexibilidade e agilidade. A crise atual, por outro lado, demanda um papel mais efetivo do Estado na economia e na promoção das políticas sociais. Há maior cobrança por transparência e eficiência das políticas públicas.

#### O DESEMPENHO DO TCU

Diante da redefinição do papel do Estado e das atividades executadas pelo Poder Público, a questão que se apresenta é: o desenho institucional do TCU e seu histórico de desempenho dão conta de suas responsabilidades nesse novo ambiente?

A relevância do seu papel institucional é inegável. A crítica de fundo que se faz à atuação do TCU é extensiva aos demais órgãos de controle da Administração Federal: o emperramento da máquina estatal e a prevalência de um ambiente de insegurança jurídica para a ação dos gestores públicos.

Hoje, o controle sobre os atos administrativos está baseado, de modo geral, na verificação se foram ou não cumpridos os procedimentos estabelecidos em lei ou regulamento. Em realidade, do ponto de vista técnico ainda são poucas as análises do ato em vista dos resultados, nem sob o prisma de sua conexão com as políticas do Estado. Ademais, a fiscalização, principalmente no TCU, é, predominantemente, de índole sancionadora; aplica multa ou rejeita as contas do agente público.

Aqui se delimita um problema de cultura das instituições republicanas. Os procedimentos administrativos instaurados e previstos na Constituição não têm, a priori, o caráter sancionador que adquiriram com a aplicação do texto constitucional.

O TCU, por exemplo, é encarregado de verificar a destinação correta dos valores empregados na execução de políticas públicas, contratos administrativos, convênios ou quaisquer outros repasses. O problema começa quando o controle incide sobre a opção eleita pelo administrador dentre possibilidades legalmente previstas. Ou, então, numa interpretação rígida, restrita e inaplicável a objetos que guardam certa singularidade como aqueles promovidos por uma contratação na área da ciência e tecnologia.

É preciso criar condições institucionais para que o Tribunal de Contas melhore seu desempenho no controle de gestão. O caminho para implantar um controle mais atento aos resultados é construir ferramentas específicas para cada uma das modalidades institucionais - não é por outra razão que o Tribunal de Contas está autorizado a criar unidades técnicas e de fiscalização a partir da identificação de matérias específicas.

A par da adequação da forma de controle aos diversos entes da atividade pública, o TCU também pode acompanhar a execução de contratos mediante a criação de indicadores ou a adoção de critérios finalísticos, com verificações periódicas.

#### TCU: RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO

Um ponto importante do relacionamento do TCU com o Congresso diz respeito à mudança, na Constituição, em relação à forma de indicação de seus integrantes. O Congresso ganhou atribuição de indicar 2/3 dos membros do Tribunal, limitando o poder do

Executivo, que indica somente 1/3 de seus integrantes. Todos os indicados devem ser confirmados pelo Congresso Nacional. Entretanto, o poder atribuído ao Congresso não significa uma dependência do TCU. As regras, inclusive a questionável vitaliciedade de seus conselheiros, garantem a autonomia do órgão.

Existe ainda uma limitação ao rol dos candidatos sugeridos pelo Presidente da República: dos três indicados, dois devem integrar os quadros profissionais do próprio TCU. O novo critério de profissionalização está adequado à ideia de um órgão técnico profissional, embora se restrinja a duas vagas apenas.

Outro ponto importante diz respeito à aprovação do relatório sobre as contas do governo. É de tradição republicana que essa aprovação seja feita pelo legislativo, com uma clara divisão de tarefas entre o TCU e o Congresso. Compete ao primeiro a apuração analítica do balanço oferecido pelo governo, e ao segundo a avaliação política das informações produzidas.

A análise do relatório é uma passagem na qual a capacidade técnica do Tribunal de Contas poderia ser melhor aproveitada pelo Congresso - e não apenas nas CPIs. Trata-se de um momento decisivo para avaliar a conformidade das práticas governamentais em relação ao ciclo orçamentário (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentária e lei orçamentária anual). O TCU poderia contribuir com avaliações para uso dos parlamentares, ampliando assim o papel dos congressistas no controle das políticas públicas, durante todo seu mandato.

Além das afinidades, existe uma clara tensão política entre o TCU e o Congresso. No Brasil, a estrutura de poder está concentrada no executivo e o TCU é o órgão fiscalizador de transferência de recursos da União para os municípios. Na medida em que os deputados e senadores aspiram a conquista do poder nas esferas Estadual e Municipal, surge um antagonismo na base da ação política. Se conseguirmos fazer com que parte dos impostos fique nos municípios, a tensão tende a diminuir. Ademais, é mais fácil para o cidadão controlar a aplicação desses recursos na sua localidade do que cuidar da coisa pública em Brasília, longe da vista. Seguramente teríamos uma eficácia muito maior na educação, saúde e outras políticas públicas.

#### DA ESCOLHA DOS INTEGRANTES DO TCU

Tem sido muito criticada a forma de escolha dos nove integrantes do TCU. Críticas mais severas ligam algumas indicações à privatização dos recursos públicos. Trata-se de questão estrutural que merece reflexão e reforma.

Em primeiro lugar, a vitaliciedade dos integrantes tem mostrado a sua inconveniência ao penumizar a jurisprudência, entre outros aspectos. Uma renovação é sempre saudável, a entrada em cena de novos membros possibilita um debate produtivo sobre a forma do Estado atuar.

Vale lembrar que o direito não pode ser aplicado ou interpretado distante da realidade. O condicionamento social muda até mesmo a natureza de algumas categorias jurídicas. O entendimento procedimental dos Conselheiros sobre um ato administrativo pode ter se mostrado adequado há quinze anos, num regime mais centralizador, mas não em um momento em que existem outros mecanismos de análise das políticas públicas, como o controle por resultados.

Um estudo comparativo pode contribuir para o aperfeiçoamento do sistema, seja visando uma maior competência técnica,

seja buscando um equilíbrio entre o técnico e o político. A Corte de Contas da Bélgica é nomeada pela Câmara dos representantes, a cada período de seis anos, com possibilidade de renovação do mandato; em Portugal o Tribunal de Contas é composto por um presidente, nomeado pelo Presidente da República e dezesseis juízes concursados para um mandato de quatro anos; na Espanha os doze conselheiros de contas tem mandato de nove anos, sendo seis escolhidos pelo Congresso dos Deputados e seis pelo Senado. Nos Estados Unidos o Fiscal de contas públicas é nomeado para um mandato de quinze anos e conta com uma assessoria técnica, com forte competência interdisciplinar. Análise aprofundada da experiência internacional contribuirá para uma escolha adequada à nossa realidade.

#### DA EFETIVIDADE DAS AÇÕES DO TCU

Existe um sentimento difundido de que as ações do TCU carecem de efetividade. Esta percepção advém em parte da divulgação ampla, pelos meios de comunicação, de obras públicas inacabadas, com um enorme desperdício de dinheiro, e que não geram sanções penais.

É necessário distinguir alguns aspectos ligados a essas denúncias: de um lado uma certa superficialidade na divulgação de números, valores e outros dados, em que se deixa de aprofundar as informações. Muitas obras ficam inacabadas por problemas orçamentários. Nestes casos, a solução está no reequilíbrio contratual, sempre um foco de incertezas e disputas entre o Poder Público e as empresas contratadas. Esse tipo de problema não tem relação com as atividades do TCU - realidade que o grande público desconhece. As ações das auditorias e os exames de contas do Tribunal têm sido feitas e, na maioria das vezes, com competência.

O que deveria ser separado é a constatação de irregularidades advindas com a contumeliosidade das obras, como o superdimensionamento dos preços pactuados. É exemplar a solução dada para a obra inacabada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Presidência da República tomou uma atitude inovadora e nomeou uma comissão de notáveis para indicar uma solução para o caso. Rapidamente, concluiu-se pela necessidade de terminar as obras. Foram feitos novos arranjos contratuais, sem prejuízo da apuração das irregularidades e responsabilização pela Justiça.

#### O QUE O PAÍS PRECISA PARA TER UM CONTROLE EFETIVO DO GASTO PÚBLICO FEDERAL?

O nosso ordenamento jurídico político abriga inúmeros mecanismos de controle, além do trabalho do TCU. Esses mecanismos podem ser classificados em internos e externos, abrangem não só os órgãos públicos, como também as entidades privadas que são parceiras do Estado.

Nas parcerias da área social, são vários os mecanismos de controle interno das entidades: Conselho de Administração, Ouvidoria, Conselho Fiscal e divulgação dos regulamentos para a contratação de obras, serviços e compras. Quanto aos mecanismos de controle externo, destacam-se: auditoria externa, comissões de avaliação, acompanhamento pelos ministérios e secretarias, fiscalização do Tribunal de Contas e do Ministério Público, controle social, publicação dos relatórios financeiros e do execução dos contratos e convênios celebrados.

A listagem denota que o modelo de controle hierárquico e monocrático foi substituído por uma difusão de mecanismos. A burocracia responde hierarquicamente para o seu superior, mas presta contas ao legislativo. Instituições mediadoras como

Ministério Público e as ouvidorias dirigem-se diretamente ao administrador, responsabilizando-o por seus atos. A mídia cobra informações e providências da administração. Além disso, importante trabalho vem sendo desenvolvido pela Controladoria Geral da União - CGU. Vale destacar também as pesquisas de satisfação do usuário do serviço público.

Diante de tantos mecanismos de controle, por que a opinião pública permanece perplexa e sente-se manipulada? Por que a disseminação do sentimento de impunidade, como se não existissem mecanismos para o controle e fiscalização dos atos públicos? Na verdade, os mecanismos são múltiplos, o que falta é a sua integração num sistema articulado.

#### FINALMENTE A QUESTÃO QUE COLOCAMOS É QUEM CONTROLA O TCU?

Um exemplo recente serve de mote para compreender o alcance do debate: embora embaixados em preceitos legais, os atos dos dirigentes das instituições federais de ensino superior que pactuaram convênios com fundações de apoio nos termos da Lei Federal nº 6.958/94 foram impugnados pelo TCU. Essa posição gera um ambiente de insegurança jurídica para a atividade do administrador público e dos particulares que contratam com o Estado brasileiro: mesmo atuando em conformidade com a lei, suas ações podem ser contestadas pelo TCU como comportamento irregular.

As declarações de inconstitucionalidade feitas pelo TCU estão em confronto com as normas constitucionais que traduzem o princípio da legalidade. É urgente a revisão da Súmula do Supremo Tribunal Federal nº 347, de 1963, invocada para justificar a impugnação, na esteira das decisões dos Ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Cabe ao Poder Judiciário (que não pode agir por impulso próprio, devendo sempre ser provocado) a capacidade de invalidar qualquer decisão do Tribunal de Contas. Como órgão vinculado do Congresso Nacional, o TCU deve se submeter ao controle social exercido pela sociedade em geral por meio de seus representantes eleitos, organizações da sociedade ou qualquer cidadão.

O Tribunal de Contas da União é, em tese, um órgão técnico e não político. Mobiliza recursos materiais e pessoais para fazer seu trabalho de fiscalização, seus pronunciamentos e pareceres. Por isso, deve ser fiscalizado na mesma medida de todos os órgãos da Administração Pública. ■

*Rubens Neves é professor licenciado do Departamento de Física Geral do Instituto PUC/SR, além de titular de Rubens Neves, Serviços e Atividades Escritórias Associados de Advocacia.*

- Bibliografia**  
 AGUIAR, Fernando Herman. *Correlação social de serviços públicos*. São Paulo: Max Limonad, 1999.  
 COSTA, Luiz Fernando Dias. *De Tribuna de Contas ao Estado contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006, p. 21-26.  
 MEDAUAR, Odys. *Curso administrativo*. 3ª ed., rev. atual. São Paulo: RT, 1998, p. 47-49.  
 NAVES, Rubens. *Advocacia em defesa do Estado*. São Paulo: Max, 2008.  
 SPEER, Bruno Wilhelm. *Inserção no Tribunal de Contas da União: perfil de atuação e perfil de controle financeiro no sistema político-administrativo do Brasil*. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.  
 TAVARES, André Ramos. *Parcerias em Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Academia Brasileira de Ciências*. Anais do Curso de Atualização de Inconstitucionalidade nº 1922. Supremo Tribunal Federal, 2007.

CAPA / GASTOS PÚBLICOS

# TCU: entre decisão técnica e política

A construção de alianças e coalizões partidárias leva os governantes a indicarem para o Tribunal de Contas da União representantes de partidos e de interesses privados. Os resultados são mínimos, apenas 1% das solicitações de devolução de recursos ou multas aplicadas retornam aos cofres públicos

POR JOÃO DA SILVA\*

**A** Constituição brasileira, a exemplo da maioria das demais cartas magnas, adota os preceitos de Montesquieu da separação dos poderes, em que a autoridade política é exercida pelo Executivo, Legislativo e Judiciário, cada um independente e fiscal dos outros dois. Tais preceitos, segundo Montesquieu, buscam o justo equilíbrio entre a autoridade do poder e a liberdade do cidadão.

Constitucionalmente, o controle externo no Brasil é exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), que tem a atribuição de zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos. Para tanto, entre as ações de controle externo, estão as fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades sob sua administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Vê-se que é uma missão de fôlego, dado o tamanho continental do país e a quantidade de instituições públicas e privadas que estão sob a jurisdição do TCU.

Tendo em mente os preceitos constitucionais e a concepção de independência entre os poderes, cabe analisar como são indicados os membros do TCU e como funciona essa engrenagem, que é responsável pela fiscalização de todos os recursos cuja origem seja o governo federal — os recursos de fonte estadual e municipal são fiscalizados pelos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios.

São ao todo nove ministros, dos quais seis são escolhidos pelo Congresso Nacional e três pelo presidente da República, com aprovação do Senado Federal. Dos três indicados pelo presidente, um é oriundo de sua preferência pessoal e os outros dois são alternadamente indicados entre os quatro ministros-substitutos e os sete procuradores junto ao TCU, funções estas supridas por concursos públicos.

A Constituição exige que a escolha dos membros do TCU esteja pautada pelos seguintes requisitos: tenham mais de 35 anos; idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e, por fim, mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados. Para comprovar a competência necessária para o ingresso no TCU, quem indica os ministros (os parlamentares) exerce o dever de arguir os indicados (seus pares) sobre o tal notório saber. Assim, a constatação dos conhecimentos específicos exigidos está associada aos critérios do processo de inquirição. Mas, em que pese a exigência de um bom desempenho em áreas diversas, na prática não há a rigidez esperada

para um cargo de tamanha envergadura: a formação dos ministros é bastante variada, a exemplo do ministro Aroldo Cedraz, que além de ex-parlamentar é graduado em Veterinária, e do ministro Valmir Campelo, também ex-parlamentar, que cursou Comunicação Social.

Atendidos tais requisitos, os ministros assumem o TCU com os seguintes benefícios: cargo vitalício; salário de R\$ 24 mil; carro com motorista; moradia; cota de passagens aérea (igualzinha à dos parlamentares) e "ajuda" de custo de R\$ 70 mil para aqueles que não moram em Brasília. Eles trabalham nove meses ao ano, pois gozam de dois meses de férias e um mês de recesso, e têm direito ao ressarcimento integral das despesas médicas, independentemente do valor. Esses benefícios também são estendidos para ministros-substitutos e procuradores.

## INDICAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

O resultado desse processo não tem gerado surpresas, à exceção de um único caso em mais de um século de existência do TCU: a indicação do Senador Luiz Otávio. O parlamentar simplesmente não conseguiu assumir a vaga à qual foi recomendado. Não por rejeição do Parlamento, pois sequer teve início a votação de seu nome. Mas porque a associação que congrega o corpo técnico do TCU, a AUDITAR, efetuou uma grande mobilização contrária nos meios de comunicação e entre os parlamentares, alegando que o então senador não preenchia os requisitos de idoneidade moral e reputação ilibada. Ele seria responsável pela prestação de contas fraudulentas de empréstimos no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para a empresa de seu sogro.

Na Comissão de Ética do Senado, Otávio confessou que, ao invés de adquirir embarcações novas, como previa o objeto do contrato firmado com a instituição pública, reformara as antigas. O então senador foi processado pelo Supremo Tribunal Federal e, embora nunca tenha sido condenado pela Comissão de Ética, os parlamentares resolveram não submeter seu nome à votação. O cargo de ministro ficou vago por mais de um ano, até que o deputado federal Augusto Nardes foi indicado.

O TCU, portanto, é composto majoritariamente por indicados pelo Congresso Nacional entre ex-políticos e funcionários de carreira do Parlamento. No total, os seis integrantes estão assim dispostos: três membros do partido Democratas (DEM) — ministros Aroldo Cedraz (ex-deputado federal), José Jorge (ex-senador) e Raimundo Carreiro (ex-funcionário do Senado); um do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) — ministro Ubiratan Aguiar (ex-deputado federal); um do Partido Progressista (PP) — mi-

nistro Augusto Nardes (ex-deputado federal); e um do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — ministro Valmir Campelo (ex-senador). Integram também o colegiado os três indicados pelo presidente da República: Marcos Vilella (nomeado diretamente por José Sarney); Benjamin Zynler (colocado na vaga de ministro-substituto pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso); e Walton Alencar (também recomendado por FHC na vaga do Ministério Público junto ao TCU). Estes dois últimos ingressaram no TCU por concurso público.

Essa segregação partidária é fundamental para se compreender a correlação de forças que atua no colegiado. Recentemente, a Polícia Federal abriu investigação sobre a empreiteira Camargo Corrêa por suspeita de remessa ilegal, superfaturamento de obras públicas e doação irregular a partidos. Por duas vezes, a investigação esbarrou no TCU. A primeira, com o filho do ministro Valmir Campelo, Luiz Henrique, diretor de Relações Institucionais da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e citado na operação como intermediário de supostas doações ilegais da empreiteira Camargo Corrêa para políticos. Valmir Campelo é relator da auditoria que investiga supostas irregularidades nas obras da refinaria do Nordeste, em Pernambuco, que tem participação da Camargo Corrêa. A segunda foi com o ministro Augusto Nardes, soube-se, via investigação da PF, que um funcionário da empresa, Guilherme Cunha Costa, atuou para que o ex-deputado Nardes fosse nomeado ministro do TCU, em 2005. Já no cargo, Nardes avaliou o contrato da Camargo Corrêa para a construção da eclusa da hidrelétrica de Tucuruí (PA) e permitiu à empresa obter um pagamento extra, maior que o previsto no contrato — de R\$ 62 milhões, o adicional passou para R\$ 155 milhões.

## JULGAR QUEM FINANCIA CAMPANHAS

A indicação político-partidária pode interferir na decisão dos ministros? A indicação é pertinente, porém, a afirmação é de difícil comprovação. Entretanto, cabe-nos refletir na condição de cidadãos. Esses ministros, quando parlamentares, tiveram suas campanhas financiadas por empresas eventualmente com processos no TCU. De igual modo, os ministros que não tenham assumido cargos eletivos, mas que foram indicados por bancadas de partidos políticos que receberam doações de empresas, poderão vir a julgar essas companhias se porventura elas receberem recursos federais decorrentes de contratos celebrados com o poder público.

O ex-senador José Jorge, por exemplo, teve como principal financiador de sua eleição em 1998 a CBPO Engenharia. Já o ministro Aroldo Cedraz, em sua campanha para de-

putado federal pela Bahia em 2006, recebeu recursos da empresa Norberto Odebrecht, uma das maiores prestadoras de serviços ao governo federal.

Não são raras as vezes que os ministros discordam do corpo técnico e mudam a direção dos processos. O exemplo paradigmático foi o escândalo do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), em que os técnicos apontaram graves irregularidades, mas o ministro-relator não as considerou tão sérias, mandou que a obra continuasse e aplicou uma multa irrisória de R\$ 5 mil ao então presidente do TRT-SP, juiz Nicolau dos Santos Neto. Posteriormente, o TCU voltou atrás em sua decisão, pois a CPI do Judiciário apurou que havia superfaturamento de R\$ 139 milhões.

No que diz respeito à efetividade das decisões do TCU, apenas 1% das solicitações de devolução de recursos e multas aplicadas pelo órgão retornam aos cofres públicos.

Quantos casos semelhantes ao do TRT-SP foram apontados pelos técnicos e não acatados pelos ministros? É uma questão difícil de responder, já que no TCU os processos são sigilosos e o controle social, inexistente. Somente as partes interessadas têm acesso aos autos até o julgamento final pelo colegiado. Como há processos que se arrastam por vários anos, dificilmente a sociedade toma conhecimento dos fatos tempestivamente.

Quem controla essas decisões do TCU? Em tese, o peso e contrapeso montesquiano poderia ser exercido pelo Ministério Público junto ao TCU. Porém, o procurador-geral Lucas Furtado, que está há dez anos no cargo, expediu portaria em 2005 limitando a atuação dos demais procuradores e avocando para si a prerrogativa de interpor recurso em qualquer processo.

Além disso, a corregedoria daquela Corte de Contas jamais investigou qualquer um de seus membros, mesmo quando houve indícios de fraude, como foi o episódio do então ministro Iran Saraiva, acusado de superfaturamento da obra do anexo do TCU, cuja empresa era a mesma que construiu uma universidade de sua propriedade em Goiânia. Esse inabrigado teve um final feliz por o ex-ministro, pois o TCU garantiu sua aposentadoria sem qualquer averiguação dos fatos.

Como nos ensina Montesquieu, para que ninguém possa abusar da autoridade, "é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder". Seria essa a melhor garantia da liberdade dos cidadãos e, ao mesmo tempo, da eficiência das instituições. ■

\*João da Silva é jornalista e donosinho da revista "João da Silva" para preservar a confidencialidade do autor, que solicita permanecer anônimo. É uma situação singular na que sigiloso por garantir esta análise aos leitores, respeitando desta forma pela subjetividade e veracidade do depoimento.